



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

LEANDRO GOMES GENTIL

**O QUARTEL E A FAZENDA:
ENTIDADES DE PROPRIETÁRIOS
RURAIS FRENTE AOS REGIMES
MILITARES NO BRASIL E
ARGENTINA (1964-1983)**

2016

AGRADECIMENTOS

Finalizando mais uma etapa da minha formação acadêmica, utilizarei deste breve espaço para tecer alguns agradecimentos. Nesta última etapa, observo que a ausência de algumas pessoas tornaria este trabalho praticamente inviável.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer aos Orixás e meus “Santinhos” que me deram força e abriram meus caminhos, desde o processo seletivo do Mestrado até as últimas linhas deste trabalho.

Em segundo lugar, agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Iracema Gomes Gentil, que sempre me deu apoio em todos os momentos da minha vida acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer meu orientador, o professor doutor Vanderlei Vazelesk Ribeiro. Mais que um orientador, foi o maior incentivador da minha pesquisa, recebendo-me de braços abertos desde os meus primeiros passos na UNIRIO. Sua paixão pela história agrária latino-americana me cativou, sua inesgotável disposição para pesquisar me incentivou, cada dia mais, a continuidade da minha pesquisa. Neste momento, me sinto orgulhoso por ter sido seu orientando.

Um agradecimento especial às professoras que compuseram minha banca de Qualificação e Defesa. Precisamente no dia que eu completava 30 anos, fora marcada minha qualificação. O nervosismo da ocasião foi instantaneamente quebrado quando a Professora Doutora Maria da Conceição Francisca Pires e a Professora Doutora Regina Ângela Landim Bruno, entraram na sala e, serenamente, conduziram aquela etapa crucial. Suas críticas e sugestões, sempre engrandecedoras foram, da melhor maneira possível, aproveitadas e incluídas no presente trabalho.

Agradeço, afinal, ao PROAP pela verba concedida para a realização da viagem à Argentina, viabilizando o levantamento das fontes na Sociedad Rural Argentina. Na “solidão” da pesquisa, agradeço a hospitalidade dos funcionários das bibliotecas da Sociedad Rural Argentina, a senhora Mônica López, e aos funcionários da Biblioteca Edgard Teixeira Leite, da Sociedade Nacional de Agricultura.

O meu muito obrigado a minha companheira, Samara Botelho Vasko, que muitas vezes, aos sábados, era “obrigada” a escutar trechos intermináveis deste trabalho.

Acompanhando de perto e dividindo todos os momentos de angústias e felicidades que este trabalho proporcionou.

Este texto é sempre dedicado à minha falecida avó, Jurema Teixeira Gomes, sem ela nada disso seria possível, pois, sem sua ajuda seria inviável a conclusão da minha Graduação.

RESUMO

Neste trabalho comparamos as relações das entidades de proprietários rurais brasileiras e argentinas frente às ditaduras militares de seus respectivos países. Observaremos as características dos golpes civil-militares e as consequências que tais governos provocaram, com ênfase na política agrária adotada.

No decorrer desta pesquisa, veremos que apesar de períodos de “lua de mel”, entre proprietários e governo, não podemos afirmar que durante todo o processo houve tal apoio. O caráter heterogêneo dos diferentes presidentes, as sucessivas mudanças da economia interna e externa, causaram reações diversas por parte das três entidades estudadas neste trabalho: *Sociedad Rural Argentina*, Sociedade Rural Brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura.

A reforma agrária, tema pertinente na história da América Latina, também ganhou um espaço neste trabalho. Analisaremos como os proprietários de terras tratavam este polêmico tema. Trouxemos para o debate a visão que o latifundiário possuía de reforma, qual era o tipo de reforma que estes almejavam.

A questão da dimensão do Estado, na visão dos proprietários, também ganhou destaque. As críticas à intervenção do Estado na economia, assim como as críticas das políticas de impostos serão analisadas nas próximas páginas. Notaremos também, políticas que privilegiaram, ou não, o setor agrícola, assim como períodos em que a visão industrializante de alguns presidentes incomodou, profundamente, os proprietários.

O fim desta dissertação é trazer ao leitor um estudo aprofundado do período compreendido entre 1964-1983. Através dele, o leitor terá a consciência de que as ditaduras, brasileira e argentina, passaram por diversos processos e não podem, de nenhuma forma, serem vistas como algo homogêneo.

Palavras Chave: Ditadura, Proprietários de terra, Burocracia estatal.

ABSTRACT

In this paper we compare the relations of the entities of Brazilian landowners and Argentine front of the military dictatorships in their countries. We will observe the characteristics of the civil-military coups and the consequences that such governments led, with an emphasis on agrarian policy adopted.

During this research, we will see that in spite of periods of "honeymoon" between owners and government, we can not say that throughout the process there was such support. The heterogeneous character of the different presidents, successive changes of internal and external economy, caused various reactions from the three entities studied in this work: Sociedad Rural Argentina, the Brazilian Rural Society and the National Agriculture Society.

Land reform, relevant theme in the history of Latin America, also won a place in this work. We analyze how landowners treated this controversial topic. We brought to the debate the view that the landowner had reform, which was the kind of reform that they craved.

The question of the size of the state, in view of the owners, was also highlighted. Criticism of state intervention in the economy, as well as criticism of tax policies will be analyzed in the following pages. We will notice also, policies that favored or not, the agricultural sector, as well as periods when the industrializing view of some presidents troubled, deeply, the owners.

The purpose of this work is to bring the reader an in-depth study of the period 1964-1983. Through it, the reader will be aware that dictatorships, Brazil and Argentina, went through various processes and can not in any way be seen as something homogeneous.

Keywords : Dictatorship , Landowners , State Bureaucracy.

RESUMEN

En este trabajo comparamos las relaciones de las entidades de propietarios rurales brasileñas y argentinas frente a las dictaduras militares de sus respectivos países. Observaremos las características de los golpes civil-militares y las consecuencias que tales gobiernos provocaran, con énfasis en la política agraria adoptada.

En el decurso de esta investigación, veremos que a pesar de períodos de “luna de miel” entre propietarios y gobierno, no podemos afirmar que durante todo el proceso hubo tal apoyo. El carácter heterogéneo de los diferentes presidentes, los sucesivos cambios de la economía interna y externa causaron reacciones diversas por parte de las tres entidades estudiadas en este trabajo: Sociedad Rural Argentina, Sociedad Rural Brasileña y Sociedad Nacional de Agricultura.

La reforma agraria, tema pertinente en la historia de América Latina, también ganó espacio en este trabajo. Analizaremos como los propietarios de tierras trataron este polémico tema. Traímos para el debate la visión que el latifundista poseía de reforma, cual era el tipo de reforma que aquel deseaba.

La cuestión de la dimensión del Estado, según la visión de los propietarios, también ganó relieve. Las críticas a la intervención del Estado en la economía, bien como las críticas de las políticas de impuestos serán analizadas en las próximas páginas. Notaremos también políticas que privilegiaron, o no, el sector agrario, así como períodos en los que la visión industrializante de algunos presidentes molestó, fuertemente, a los propietarios.

El objetivo de esta disertación es llevar al lector un estudio profundizado del periodo comprendido entre 1964-1983. A través de él, el lector tendrá conciencia de que las dictaduras brasileña y argentina pasaron por diversos procesos y no deben, de ningún modo, ser vistas como algo homogéneo.

Palabras clave: Dictadura, propietarios de tierras, la burocracia estatal.

SUMÁRIO

CAPITULO I	8
1.1 INTRODUÇÃO	8
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO	9
1.3 SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E <i>SOCIEDAD RURAL ARGENTINA</i> : UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS.	38
1.3.1 Introdução	38
1.3.2 Fontes	39
1.3.3 As Entidades e a Burocracia Estatal	41
CAPÍTULO II – A FÁBRICA DE SONHOS (1964-1972)	47
2.1 Ironicamente traídos	47
2.2 1967, agora Vai!	60
2.3 Sociedade Rural Brasileira <i>versus</i> Instituto Brasileiro do café	65
2.4 Sociedad Rural Argentina <i>versus</i> Ministro Krieger Vasena	67
2.5 Vasena sai, a crise fica	74
2.6 O “milagre” brasileiro	77
2.7 O tango de uma nota só: menos impostos	82
2.8 “Pra frente Brasil”	85
Resumo do capítulo	98
CAPÍTULO III – UNA ÉPOCA INSÓLITA (1973-1983)	102
3.1 O Retorno de Perón e o fim do “Milagre” brasileiro	102
3.2 “A fábrica de sonhos acabou”	111
3.3 “Pequena memória para um tempo sem memória”	114
3.4 Figueiredo, entre a crise e a Abertura	126
3.5 O fim do governo Videla	129
3.6 O Programa Proálcool	130
3.7 Na Argentina, a crise continua	132

Resumo do Capítulo	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
SIGLÁRIO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Analisar as sociedades argentina e brasileira sem levar em conta o aspecto rural e suas respectivas relações com a política e economia é, sem dúvida, deixar de lado um caráter fundamental da nossa sociedade. Ambos os países possuem desde suas raízes até os dias atuais, uma dependência enorme da atividade agrária.

A agricultura e pecuária neles estruturada predominantemente, sob a forma de grandes propriedades de terra, monocultora e voltada para o mercado externo teve sua gênese ainda no período colonial e se mantém até os dias atuais. Sua influência hoje pode ser observada pela força que a chamada “Bancada Ruralista” exerce no poder legislativo no Brasil, que obteve grande destaque recentemente na luta pela defesa do “Código Florestal” de acordo com os seus interesses. Na Argentina, observamos também greves patronais, bloqueio de estradas em protestos a taxações governamentais dos produtos agrícolas, destacando-se os movimentos de março-julho de 2008, que Eduardo Sartelli analisa em *“Patrones en la Ruta”*. Não é, no entanto, objetivo deste estudo analisar a questão agrária nos dias atuais, porém, não podemos ignorar a sua força política e econômica até hoje nos países analisados.

Os proprietários rurais concentram grande poder econômico e político e, suas entidades de classe são uma das formas de organização. No presente trabalho, analisaremos algumas destas como, por exemplo, a *Sociedad Rural Argentina (SRA)*: *“La SRA es considerada como expresión institucional de clase alta tradicional del país, como un órgano de poder político con vastos recursos (...)”* (PALOMINO, 1987, p. 15). No Brasil, destacaremos a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

O Recorte temporal escolhido para este trabalho será o de 1964 até 1983, ou seja, o período marcado pelos governos ditatoriais. Onde teremos os militares, que são um ramo específico da burocracia estatal, controlando o poder político. O motivo pelo qual foi escolhido tal período é fazer uma análise mais profunda sobre os diálogos que ocorreram entre tais governos com as entidades de classe citadas. Pois, se algumas pesquisas apontam que as relações destas entidades com governos anteriores, principalmente os Peronistas e Vargasistas/Janguista, foram de constantes divergências devido ao seu caráter intervencionista, as ditaduras apontavam para outro caminho? Qual será o diálogo entre os militares e as entidades de classe? Mesmo com o

entusiasmo destas entidades ao receber tais governos, essas relações foram sempre de apoio e benefícios? Os membros das “Sociedades” ainda continuavam a desempenhar papéis importantes em cargos do Estado? São perguntas que serão analisadas neste trabalho.

Outro aspecto avaliado será o conceito de Reforma Agrária, segundo a ótica destas entidades de classe. Qual a Reforma Agrária que elas queriam, ou melhor, o que seus dirigentes chamavam de reforma agrária? De qual forma deveria ser feita? Até onde a burocracia estatal deveria intervir neste processo? Burocracia estatal que consideramos possuir uma autonomia relativa.

Possuindo uma formação específica em muitos momentos da história de ambos os países, como de resto na maioria dos estados latino-americanos, este setor procurava formular projetos globais ou parciais para as sociedades onde atuava e, em alguns momentos, estes projetos colidiam com os objetivos de outros grupos sociais, representados ou não no interior da burocracia estatal. Assim, cremos ser mais produtivo para nossas perspectivas a noção de autonomia relativa da burocracia estatal. **Autonomia no sentido de que setores da mesma são capazes de formular projetos próprios, relativa no sentido que o setor burocrático não se encontra desligado da sociedade civil, sendo diversos grupos de pressão representados no interior do aparelho burocrático** (VAZELESK, 2006, P.18. Grifo meu).

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1916 a oligarquia argentina, pela primeira vez na história, havia saído da presidência da República, concentrando ainda expressiva parcela de poder. Hipólito Yrigoyen (1916-1922), candidato da UCR (*Unión Cívica Radical*), venceu as eleições com 45,6% dos votos. Dando início ao período em que a política de massas passou a integrar o cenário nacional. Em linhas gerais, a UCR promoveu uma política distributiva de renda na Argentina, passou a negociar com os trabalhadores, muitas vezes intervindo em favor deles nas greves. Entretanto, não podemos afirmar que a UCR transformou a estrutura argentina, pois, o setor agroexportador permaneceu intocável. Inclusive, as greves ferroviárias de 1917 e 1918 foram duramente reprimidas pelo Estado, pois, afetavam diretamente a exportação.

No amenazaba, pues, a los detentadores del poder económico (...), ni al equilibrio social que por el contrario reforzaba. El grupo dirigente podía avenirse muy bien a esa “democracia de vacas gordas”. Por su control de los resortes de la economía nacional, por su monopolio histórico del prestigio y por su manejo exclusivo de un eficaz aparato

ideológico, controlaba el poder político a distancia (ROUQUIÉ, 1986, P. 70).

É um erro afirmar que a *UCR* era um partido formado apenas pelos pobres, muito menos das classes médias urbanas. Havia em seus quadros, membros das grandes famílias que faziam, inclusive, oposição a Yrigoyen. O partido sofreu inúmeras influências, de diversos setores da sociedade argentina, inclusive, grandes proprietários de terra. No seu primeiro mandato, por exemplo, dos oito ministros, cinco eram membros da *Sociedad Rural Argentina*. Havia, também, certa proximidade do partido com setores nacionalistas do exército, pois, o partido compactuava da moral cristã. Yrigoyen chegou ao poder com o apoio de diversos setores do exército, porém, o seu desgaste, provocou um distanciamento dos militares, o que mais tarde lhe custou o cargo de Presidente.

Setores das forças armadas sentiam-se incomodados, pois, só eram convocados de última hora para conter as tensões sociais que, muitas das vezes, o presidente não intervinha. Para alguns, as Forças Armadas era um instrumento do presidente para manter sua própria popularidade.

Marcelo de Alvear substituiu Yrigoyen. Apoiado por membros da elite que se opunham a Hipólito, governou entre duas crises (O pós-guerra e a crise de 1929). O país retomava seu crescimento, o presidente recorreu a empréstimos a Nova Iorque, foram seis anos de prosperidade. Alvear se distanciou de Yrigoyen e, se aproximou do Exército. Nomeou como Ministro da Guerra, o General Justo, membro do Clube Militar e da *Sociedad Rural Argentina*.

Para asentar su poder y resistir a las presiones de su gran elector, Alvear se acerca al ejército. Por primera vez en la historia argentina, el poder ejecutivo no se contenta con asegurarse la lealdad de esta rama del aparato estatal, sino que además entra en compenendas com ella (ROUQUIÉ, 1986, P. 166).

No entanto, apesar das inúmeras preocupações dos setores conservadores em evitar o retorno de Yrigoyen ao poder, Alvear não concordava com a ideia de um golpe militar. O sucesso nas urnas fortaleceu o Radicalismo. O novo governo é marcado por um número maior de membros das “*familias desconocidas*”, desta vez, dos dez membros do Executivo, somente dois faziam parte da tradicional Rural de Palermo.

Em 1928 Hipólito Yrigoyen retornou ao poder, após o governo de Marcelo de Alvear (UCR). Porém, a situação financeira do país se agravava, principalmente após a crise de 1929, que deprimiu o preço das exportações. Uma série de greves e a oposição de setores nacionalistas do país (além da classe média, militares e proprietários de terras), iniciaram um grande número de movimentos contra o governo. Em 1930, um golpe retirou os radicais do poder.

A década de 30 trouxe de volta os conservadores ao controle da cena política argentina. Apoiado por nacionalistas e militares, o general Félix Uriburu, assumiu a presidência do país. Pressionado pelos proprietários de terras, que desejavam o retorno do esquema de poder oligárquico, foram convocadas novas eleições e em 1931 o general Augustín P. Justo se tornou presidente do país. De 1931 a 1943, observamos um período chamado de *Democracia Fraudulenta*¹, com forte corrupção governamental. Houve também muita perseguição política, principalmente aos sindicatos ligados ao radicalismo e à esquerda.

Alain Rouquié afirma que:

En la Argentina, desde 1930, la hegemonia del poder militar, mediante formas gubernamentales muy variadas, parece haberse vuelto la norma y no constituir una excepción como en la mayoría de los países vecinos. Desde 1930, ningún presidente constitucional, surgido de elecciones libres, sin presión ni veto del ejército, y el marco de una sucesión normal completó su mandato de seis años (ROUQUIÉ, 1986, p.12).

De fato, a duração média dos presidentes entre 1930 e 1971 foi de apenas de dois anos e seis meses. Desde 1930, dos dezesseis presidentes argentinos, onze eram militares. Somente dois presidentes “eleitos” conseguiram terminar seus mandatos, contudo, ambos eram generais e Rouquié sustenta que chegaram ao poder através de golpes². A partir da eleição de Raúl Alfonsín (UCR), em 1983, a Argentina vive, com sobressaltos, como o de 2001, uma série de governos eleitos democraticamente.

O autor de “*Poder Militar y sociedad política en la Argentina*”, defende que a Argentina não se encaixa no modelo geral da América Latina. Ao contrário dos outros países onde a ditadura foi uma exceção, na Argentina tornou-se uma regra a partir de 1930. Para o autor, “*la inestabilidad política y el rol político de los militares son dos*

¹ BEIRED, 1996.

² Provavelmente não chegariam ao poder, nem terminariam seus mandatos sem o apoio do exército.

“facetas inseparables de una misma realidad” (ROUQUIÉ, P.16). Afirma também que *“las intervenciones militares no son la causa de la inestabilidad sino el instrumento, algo así como su expresión”* (IDEM). Para o autor, explicações macro-políticas e de aspectos continentais, não são suficientes para explicar os sucessivos golpes de Estado argentinos. Porém, vale lembrar que países como Peru, Equador e Paraguai, por exemplo, experimentaram também o fato de ter ditaduras como regra.

Entretanto, apesar de Rouquié enxergar diferenças no processo argentino, a ideia de que o Exército argentino era uma instituição heterogênea, se aproxima da realidade brasileira. Ou seja, o “tenentismo” que levou Vargas ao poder, assim como o apoio de Lott a posse de Juscelino Kubitschek, eram forças distintas do grupo que retirou Vargas do poder em 1945 e, mais tarde, seu conterrâneo João Goulart. Na Argentina, o grupo que levou, em seis de setembro de 1930, o general Uriburu ao poder, certamente era distinto do Grupo Obra e Unificação que levou, em 1943, Juan Domingos Perón e seus aliados à Casa Rosada. Além das distintas patentes, alinhamentos políticos e ideológicos norteavam os grupos internos das Forças Armadas em ambos os países.

No Brasil, a “Primeira República” chegava ao fim em 1930. Reflexo da crise mundial que deixava o país sem mercado para consumir, principalmente, sua produção de café. No plano político as oligarquias saíam vitoriosas nas eleições de 1930. Queriam, no entanto, reconstruir o Estado utilizando os velhos moldes. Do outro lado, os “tenentes” e oligarquias dissidentes como a gaúcha, apoiavam Getúlio Vargas e seu propósito de reforçar o poder central.

Getúlio Vargas chegou ao poder em outubro de 1930, como chefe de um governo provisório. Vargas assumiu os poderes, Executivo e Legislativo, pois, em novembro do mesmo ano dissolveu o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Além da centralização política, observamos também, uma centralização econômica. Houve forte intervenção no setor cafeeiro. Em maio de 1931, o controle dessa política passou das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo, para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC). Em 1933, o CNC é extinto e, substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), assim ocorrendo à federalização da política cafeeira neste órgão. A compra dos estoques de café em 1931 e sua queima é um dos exemplos da intervenção estatal na produção, assim como o

Imposto sobre cada saca exportada, que os ruralistas chamavam de confisco cambial. embora tal política estivesse subordinada aos efeitos da crise mundial.

Vargas, assim como os Radicais argentinos iniciou um governo de diálogo com a classe trabalhadora. Inicialmente, houve a repressão do governo as organizações das classes trabalhadoras fora do controle do Estado, ou seja, tentava-se atrair o apoio da classe para a política trabalhista oficial. Criou-se então o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Além disso, estabeleceram-se as leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos que passavam a ter um controle do Estado. A sua legalidade dependia do reconhecimento ministerial.

A “Revolução de 1930” trouxe em sua pauta mudanças no rumo do país. Em suma, os “tenentes” desejavam atender de forma mais uniforme as necessidades de suas várias regiões. Também almejavam a criação de uma indústria de base e a nacionalização de alguns setores: as minas, os meios de transporte e comunicação e a navegação de cabotagem. O novo governo se opunha ao liberalismo econômico e as oligarquias, principalmente as de São Paulo e Nordeste, este ultimo principal campo de ação dos “tenentes”.

Em 1932, um movimento de oposição ao governo Vargas teve início em São Paulo. Possuía o apoio de diversos grupos sociais, entre eles os cafeicultores, a classe média e os industriais. A chamada “Revolução de 1932”, apesar de apoiada por setores da classe média de outros estados, por exemplo, Rio de Janeiro, não conseguiu vencer as forças governistas. Entre as reivindicações do grupo, estava presente a defesa por um liberalismo. “Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central” (FAUSTO,2009,p.350). Enquanto lideranças da SRB estavam engajadas na revolução constitucionalista, os líderes da SNA procuravam participar dos centros decisórios.

Em maio do mesmo ano, o governo provisório decidiu constitucionalizar o país. Ocorreram então, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Nas urnas, observamos uma força das elites regionais. A Assembleia promulgou a Constituição em 14 de julho de 1934. No dia seguinte, Vargas foi eleito pelo voto indireto presidente da República.

A partir de 1934, observamos tensões sociais, entre elas, as reivindicações operárias e a oposição das classes médias em diversos estados brasileiros. Houve também, campanhas contra o fascismo, provocando choques entre antifascistas e integralistas. Com isso, o governo reagiu criando em 1935 uma Lei de Segurança Nacional, que previa a proibição de crimes contra a ordem pública e social, tal lei era principalmente voltada contra a esquerda. No mesmo ano, criava-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que agregava os comunistas e os “tenentes” à esquerda. A ANL se ajustava a orientação do PCB. Previa a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária. O governo reprimiu as atividades da ANL e acabou fechando-a. Em novembro do mesmo ano o PCB realizou uma tentativa de golpe, que acabou fracassando.

“O episódio de 1935 teve sérias consequências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária” (FAUSTO,2009, p.361). Em 1937, temos o início do período chamado “Estado Novo”, que teve duração até 1945, quando um golpe liderado pelo exército retirou Vargas do poder.

Ainda no primeiro governo de Vargas, observamos diversas medidas que beneficiaram os trabalhadores rurais. Em fevereiro de 1934, foi aprovado um anteprojeto de legislação que determinava uma jornada de oito horas, podendo ser estendido até 12 horas. Também era previsto o descanso semanal remunerado.

O anteprojeto foi louvado nas páginas da revista “A Lavoura”, como a chegada da lei social ao meio agrário. Porém, não é demais salientar que não foi efetivado. Confirmava-se a ação dos líderes da entidade carioca no sentido de testar as águas, não se opor duramente às propostas do primeiro governo varguista, mas buscar provavelmente nos bastidores dos órgãos de decisão, influenciá-los no sentido da manutenção do *Status quo* vigente (VAZELESK,2006, p.134).

Em 1939, tentou-se implementar a adoção do salário mínimo no meio agrário, logicamente, a mesma foi rejeitada, “pois imediatamente associava-se a necessidade de seu pagamento ao estabelecimento de preços mínimos para os produtos agrícolas, os quais eram tabelados pelo Estado” (Idem).

Na Argentina, os nacionalistas reunidos em torno do Grupo Obra e Unificação, em 1943 desferiram um golpe de Estado. Entre os mais importantes líderes golpistas estava Juan Domingos Perón, que mais tarde iria se tornar a figura principal do movimento e líder da nação. Os militares tentaram implantar um governo nacionalista,

pró-industrialização e neutro em relação à Segunda Guerra Mundial. Para buscar uma legitimidade política, o governo procurou o apoio dos operários e sindicatos. Um manifesto foi escrito pelos “revolucionários”, denunciando que o governo deposto estava baseado em fraude, peculato e corrupção, tal situação acabou levando o povo ao estágio de “*escepticismo y a la prostración moral, desvinculándolo de la cosa pública, explotándolo em beneficios de siniestros personajes*” (ROUQUIÉ,1982, p.10).

Em 1944, foi criado o *Estatuto Del Peón*, garantindo direitos como: salário mínimo, férias, proteção contra acidentes, indenização por demissão desmotivada e garantia de condições mínimas de saúde e higiene, logicamente tal iniciativa provocou uma série de reações.

Logo a diretoria da SRA enviava a Perón um manifesto criticando seus discursos, nos quais se apontava o tratamento inumano dispensado aos peões. O fazendeiro e o peão sempre conviveram bem, e não havia necessidade de que a solidariedade fosse compulsória. O problema não se resolveria atacando justamente o setor mais produtivo do país, e sim facilitando-lhe o trabalho (VAZELESK,2006, p.132).

Ao final de 1945, a *Sociedad Rural Argentina*, se une ao comércio e a indústria, o motivo era a oposição ao pagamento do décimo terceiro salário³. “Era a coalizão patronal que tentava opor-se à candidatura peronista nas eleições futuras” (Idem).

O fim da Segunda Guerra fortaleceu os movimentos contra o regime militar. Perón, (vice-presidente, Ministro da Guerra e secretário do Trabalho e Previdência Social) renuncia e é preso em 1945. Apoiado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), juntamente com sindicatos, foi organizada uma manifestação em frente à Casa Rosada pedindo a liberação de Perón. A pressão das massas fez os militares recuarem, Perón foi libertado.

Saindo fortalecido, em 1946, Perón foi eleito presidente da nação. Seu governo tinha o apoio dos movimentos operários. As forças políticas que apoiaram Perón em 1947 se fundiram e criaram o Partido Peronista. O sindicalismo, através da CGT passou a ocupar um papel subordinado ao Partido Peronista, diminuindo a autonomia política dos sindicatos.

³ Na Argentina conhecido como *Agnaldo*.

Segundo Vanderlei Vazelesk, uma das formas de atuação dos governos no campo foi à criação legislações que abrangiam o trabalhador rural, por exemplo, a Lei de Férias de 1933 abrangia o meio rural, apesar das dificuldades de ser aplicada. No entanto, algumas leis que tentaram ser criadas sofriam fortes resistências por meio dos representantes das oligarquias. A obrigação de haver escolas rurais foi um grande exemplo. As discussões sobre o campo renderam por mais tempo na Argentina: em primeiro lugar pela luta dos arrendatários com os proprietários. Em segundo, o medo do desemprego no campo podia provocar o êxodo rural ou conflitos no campo. Em 1944 surge o *Estatuto del peón*, com forte rejeição dos *estancieros*.

Com a pressão de se convocar eleições em 1945 na Argentina, “olhar” para o trabalhador rural era uma forma de conseguir mais votos. O resultado não poderia ter sido diferente, Perón foi eleito com 59% dos votos dos trabalhadores rurais. No Brasil, houve a mesma pressão para a convocação de eleições. Veremos também a aproximação dos trabalhadores rurais, por mais que as promessas realizadas nunca saíssem do papel. Quando foi promulgada a CLT brasileira, em 1943, os proprietários de terra afirmavam que estavam excluídos desta. Porém, houve inúmeros casos de vitórias na justiça por parte dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito às férias. O Decreto-lei nº 7038 de 1944 organizou os sindicatos de trabalhadores do campo, entretanto, por impor o mesmo molde que o dos trabalhadores urbanos dificultou sua atuação. O Estado tinha objetivo diminuir o clientelismo das oligarquias, atrelando o trabalhador com a burocracia estatal.

Com a crise da agricultura *pampeana* dos anos 40 os arrendatários sofriam uma dupla pressão: em primeiro lugar não conseguiam investir devido à queda de preços. Além disso, os proprietários reclamavam a terra para pecuária, pois era o que estava em alta. Não havia também o desejo, por parte dos militares de 43, em deixar o campo, pois, não desejavam um êxodo rural e, também, deveriam garantir a produção de alimentos para a cidade.

O Decreto 14.001 de 1943 criou regras mais favoráveis aos arrendatários, porém, possuiu uma dupla interpretação. A *Sociedad Rural Argentina* afirmava ser uma violação do livre contrato, já a *Federación Agraria Argentina* (FAA), defendia se tratar de um passo rumo à reforma agrária. O decreto que permitiu uma nova prorrogação dos arrendamentos, visava às eleições de 1946. Tal iniciativa possibilitou que os tempos peronistas fossem lembrados como o período em que mais beneficiou os arrendatários.

Em 1948, a aprovação da Lei de Arrendamentos e Parcerias garantiu a estabilidade do arrendatário na terra em que trabalhava. Mesmo assim, os *terratenienses* tentavam expulsar os arrendatários a força. Tais arrendamentos, porém, possuíam funções políticas: uma visava garantir a produção de alimentos, outra limitar a eclosão de conflitos. Apesar dos embates, o governo peronista não pode romper por completo os diálogos com os proprietários, pois era uma classe fundamental para a economia. Com a queda de Perón em 1955, imediatamente os decretos 2.087 e 2.088 revogaram todas as políticas favoráveis aos arrendamentos.

Os recursos provenientes da agricultura e pecuária permitiram a quitação dos compromissos externos e o incentivo à indústria nascente. Os lucros da carne argentina permitiram também a política de distribuição de renda do Peronismo. Logo, tratando-se de uma importante fonte de recursos, explica-se por que a reforma agrária era muito mais presente nos discursos que na prática. A extensão dos direitos aos trabalhadores rurais foi uma forma de tentar realizar seus projetos sem tocar no setor latifundiário.

No Brasil, as eleições de 1945 levam o General Dutra à vitória. Apesar de seu pouco prestígio, sua campanha ganhou forças após o apoio de Vargas. De 1945 a 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), disputou legalmente as eleições, seu crescimento, no entanto, assustou a Direita que pressionou o governo até o fechamento do “Partidão”. O PCB crescia nas cidades e nos campos, chegando a manter ligas camponesas em pontos tão distantes como Santo Anastácio no extremo-oeste paulista. No mesmo ano, foi promulgada a nova Constituição brasileira, de caráter “liberal-democrático”. Dutra combateu fortemente os comunistas e também através do Decreto-lei 9070, regulamentou o direito de greve. Na prática, quase nenhum setor poderia fazer greve, por ser considerado “atividades essenciais”. A nova constituição de 1946 não especificava os direitos dos trabalhadores rurais, somente com o retorno de Vargas em 1950 os olhares retornariam ao campo.

Perón, em seu discurso de posse, em 1946, atenuou as posições favoráveis à reforma agrária. Em 1949, sob influência da CGT o movimento sindical agrário adotou uma medida mais branda, alinhada ao peronismo, evitando movimentos que podiam atrapalhar a produção. Observamos também, a proibição das greves no campo. No fim do segundo governo de Perón, em 1954, o congresso aprovou a aposentadoria do homem do campo. Com a queda do presidente iniciou uma forte perseguição aos ícones peronistas, dentre eles os sindicatos.

No ponto de vista econômico o governo Dutra foi visto como liberal. Os controles criados no Estado Novo foram abolidos e a intervenção estatal foi condenada. Nesse contexto, defendia-se que o desenvolvimento do país e o fim da inflação estariam ligados ao livre mercado. O ministro da Fazenda Correia e Castro, afirmou que o país era essencialmente agrário. O país, financeiramente, passava por um período confortável, pois, havia acumulado divisas durante a Segunda Guerra, fruto da demanda de exportação. Entretanto, a facilidade de importação e a valorização da moeda brasileira, fizeram rapidamente esse caixa se esgotar. O governo então mudou sua orientação, estabelecendo um sistema de licenças para importar. Posteriormente, houve uma política de desestímulo a exportação e estímulo à produção para o mercado interno. Em consequência, observamos um favorecimento ao crescimento da indústria. O PIB do país cresceu 8% entre 1948 e 1950, por outro lado, junto com a repressão sindical, veio à desvalorização dos salários.

As eleições de 1950 levaram Getúlio Vargas à presidência da República novamente. Vargas tentou conquistar o apoio do PSD e de Udenistas. O exército se encontrava dividido, entre defensores do Nacionalismo, e os chamados “entreguistas”, que defendiam um maior alinhamento aos Estados Unidos, principalmente no combate ao Comunismo. Neste momento, observamos uma força maior dos “entreguistas”, tendo em vista a vitória das eleições do Clube Militar em 1952. Na economia observamos um investimento maior na industrialização. A inflação era um problema a ser resolvido.

O PTB defendia uma política de reforma agrária. Havia uma grande dificuldade na organização dos sindicatos, por isso, criavam-se entidades civis, associações e irmandades com registro em cartórios. A tentativa de ampliação dos direitos trabalhistas da CLT para os trabalhadores do campo foi intensamente criticada pela Sociedade Rural Brasileira, até que caiu por terra. A SRB enxergava com maus olhos a intervenção da burocracia estatal no campo, pois, considerava uma ameaça para as relações tradicionais do mesmo. Getúlio Vargas tentou avanços na reforma agrária, pois à extensão dos direitos trabalhistas não saiam nunca do papel. Somente em 1962 e 1963, João Goulart promoveu a sindicalização do campo e a extensão da legislação trabalhista.

Em junho de 1953, para tentar conter as tensões por parte dos trabalhadores, Getúlio Vargas nomeou João Goulart (PTB), ministro do trabalho. Jango se ligou aos meios sindicais do PTB, acreditava que podia conter a influencia do comunismo nos sindicatos. Entretanto, não foi bem recebido pela UDN, que possuía forte influência da

classe média e de militares antigetulista. “Nesses círculos, ele era visto como o defensor de uma “República sindicalista” e como a personificação do peronismo no Brasil”. (FAUSTO,2009, p.410).

Em 1953, a Instrução nº 70 da Sumoc, desagradou imensamente os produtores de café. A instrução previa o chamado confisco cambial. Ou seja, o governo ficava com uma parte dos dólares obtidos pela exportação do café. Este setor tentou realizar vários protestos, todos foram impedidos pelo Exército. Boris Fausto considera exagero a afirmação de que o Brasil abandonou, com isso, o setor cafeeiro. Defendendo que Vargas realizou “uma política de sustentação de preços altos no exterior” (FAUSTO,2009, p.411).

As tensões políticas aumentaram com o episódio conhecido como “atentado da Toneleiro”, onde Getúlio Vargas foi acusado de mandar matar Carlos Lacerda, combativo jornalista líder da oposição. Com isso, abre-se um processo de investigação conhecido como “República do Galeão”, cuja, liderança estava em setores da Aeronáutica. Em meio às pressões de um novo golpe, Getúlio Vargas se suicidou em 24 de agosto de 1954. Neste momento, o povo sai às ruas, chorando a morte de seu presidente. A revolta do povo não permitiu um novo golpe. Café Filho, vice-presidente, assume, formando um ministério de maioria udenista. O presidente assegurou que seriam garantidas as eleições presidenciais de outubro de 1955.

Na Argentina, em 1955 tivemos a “Revolução Libertadora” que retirou Juan Domingos Perón. Neste momento, assumiu a presidência o general Eduardo Lonardi, posteriormente, foi substituído por Pedro Eugenio Aramburu. Em 1º de maio de 1958 o poder foi entregue ao novo presidente Arturo Frondizi, que governou o país até 1962. Este manteve relações próximas com Perón, na tentativa de restaurar o peronismo no país, que estava proibido. Frondizi, exatamente por suas relações com o peronismo foi deposto em 1962. De 1962 a 1963, José María Guido ocupou a cadeira da presidência da república, sendo substituído por Arturo Umberto Illia, membro da UCRP (*Union Cívica Radical Del Pueblo*), que teve seu governo interrompido por um novo golpe, “A Revolução Argentina”, em 1966. Nesse período “o presidente militar tinha sua ação limitada por uma Junta de Comandantes, integrada pelos comandantes das três armas” (FAUSTO e DEVOTO,2004,p. 397).

Apesar dos problemas econômicos em ambos os países, não podemos afirmar que este foi um fator determinante para a queda de Perón e Vargas, o último com seu dramático suicídio. Para Boris Fausto e Fernando Devoto, o eixo do problema estava nas Forças Armadas. No caso Brasileiro, o atentado contra Carlos Lacerda provocou uma enorme mobilização dentro das três Armas, principalmente na Aeronáutica. Após o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, uma série movimentos populares se iniciou, desarticulando assim perspectivas golpistas. O Varguismo não fora enterrado junto com o “Pai dos Pobres”.

A situação na Argentina era diferente. Havia sim uma hostilidade muito forte ao peronismo por parte da classe média e dos partidos de oposição, mas, mesmo assim, tais movimentos não possuíam forças para derrubar Perón. O conflito com a Igreja Católica, a partir de 1954, iniciou um efeito dominó de descontentamento de alguns setores da Argentina com o peronismo. Em novembro, Perón denunciava a Ação Católica como uma organização internacional inimiga do peronismo, inclusive, incriminou alguns sacerdotes. Houve reação por parte da igreja e uma grande manifestação no dia 8 de dezembro (Dia da Imaculada Conceição). O governo contra-atacou, além de sancionar a lei do divórcio fechou um importante jornal católico. Tal confronto atingiu as Forças Armadas, pois, havia uma grande influência da Igreja sobre os militares, principalmente no Exército.

Num plano mais geral, o confronto acabou de afastar o peronismo das classes médias e médias altas urbanas, das quais provinha boa parte dos oficiais, o que, por sua vez, aumentou a pressão social sobre eles. Uma das armas em particular, a Marinha, cujo corpo de oficiais era desde sempre pouco simpático ao peronismo, adotou uma posição de quase absoluta hostilidade (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.336).

Apesar do estado de vigilância criado e o apoio das baixas patentes, Perón não conseguiu evitar o golpe em 1955. Em junho eclodiu uma forte rebelião, em uma ação cinematográfica a aviação naval tentou matar o líder Justicialista, bombardeando a Casa Rosada, a Plaza de Mayo e a residência oficial. O irresponsável bombardeio da Plaza de Mayo resultou em um massacre de civis, alguns apenas pedestres, outros fiéis ao peronismo até a morte.

Inicialmente, pressionado pelo Exército, Perón anunciou algumas medidas de conciliação nacional. Em agosto seu discurso mudou, convidava seus partidários a eliminar os inimigos do peronismo. As tensões aumentavam, em 31 de agosto de 1955,

várias igrejas foram incendiadas em Buenos Aires. Em 16 de setembro, eclodiu uma nova rebelião, desta vez, vinda de Córdoba, região com forte concentração antiperonista. O Exército, juntamente com a Marinha, que deslocava sua frota em alto-mar para Buenos Aires, deflagraram uma ação visando derrubar Perón do poder. Desta vez, Perón não conseguiu reagir, abandonou o governo e seguiu para o Paraguai onde iniciou seu longo exílio.

Comparativamente, a queda dos dois regimes ocorreu de modo diverso, embora ambos os cenários o ator decisivo tenham sido as Forças Armadas. No Brasil, apesar do suicídio de Getúlio, a saída foi, *grosso modo*, mais negociada que cruenta, enquanto o desfecho na Argentina foi mais cruento que negociado. Isso refletia a diferente natureza da política nos dois países. No Brasil existia uma longa tradição de compromissos entre as cúpulas do poder; a capacidade de mobilização popular era menor, tanto no campo situacionista como no da oposição; as Forças Armadas estavam mais coesas, e a polarização que o getulismo suscitara na sociedade era menos profunda. Na Argentina, verificava-se exatamente o contrário: pouco nível de compromisso entre as elites políticas, uma sociedade mais conflituosa e polarizada, Forças Armadas muito mais fragmentadas e, ao mesmo tempo, com seus vários setores mais decididos a tomar o poder por conta própria (FAUSTO E DEVOTO,2004,p.337).

Fausto também sustenta a ideia de que mesmo após o suicídio de Getúlio o país, assim como no golpe de 1945, preservaria boa parte dos quadros do getulismo e sua obra. Na Argentina, no entanto, havia por parte dos golpistas o objetivo de “desperonizar” o país por completo. Enquanto no Brasil se manteve a institucionalidade⁴, a “Revolução Libertadora”, na Argentina, dava ares de rompimento institucional, no entanto, apesar da resistência do Estado argentino, a sociedade se mantinha mobilizada e conflituosa.

No Brasil, Juscelino Kubitschek assumia a presidência da República no dia 31 de janeiro de 1956. Após uma série de tensões e movimentos que tentaram impedir a posse de JK, o General Lott, com seu “Golpe Preventivo”, conseguiu garantir a posse do presidente eleito pelo PSD. Na vice-presidência estava João Goulart do PTB. Seu governo foi marcado pelo slogan “cinquenta anos em cinco”. Considerado um governo de estabilidade econômica e política, JK tentou restabelecer uma aliança entre PSD e PTB. Economicamente o país crescia e se modernizava, a construção de Brasília, nova capital do país, foi o maior símbolo de progresso e modernidade de seu governo.

⁴ Apesar dos movimentos que tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Juscelino prometia um governo de “desenvolvimento e ordem”, tal promessa era uma forma de tentar “acalmar” os ânimos dos setores militares anticomunistas e antivarguistas. O exército estava dividido em blocos, uns eram nacionalistas e próximos ao comunismo; outro eram nacionalistas anticomunistas, porém, não concordavam com a presença de capital internacional no país; por último, havia o grupo mais próximo ao “livre-mercado” e defensores de um alinhamento maior com os EUA. Juscelino também tratou de manter o movimento sindical sob controle.

As principais dificuldades econômicas encontradas durante o governo de JK foram: o déficit da balança comercial, que chegou em 1957 a 4% PIB e a inflação que em 1959 chegou ao patamar de 39,5%. O plano de estabilização da economia, proposto por Roberto Campos, presidente do Banco Central, desagradou os produtores de café. Em 1958, estes organizaram uma marcha da produção, protestando contra o confisco cambial, e contra a limitação as compras dos estoques de café. A marcha, no entanto, não chegou a ser realizada, ocorrendo apenas atos em nível regional no estado de São Paulo.

Na Argentina, os problemas da “Revolução Libertadora” eram enormes. “Em primeiro lugar, sua base de sustentação se resumia às Forças Armadas, muito divididas, dentro das quais era muito difícil restabelecer a unidade e a hierarquia” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 339). Havia uma forte tensão entre as três Armas, o papel que a Marinha teve na derrubada de Perón aumentava ainda mais o desequilíbrio das forças.

Nomeou-se um presidente oriundo do exército, Lonardi, um vice-presidente da Marinha, o almirante Isaac Rojas, e reservou-se um ministério para cada uma das armas, como, aliás, já acontecia anteriormente. A esse conflito no meio militar somava-se a atitude ambígua de Lonardi, ele próprio de orientação nacionalista católica, em relação às forças civis. Seu ministério, embora escolhido mais por amizade que por critério político, recolocava em cena velha divisão entre nacionalistas e liberais que marcava o debate ideológico argentino desde a Segunda Guerra Mundial (Idem).

Como o lado dos nacionalistas era o lado mais fraco desta “queda de braços”, Lonardi foi forçado a renunciar em menos de dois meses da sua posse. Pedro Eugenio Aramburu, o sucedeu. O general era um negociador ligado ao lado liberal e antiperonista. Seu governo, de um lado, amenizou conflitos internos, por outro, ampliou ainda mais a política de confronto com o peronismo. Além do afastamento dos militares próximos ao peronismo, o expurgo também chegaria as Universidades e aos demais

níveis de educação. Os políticos peronistas e demais funcionários públicos também sofreram perseguições. Neste período também foi proibido qualquer referência pública a Perón e Evita. Os sindicatos também sofreram intervenções.

Em junho de 1956, uma sublevação de militares e civis peronistas foi duramente reprimida, muitos rebeldes foram fuzilados sem nenhum julgamento. No campo civil, partidos antiperonistas, principalmente a UCR, tentava conquistar o eleitorado peronista. Como se sabe, o peronismo resistiu. Em 1957 o governo de Aramburu, adiou as eleições e revogou a Constituição peronista, sancionando uma nova lei. Tal iniciativa provocou uma nova divisão dentro das Forças Armadas e nos meios políticos.

Em linhas gerais, a estratégia do governo da “Revolução Libertadora” foi um completo fracasso. Em primeiro lugar, a tentativa de normalizar a CGT foi em vão, pois, o peronismo ainda continuava a dominar a *Confederación*. Politicamente, mesmo no exílio em Madri, Perón demonstrava sua força. A orientação dada pelo líder de votar em branco ou nulo nas eleições constituintes, em 1957, teve grande influência nos resultados das urnas. A soma desses votos chegou a 25%, superando inclusive os votos da UCRP (UCR do povo, ala antiperonista da UCR) que atingiu 24%, e a UCRI (frondizismo) que alcançou 21% dos votos. Por fim, tal assembleia acabou sendo dissolvida, sem sancionar uma nova Constituição.

Todos se preparavam para o embate que se avizinhava, a eleição presidencial adiada para 1958. O governo optou por apoiar a força antiperonista com mais chances de vencer a UCRP, Esse apoio, combinado ao furioso antiperonismo do grupo levaria a uma aliança entre seus inimigos, apoiada em um pacto secreto entre Perón e Frondizi. Desse modo, o peronismo voltava à cena da qual se tentara bani-lo (FAUSTO e DEVOTO,2004,p.341).

No âmbito econômico a “Revolução Libertadora” seguiu medidas conservadoras: incentivou o setor agropecuário, controle da expansão monetária para conter a inflação, privatização de empresas públicas, cortes no funcionalismo público e abertura econômica ao capital estrangeiro. Em suma, o projeto visava apagar o peronismo do mapa, pelo menos o que ele havia feito entre 1946 e 1950. Além das medidas citadas, observamos também uma aproximação com o FMI e a desvalorização do peso. No entanto, apesar do “arrocho” não houve uma queda da inflação, pelo contrário, em relação ao governo peronista houve um aumento da taxa.

Na campanha presidencial de Frondizi, a questão do desenvolvimentismo, baseado na industrialização, retorna a pauta argentina. Rogelio Frigerio, seu assessor, tentou criar uma frente mais ampla possível incorporando, inclusive, peronistas e setores de classe média progressistas. “O projeto de Frigerio visava à articulação de um bloco social ou movimento nacional capaz de promover uma forte industrialização e debilitar o setor agropecuário” (FAUSTO E DEVOTO,2004,p.344). Neste aspecto, observamos uma clara aproximação entre Frondizi e Juscelino.

Mas o discurso do frondizismo parecia não ter limites em sua busca de interlocutores. Além de apelar aos peronistas, à esquerda não partidária e aos comunistas, logo começou a acenar para o eleitorado católico, descontente com a Revolução Libertadora, especialmente para os nacionalistas, banidos após a queda de Lonardi. Assim, Frondizi dirigia ao mesmo tempo à direita e à esquerda, à Igreja e aos anticlericais, aos peronistas e antiperonistas (Idem).

Nas eleições de 1958, o apoio dos peronistas foi fundamental para a vitória da dupla Frondizi-Goméz (UCRI) que obtiveram 45% dos votos. Perón, no exílio, influenciava diretamente a política de sua pátria.

Observamos nesse período, que apesar das eleições no Brasil e na Argentina, a situação dos países ainda era bastante delicada. O Exército era o principal fator da instabilidade democrática, principalmente na Argentina. Em segundo lugar podemos destacar as profundas divisões sociais e ideológicas. Tais divisões, apesar da queda de Perón e do suicídio de Vargas, ainda giravam em torno dos líderes. Em terceiro, podemos destacar uma direita, que apesar de se afirmar liberal, demonstrava imensa aversão a democracia e, fazia de tudo para excluir a população das decisões políticas.

Não podemos ignorar as diferenças do desenvolvimentismo de Juscelino com o de Frondizi. O brasileiro era mais concreto e menos confrontador que o argentino. Juscelino prometia um desenvolvimento acelerado e sem agitar muito o campo ideológico. Fernando Devoto, defende que na Argentina de Frondizi, “as formulações eram ao mesmo tempo mais ideológicas e dogmáticas” (Ibidem, p.347). Além desse aspecto, Frondizi considerava que o fator principal para o subdesenvolvimento argentino devia-se ao setor latifundiário e todos os outros grupos ligados à agroexportação. Seguindo a cartilha peronista, a Oligarquia era apontada como inimiga da Argentina. No governo de JK, não houve este tipo de embate.

Politicamente, o governo Frondizi encontrou mais dificuldades. Logo no início do seu mandato enfrentou a hostilidade de setores militares, que se opunham à nomeação de alguns ministros considerados, por eles, comunistas. Economicamente, possuía uma estratégia baseada no desenvolvimento industrial, com base na substituição de importações. Defendia que não se poderia esperar nada de construtivo do setor agropecuário.

Assim como o Plano de Metas de Juscelino, o plano de Frondizi previa investimentos nos setores de estradas, eletricidade, petróleo, siderurgia, papel e automóveis. Além desses, havia setores mais específicos, como a ênfase na indústria petroquímica e no sistema de aeroportos. Visando também aquecer o mercado interno, Frondizi aumentou em 60% o salário básico, congelados desde 1956. Seu governo também procurou se aproximar do capital estrangeiro. Em 1958, duas novas leis permitiram a livre remessa de lucros e a repatriação. No terceiro mês de seu mandato, anunciou a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro. Tal medida, aprovada por meio de decretos presidenciais e as escondidas, provocou uma reação conturbada no meio político.

O aumento dos gastos estatais acabou provocando um desequilíbrio nas contas do Estado, somado ao retorno da inflação, Frondizi acabou recuando. Ainda em 1958, tentou um plano de estabilização econômica, recorrendo a empréstimos no FMI e a bancos dos EUA, o plano foi um fracasso. No ano seguinte, nomeou Álvaro Alsogaray para Ministro da Economia, um liberal ortodoxo, com excelentes relações com militares. O ano se encerrou com uma queda de 6,5% do PIB, além de perdas salariais de cerca de 20%. A queda dos investimentos públicos obrigou o presidente a abandonar seus planos de obras públicas.

A partir de 1959, se manter na presidência foi o principal desafio de Frondizi. Enfrentando constantemente setores antiperonistas das Forças Armadas que o fizeram, inclusive, destituir seu braço direito, Rogelio Frigerio. Além disso, foi forçado a nomear como comandante-chefe do Exército, o general Toranzo Montero, “inimigo declarado e líder da facção militar mais antiperonista e golpista” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.355). A oposição dos trabalhadores e dos sindicatos também provocou diversas greves, inclusive gerais. A forte repressão aos movimentos grevistas provocou um rompimento do peronismo com Frondizi.

Dentro de seu próprio partido, as coisas também não iam bem. O embate entre velhos radicais e novos desenvolvimentistas obrigaram o vice-presidente Alejandro Gómez renunciar. A ala mais a esquerda também se encontrava insatisfeita com algumas ações do governo, principalmente, a abertura da exploração do petróleo ao capital estrangeiro e a liberalização do ensino universitário.

Os anos de 1960 e 1961 foram marcados pelo crescimento e o recuo da economia e dos investimentos estrangeiros na Argentina. Não conseguindo fazer as pazes com o peronismo, as eleições para renovação da metade da Câmara dos Deputados, foi marcada por uma forte votação aos candidatos peronistas, inclusive o próprio Perón fora candidato a Deputado Federal pela Capital Federal e a vice-governador pela província de Buenos Aires. Frondizi tentou de todas as formas impedir a posse dos candidatos peronistas nas províncias. Na tentativa de evitar mais uma ditadura militar, porém, não tendo mais meios para evitar sua deposição, Frondizi “deixou acertada a posse imediata do presidente do Senado, José María Guido, na linha de sucessão constitucional” (FAUSTO e DEVOTO,2004,p.359). A coalizão que o conduziu ao poder acabou se transformando em um empecilho para o seu pleno exercício.

As eleições brasileiras, marcadas para 3 de outubro de 1960, levaram Janio Quadros (PTN) à vitória. Na vice-presidência, João Goulart (PTB), sairia vitorioso. Sete meses depois Janio renunciava. Seu governo foi marcado por medidas simpáticas à esquerda e a direita. A sua política externa agradava a esquerda com o não alinhamento aos EUA. Internamente, na tentativa de estabilizar a situação financeira do país, recorreu a medidas ortodoxas na economia, entre elas: desvalorização cambial e contenção dos gastos públicos. Tais medidas agradaram os credores brasileiros e o FMI. No dia 25 de agosto de 1961, Janio Quadros anunciou sua renúncia.

Neste momento, o vice-presidente, João Goulart, se encontrava em uma viagem a China comunista. Setores militares direitistas tentaram impedir a posse de Jango. No Rio Grande do Sul, o governador do estado, Leonel Brizola (PTB), reagiu, criando a “Campanha da Legalidade”, visando garantir a posse de Jango. Dentro das forças armadas não havia um consenso, “os ministros militares de Jânio – general Odílio Denys, da Guerra; Brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck, da Marinha – vetaram a volta de Jango ao Brasil por questões de segurança nacional”

(FAUSTO, 2009, p.443). Porém, a cúpula militar estava unânime, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, declarou apoio a posse de Jango. Diante da resistência, o congresso adotou uma solução: o parlamentarismo. João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, com seus poderes diminuídos. Tal sistema não durou muito tempo.

O governo de Jango foi marcado pela expansão dos movimentos sociais, entre eles as Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, pernambucano de classe média. Tais Ligas estavam à margem dos sindicatos, atuavam de forma mais autônoma. Essas ligas começaram a ser criadas em 1955, retomando a experiência que o PCB desencadeara no período legalista entre 1945 e 1947, suas atuações se ampliaram a partir dos anos 60. Em 1963 Jango sancionou a lei do Estatuto do Trabalhador Rural. Tal lei previa carteira profissional para o trabalhador do campo, regulava a duração do trabalho, salário mínimo, repouso semanal e férias. Obviamente, os grandes proprietários de terras não ficaram muito satisfeitos com a medida.

Sem um estudo mais profundo e sem mesmo qualquer noção prática dos problemas, são votadas leis de implicações graves na economia produtora, que, ao serem aplicadas, se revelam inexecutáveis (...)
No entanto, o diploma aprovado para a lavoura é cópia fiel do regime das cidades, apresentando-se como um dos mais graves e difíceis problemas a ser resolvido na atual conjuntura (*A Rural*, São Paulo, editorial, agosto/63).

Em relação as “Reformas de Base”, destacamos neste trabalho, o apelo à reforma agrária. Tentava-se aprovar uma mudança constitucional que previa a desapropriação da propriedade, por necessidade ou utilidade pública, sem indenização prévia. Pois, a Constituição em vigência previa a desapropriação com indenização prévia, o que inviabilizava financeiramente o governo de executá-la. Mais tarde, veremos que tal reforma foi alvo de inúmeras críticas da Sociedade Rural Brasileira que, considerava uma ameaça ao direito de propriedade. A mesma entidade contribuiu de forma ativa na “Marcha pela Família” em São Paulo, realizada dias antes do Golpe de 31 de março de 1964. Ratificando a ideia de um Golpe Civil-militar.

Jorge Ferreira, entretanto, defende que a reforma agrária naquela época já estava sendo debatida, inclusive, por setores conservadores da sociedade. A estrutura da terra era algo que precisaria ser revista. Cita um congresso realizado pelo IBAD, onde o instituto apontava a necessidade de uma reforma.

Quando o IBAD mencionava uma reforma agrária, evidentemente não estava se referindo às mesmas propostas dos setores de esquerda, ainda mais dos grupos radicais, como era o caso das Ligas Camponesas. Sua ideia de reforma estava afinada com as diretrizes norte-americanas da Aliança para o Progresso, programa lançado entre 1961 e 1969. (FERREIRA,2014, p.95).

Em suma, Ferreira, defende que a questão não estava em fazer ou não à reforma agrária e, sim, qual reforma agrária deveria ser feita. Pois, se de um lado, as Ligas Camponesas e os setores mais ligados à esquerda defendiam a subdivisão das terras e, a desapropriação das terras improdutivas, do outro, o IBAD e outros setores conservadores da sociedade, se aproximavam da ideia de que o campo precisava se modernizar.

Em 11 de outubro de 1962 o governo criou a SUPRA, Superintendência de Política Agrária. A SUPRA foi de fundamental importância, pois, deu apoio institucional à criação dos sindicatos rurais. Em 1964, por exemplo, já havia cerca de mil sindicatos rurais. Além dos sindicatos, também houve um aumento significativo do número de federações. Neste momento havia uma grande organização dos setores camponeses da sociedade e, João Goulart, necessitava desse apoio para seguir suas reformas. Em janeiro de 1963, a Sociedade Rural Brasileira, no editorial do periódico “A Rural”, demonstrava clara oposição a SUPRA. Em artigo cujo título era “Sindicalismo e anarquismo rural” a entidade afirmava que:

A recente portaria nº 209-A de 25 de junho de 1962 (D.O.U. 12-7-62) que dispõe sobre a sindicalização rural e a recentíssima de 20 de novembro último, do Sr. Ministro do Trabalho, mostra que o que sempre aqui dissemos, que o sindicalismo nacional agrário não tem por objetivo a defesa dos justos interesses da classe proletária rural, mas a instituição de dispositivos políticos manobráveis, com fins nem sempre legítimos, pelos dirigentes federais, que vão tornando este país cada vez mais desarticulado nos seus objetivos cívicos, indispensáveis à conjugação de esforços para a grandeza econômica nacional. (*A Rural*, São Paulo, editorial, janeiro/1963).

O projeto encaminhado ao congresso pela UDN, em 1963, é mais um indício que, naquela época, até os mais conservadores estavam dispostos a discutir a questão da reforma agrária. Tal projeto, “previa a desapropriação por interesse social de bens rurais inexplorados e sem benfeitorias por mais de dez anos” (FERREIRA,2014, p.167). Neste caso, o proprietário seria indenizado de acordo com o valor da tributação e em dinheiro. “Tratava-se de projeto moderado em face da proposta petebista, mas demonstrava que até a UDN estava disposta a realização de uma reforma agrária” (Idem). Membros da

UDN, inclusive, estiveram presentes na sede da SRB para discutir o projeto. Segundo a própria entidade, o bom senso havia retornado. “Felizmente, a UDN em convenção que definiu os campos, situou de forma decisiva o grave problema, abrindo caminho para a vitória no parlamento” (*A Rural*, São Paulo, editorial, junho/63).

A Sociedade Rural Brasileira sente-se ufana de ter tomado parte ativa nessa luta, o que não poderia deixar de ter feito, para bem cumprir suas atribuições de legítima entidade de classe agrícola.
Queremos observar que a batalha ainda não está terminada, pois os defensores da emenda constitucional voltarão à carga, e, muito, ainda, teremos de fazer para levá-la a bom termo (Idem).

Após uma longa tentativa de conciliação entre PTB e PSD, utilizando inclusive, ministérios como moeda de troca, o PSD havia acertado com Jango a aprovação de um projeto de reforma agrária. As terras improdutivas seriam desapropriadas, a indenização seria com títulos da dívida pública. Entretanto, o presidente do PTB, Bocaiúva Cunha e Leonel Brizola não aceitaram a proposta. Defendiam que a reforma agrária deveria desapropriar, também, as terras produtivas. Neste momento, João Goulart, observando que não haveria mais possibilidade de conciliação entre PTB e PSD, optou por se aproximar das alas mais radicais da esquerda. Acreditava que conseguiria pressionar o congresso para aprovar a reforma agrária através de manifestações populares, logo, tratou de apoiar as manifestações de rua.

O “Comício da Central” foi um bom exemplo desta tendência. Apoiado por diversos grupos da esquerda, o comício serviu para trazer os trabalhadores e a esquerda para mais perto do presidente. Entretanto, se a esquerda se aproximou mais de Jango, a direita aumentou, ainda mais, sua oposição. Em suma, o comício do dia 13 de março de 1964 desencadeou forças “à esquerda e a direita que o governo não podia mais controlar” (FERREIRA, 2014, p.251). O PSD, de aliado se torna oposição ao governo, não concordava com a radicalização das posições de Jango, inclusive, seu desejo era que o presidente apoiasse a campanha de Juscelino para as eleições de 1965.

Segundo Jorge Ferreira, em estudo levantado em seu livro “1964”, pesquisas do IBOPE haviam apontado para um grande apoio por parte da sociedade à reforma agrária. Esse apoio estava presente em praticamente todas as capitais brasileiras e em todas as classes sociais. O autor defende que era um bom momento para a realização de uma reforma agrária, porém, o desencontro entre PTB e PSD, deixou esse momento passar. Desta maneira, o governo de Jango tornava-se cada vez mais instável, pois, o

Plano Trienal fracassava e, a reforma agrária não conseguia sair do papel. Entretanto a Sociedade Rural Brasileira era copiosamente contra as desapropriações, com ou sem indenização. Para ela, “Atrás da reforma agrária se esconde o alcance da reforma constitucional, o verdadeiro objetivo, qual seja levar o País à ditadura de esquerda com o sacrifício da dignidade humana” (*A Rural*, São Paulo, editorial, maio/63).

Na pauta das reformas ainda estavam à participação política dos analfabetos e inferiores das Forças Armadas, como uma forma de atrair apoio político ao governo. Além disso, as reformas possuíam medidas nacionalistas como, por exemplo, a nacionalização de empresas concessionárias de serviços públicos, frigoríficos etc. Além da regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a ampliação do monopólio da Petrobrás.

Entre os opositores de Jango, destacamos a Ação Democrática Parlamentar. Financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), tal associação recebeu recursos da CIA. Outro grupo que se opunha a Goulart foi um setor das Forças Armadas ligados a Escola Superior de Guerra. A doutrina de segurança nacional, que ganhou força principalmente após a revolução cubana, ganhava espaço no Brasil. Importada dos Estados Unidos da América e França, tal doutrina era uma forma de evitar que a “ameaça comunista” chegasse ao poder no Brasil. Os cursos oferecidos pela ESG foram frequentados por militares e civis.

De um modo geral, podemos dizer que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do já mencionado IBAD foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. Na medida em que o governo de Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmou-se nos círculos associados ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo (FAUSTO, 2009, p.453).

Em 1963, através de um plebiscito o presidencialismo retornou ao sistema político brasileiro. Jango nomeou San Tiago Dantas no Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, nomeou Celso Furtado. Um nome querido pela esquerda do PTB e também pelos comunistas foi escolhido para ocupar o Ministério do Trabalho: Almino Afonso. Para tentar contornar a crise financeira, Jango anunciou o Plano Trienal. Criado por Celso Furtado, o plano visava combinar crescimento econômico, reformas sociais e combate à inflação.

Era previsto no Plano, a reforma agrária, inclusive como solução do problema de produção agrícola. Prevvia-se também, o aumento de impostos aos grupos com renda mais alta. Mais uma vez, os planos de Jango desagradavam os proprietários de terras, a burguesia e a classe média. Segundo a Sociedade Rural Brasileira o plano “afeta de maneira insólita o direito a propriedade, abrindo as portas para todos os abusos, caprichos e ambições que os detentores do poder queiram desencadear contra a classe dos agricultores proprietários” (*A Rural*, São Paulo, editorial, fevereiro/63). No mesmo artigo, a entidade considerava o plano “cheio de defeitos de exposição e de incoerências doutrinárias” (Idem).

Entretanto, o Plano não foi bem recebido pelo setor operário, que não aceitava restringir seus salários e nem pela classe que se beneficiava com a inflação e queria mesmo a ruína do governo e o fracasso do plano. Após o fracasso do mesmo em 1963, Jango encontrava dificuldades em receber apoio dos setores mais a esquerda do PTB, inclusive seu cunhado, Leonel Brizola, cobrava o avanço das reformas. Nas forças Armadas a oposição também aumentava. Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior, já defendia uma “intervenção defensiva”.

Em 1964, João Goulart decidiu buscar o apoio das massas para seguir em frente com as reformas de base. Tentando conseguir o apoio popular, organizou na central do Brasil, no dia 13 de março, um comício conhecido como “Comício da Central”. Jango então anunciou a assinatura de dois decretos. O primeiro desapropriava refinarias que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo, chamado de Superintendência da Reforma Agrária, executaria a desapropriação de propriedades subutilizadas. Ambos os decretos deixavam a classe conservadora impaciente. A reforma urbana que previa, inclusive, a posse das casas alugadas deixou a classe média apavorada.

Em resposta ao comício, houve em São Paulo a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964. Tal marcha contou com o apoio de setores conservadores da Igreja Católica e inclusive do apoio financeiro da Sociedade Rural Brasileira.

A passeata foi precedida de várias reuniões e líderes de nada menos que oitenta organizações que participaram do evento. Entre elas estavam: a Fraterna Amizade Urbana e Rural; **Sociedade Rural Brasileira**; a União Cívica Feminina, entre outras. (FERREIRA, 2014, p.302. Grifo meu).

A quebra de hierarquia provocada por Marinheiros, e a nomeação de um Ministro da Marinha apoiado pela CGT, Paulo Rodrigues, não acalmou os ânimos. O novo ministro para acalmar os revoltosos não puniu os marinheiros, entretanto, tal iniciativa provocou a ira do Clube Militar, que afirmou que isso seria um incentivo para quebra da hierarquia militar.

A situação ficou ainda mais tensa, os militares avançam no plano de golpe, que foi realizado, rapidamente, na madrugada de 31 de março para 1º de abril. João Goulart optou pela não reação, apesar de Brizola tentar resistir. Inicia-se um Regime Civil-Militar, que teve duração até 1985.

Na Argentina, em 1962, o mandato de José María Guido “começava com enormes debilidades, sujeitos a pressões e caprichos contraditórios dos militares” (FAUSTO e DEVOTO,2004,p.371). Seu governo duraria apenas um ano e meio e foi marcado por uma profunda crise política.

Um efeito centrífugo atingia todas as instituições e movimentos políticos. O presidente carecia de poder, e o Congresso, embora não tivesse sido dissolvido, encontrava-se numa espécie de limbo, sem nenhuma atividade concreta. Eram as forças Armadas o ator político central, mas mesmo elas estavam muito fragmentadas, como revelam as sucessivas reformas ministeriais impostas por diferentes facções militares, com linhas às vezes antagônicas, exercendo um poder de veto sobre qualquer nomeação que lhes desagradasse. Assim, na prática, não havia espaço para uma política coerente, nem institucional nem econômica (Idem).

As tentativas de preservar a legalidade foram em vão. Inicialmente, o ministro do Interior Rodolfo Martínez, foi obrigado a renunciar por pressão dos militares. Posteriormente, todos os deputados da UCRP renunciaram e, também, o segundo ministro do Interior. Pouco depois, a instabilidade repercutiu também na economia. Observamos em um curto período, quatro ministros ocupando a pasta da Economia, Federico Pinedo, por exemplo, ficou apenas quinze dias no cargo.

Em setembro de 1962, ocorreu um confronto aberto entre alas do Exército, chamados de “Colorados” (golpistas) e “Azuis” (legalistas). Os “azuis” saíram vitoriosos, Juan Carlos Onganía, foi nomeado comandante-chefe das Forças Armadas. Com a vitória dos legalistas, o governo de Guido experimentou um período de trégua. Porém, em abril de 1963, ocorreu mais um confronto entre os “colorados” e os “azuis”. Os “colorados” apoiaram um levante da Marinha, o movimento acabou fracassando, a

Marinha foi submetida a um expurgo. Apesar das sucessivas vitórias, os “azuis” passavam por problemas internos, enquanto uma ala não aceitava nenhum tipo de acordo com o peronismo, outros defendiam a construção de uma frente que o incluísse.

Na sociedade civil também havia divisões. A UCRI se encontrava dividida entre velhos e novos radicais. No peronismo uma parte já questionava a liderança de Perón. Os sindicalistas, que neste momento concentravam um grande poder, já pensavam em um peronismo sem Perón. O Partido Socialista, tradicional agremiação, se desintregaria.

As profundas divisões provocaram um resultado inesperado nas eleições de julho de 1963. Os peronistas optaram pelo voto em branco (o governo tinha optado pelo sistema de representação, a fim de reduzir o impacto de uma participação dos peronistas), os frondizistas preferiram a abstenção, pois, não aceitaram apoiar o candidato de seu partido, Oscar Alende. Com 25% dos votos a UCRP saiu vitoriosa, embora não tenha alcançado a maioria no colégio eleitoral, conseguiu eleger um personagem sem nenhuma relevância no interior do partido, Arturo Umberto Illia.

Assim começava na Argentina a última experiência civil da fase iniciada em 1955. Um governo fraco, com pouca legitimidade, (...). Além disso, era um governo vigiado de perto por militares hostis, com o problema do peronismo ainda por resolver e uma série de demandas sociais insatisfeitas, agravadas por uma recessão que se arrastava por quase dois anos, e acossado por um sindicalismo organizado e combativo (FAUSTO e DEVOTO,2004, p.374).

De fato, somente em 1983 a Argentina pôde experimentar novos governos democráticos, com exceção do “*Argentinazzo*”, em 2001, que provocou a saída de Fernando de la Rúa, o país até hoje desfruta de certa normalidade institucional.

O governo de Arturo Umberto Illia, de saída já possuía inúmeros problemas ligados a sua legitimidade. Socialmente, a Argentina passava por um turbilhão de mudanças, com forte influência do movimento cultural vanguardista. A radicalização ideológica estava presente em vários círculos sociais. O fracasso do frondismo provocou a desilusão das classes médias urbanas.

Politicamente, o Radicalismo representava mais uma corrente antiperonista do que uma opção ideológica concreta, ou seja, seu apoio se devia mais a uma falta de alternativa do que em uma opção consciente. A UCRP não conseguia nenhum tipo de avanço em relação às Forças Armadas, isso manteve os setores golpistas de pé. “o

governo Illia tinha de saída, um Exército hostil, cujos vínculos políticos mais fortes se encontravam na constelação desenvolvimentista, na Igreja e nos grupos nacionalistas” (FAUSTO e DEVOTO,2004,p. 384).

Embora tradicionalmente próximos à ala dos “colorados” do exército, havia ainda no caminho do presidente, a hegemonia dos “azuis”. Liderados pelo general Onganía, acreditavam que poderiam tomar o poder. Apesar de terem defendido a legalidade no passado, defendiam, naquele momento, a concepção golpista dos “colorados”.

Os sindicatos, cada dia mais fortes, continuavam na oposição ao governo. Por outro lado, cada concessão que o governo fazia aos trabalhadores, gerava uma oposição por parte das entidades patronais. Quanto ao peronismo, o movimento não havia morrido, pelo contrário, ganhava novamente espaço no cenário político argentino. Apesar de o governo permitir a participação do peronismo na vida política, a UCRP impediu o regresso de Perón, em 1964.

Em março de 1965, nas eleições para a renovação parcial da Câmara dos Deputados os peronistas saíram vitoriosos nas urnas. Utilizando a legenda, Unión Popular, obteve 34% dos votos, contra 28,5% da UCRP. Entretanto, as regras de representação proporcional diluíram a vitória peronista.

Economicamente, o país se encontrava em um período de razoável estabilidade. A economia argentina se adaptava bem a clássica política keynesiana. Observamos no governo de Illia, aumento real de salários, diminuição de desemprego, inflação sob controle, e crescimento de 10% do PIB, tanto em 1964 quanto em 1965.

Apesar da estabilidade econômica, o governo de Illia não conseguia afastar a ameaça golpista do Exército. Cada vez mais próximo à doutrina da segurança nacional, o general Onganía e seus homens se opunham, copiosamente, a posição moderadamente independente do governo. Os “azuis” queriam um alinhamento ideológico imediato com os Estados Unidos da América. As visitas de Onganía ao Pentágono eram constantes. Em fins de 1965, uma manobra do governo que visava forçar a renúncia de Onganía fracassou. Ampliou-se então o problema com o Exército, pois, seu substituto, o general Pistarini, também estava envolvido com os planos golpistas. O comandante do Primeiro

Corpo do Exército, o general Julio Alsogaray, também fazia parte do complô. O cerco se fechava para Illia, o golpe era uma questão de tempo.

O desfecho do golpe se deu em 1966, o general Juan Carlos Onganía, assumiu a presidência da República, governando até junho de 1970. O presidente teve seu governo interrompido pela Junta de Comandantes, em meio às tensões sociais provocadas pela resistência popular iniciada em Córdoba (*Cordobazo*) e, frente fortes dificuldades encontradas para resolver alguns problemas econômicos. Foi nomeado presidente da República o general General Roberto Marcelo Levingston, nome pouco conhecido, ficando no poder até 1971, sendo então substituído pelo general Alejandro Agustin Lanusse, este sim um nome forte, para tentar conter as tensões sociais.

Em 1973, tivemos o regresso do peronismo na Argentina, marcado pela eleição de Héctor Cámpora que obteve 49,5% dos votos. Sua primeira medida foi anistiar os presos políticos da ditadura antiperonista. Em julho do mesmo ano Cámpora renunciou, abrindo caminho para novas eleições, que levariam Perón de volta ao poder. A resposta das urnas foi clara, Perón venceu as eleições com 62% de votos. Com a morte do líder justicialista, sua esposa, Maria Estela Martinez Perón (Isabelita), assumiu a presidência.

Ao contrário do primeiro governo de Perón, a Argentina em 1973, se encontrava em uma profunda crise financeira. Logo, não havia como manter os benefícios dos burgueses e proletários, como no seu primeiro governo, uma aliança estaria fora de cogitação.

Perón distribuiu com certa heterogeneidade os cargos do governo, por exemplo, o Ministério da Economia ficou nas mãos de um burguês, o Ministério do Trabalho com Ricardo Otero da “Unión Obrera Metalúrgica”, a ultradireita ficou com a secretaria particular de Perón.

Fora do governo federal a influência Montonera estava presente no Congresso Nacional, na administração das províncias e nas universidades. Tivemos oito deputados Montoneros na Câmara dos Deputados de 145 no total. Estes fizeram discursos radicais contra a tortura e atividades parapoliciais. Contudo, não conseguiram por em prática as promessas eleitorais como a reforma agrária. Apesar de encontrarmos Montoneros representantes nas províncias esses foram superados em número por setores sindicais e outros setores menos radicais.

Os Montoneros criaram uma série de organizações de massas adaptadas as necessidades de cada movimento sociais. Podemos destacar a JP (Juventude Peronista Regional), Juventude Universitária Peronista (JUP), Juventude Trabalhadora Peronista (JTP), Movimento Villeros Peronista (MVP), *La Agrupación Evita* (AE) e o Movimento de inquilinos peronistas (MIP).

A Juventude Peronista possuía uma baixa influência nos movimentos sindicais. Em suma, os defeitos da organização e a falta de poder econômico e estratégico limitaram a influência da Tendência Montonera dentro do movimento peronista no governo.

Não acreditavam no Pacto entre a CGT (Central Geral do Trabalho) e CGE (Central Geral Econômica). Tal pacto visava aumentar salários e congelar os preços. Os peronistas encontraram uma saída, pouco responsável: aumentar a circulação de capital para aquecer a economia. Como resultado a Argentina sofreu com a hiperinflação. Além disso, o pacto social entre CGT e CGE restringia as greves, prevendo suspensões e punições aos grevistas.

Em 12 de Outubro, quando Perón tomou posse, os Montoneros anunciaram uma fusão com as FAR⁵. Em uma de suas afirmações disseram *“Perón hoy es Argentina. Es Soberanía. Es Pátria”*. Contudo, durante o governo de Perón, algumas concessões feitas a setores da direita, provocaram a renúncia de alguns Montoneros. Parafraseando Evita Perón clamavam: *“renunciaban a los honores, pero no a la lucha”*.

Durante o mês de janeiro, os Montoneros fizeram algumas críticas amenas. Mário Firmenich (Líder Motonero entre 1970 e 1983) reconheceu que, na verdade, os Montoneros haviam construído seu próprio Perón, que não existia, mas agora ele estava de volta, e *“Perón es Perón y no lo que nosotros queremos”*.

Para arrancar concessões de Perón, os Montoneros boicotaram uma reunião com o líder, em 31 de janeiro. Estariam também reunidos as organizações juvenis na residência oficial do governo em Olivos. Acusavam os militantes da direita peronista de assassinar membros da esquerda peronista, além de outros ataques contra os membros de esquerda. Além disso, eram contra a participação da juventude fascista na celebração do Primeiro de Maio.

Em março de 1974, os Montoneros juntaram cinquenta mil pessoas no estádio de Atlanta para decidir o futuro do movimento. Neste encontro, acusavam alguns

⁵ *Fuerzas Armadas Revolucionárias*: Organização armada da Argentina formada no final da década de 1960. A organização pretendia se unir as guerrilhas rurais iniciadas por Che Guevara na Bolívia.

sindicalistas de traição. Tinham como objetivo “*recuperar el gobierno para el pueblo y para Perón*”. Afirmavam que Perón estava sendo controlado por traidores e membros de grupos de direita e sindicalistas.

Na festa de primeiro de maio de 1974, os Montoneros demonstraram sua insatisfação com o governo. Não acataram a ordem do governo de só exibir bandeiras nacionais e estandartes de sindicatos. Quando a celebração teve início, Perón se deparou com inúmeras bandeiras argentinas, com a palavra “Montoneros” escrita em Spray. Também se negaram a gritar somente “*Argentina, Argentina, e Perón, Perón*”, gritavam “*Si Evita viviera sería montonera*”.

Após um minuto de silêncio em homenagem a Evita, começaram a gritar nome de mortos Montoneros. Perón, furioso, fez duras críticas ao grupo. Cansados das ofensas se retiraram, restando apenas um terço do público na *Plaza de Mayo*.

Ao receber o ditador chileno Augusto Pinochet com honras em território argentino, começaram a perder sua crença em Perón. Em 1º de julho de 1974, aos setenta e oito anos, o líder Justicialista morreu de enfarto. Após sua morte os Montoneros, fizeram respeitosa críticas ao seu governo e, posteriormente caíram em profundo silêncio.

Após a morte de Perón, observamos uma ofensiva da direita. A chamada “*La triple A*”, iniciou uma caçada anticomunista, assassinando também vários peronistas de esquerda. Somente no ano de 1974 estimam-se duzentos mortos. Além disso, houve ataques às sedes das organizações JP, JUP e JTP. Montoneros também foram assassinados. Essa violência só foi possível, pois, havia um apoio por parte da polícia federal, que fazia “vista grossa” para os assassinatos e ataques.

Posteriormente chegou a vez dos ataques as universidades. Em 1975 foram demitidos 4000 professores, 1600 estudantes foram presos. Dessa maneira, os Montoneros perderam uma valiosa base de apoio. A nova lei universitária de 1974 proibiu o exercício da política nas universidades, restringiu a livre atuação dos sindicatos, e os reitores deviam ser normalizadores, sendo assim, os partidários da Tendência, foram obrigados a apresentar sua demissão. O erro da JUP foi confiar no espírito das leis. Como consequência houve a tomada das universidades pelos fascistas.

Dentro do próprio sindicalismo, os Montoneros não possuíam força o suficiente para mudar a história, pois, a JTP nada podia fazer contra os burocratas sindicalistas. As fraudes nas eleições e manipulações eram enormes. O golpe final das forças dos

Montoneros se deu em 1974, quando dois grandes militantes caíram, SMATA⁶, e o *sindicato de los obreros gráficos* de Raimundo Ongaro, a *Federación Grafica Bonaerense*, torna-se ilegal.

A esquerda foi expulsa dos postos que tinha no movimento, perdendo sua influência no Congresso Nacional, nos governos de províncias e nas administrações das faculdades. Isabel Perón estava na presidência, porém quem controlava o governo era López Rega. Suas manifestações nas ruas foram violentamente reprimidas e proibidas, e o assassinato político era tido como algo natural. Nesse cenário os Montoneros deveriam rever sua estratégia ou acabariam aniquilados.

Tentaram, posteriormente, algumas alianças, não deram certo, uma delas com o Exército. Houve tentativas de reunir a juventude, entretanto, o único movimento realizado foi uma marcha contra o golpe militar no Chile, nada mais. Excluídos do sistema político oficial argentino, os Montoneros se voltaram violentamente contra ele. Em 6 de setembro de 1974 declararam guerra ao governo, diziam que não era “*ni popular, ni peronista*”, estavam novamente na clandestinidade. Na verdade, não viam diferença entre a ditadura e o governo, porém, com o passar do tempo, contavam com um grande apoio das massas. Nos próximos doze meses se transformariam na maior força guerrilheira urbana que se tem conhecimento na América Latina.

Em 1976, o país sofreu mais um golpe militar, desta vez o mais violento de todos. Assumiu o poder uma junta militar, liderada por Jorge Rafael Videla. Essa ditadura teve duração até o ano de 1983.

O governo de Videla ganhou o apoio de diversos setores da sociedade, entre eles a *Sociedad Rural Argentina*. Um dos objetivos do chamado “*Proceso de Reorganización Nacional*”, era combater as guerrilhas armadas que ganharam força, principalmente, a partir da década de 70. Para as Forças Armadas o Comunismo deveria ser extinto na Argentina.

1.3 SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E *SOCIEDAD RURAL ARGENTINA*: UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS.

1.3.1 INTRODUÇÃO

⁶ *Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor de la República Argentina*.

A escolha de tais entidades de proprietários rurais, neste presente trabalho, se deu devido à tradição que elas possuem. Logicamente, no período analisado, tais entidades não eram as únicas a representarem os interesses dos produtores rurais. Entretanto, na inviabilidade de estudar todas, o autor deste trabalho preferiu optar pelas mais tradicionais.

Duas dessas entidades, inclusive, possuem data de fundação no século XIX, a *Sociedad Rural Argentina*, criada em 1866, e no Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897. No início do século XX, tivemos a fundação da Sociedade Rural Brasileira, em 1919.

Em linhas gerais, todas elas defendem os interesses dos grandes proprietários de terras. Existem proximidades e diferenças entre seus posicionamentos, obviamente. O que será mostrado com mais detalhes nos capítulos II e III.

A SRB, com sede em São Paulo, por exemplo, sempre possuiu em seu corpo de associados, uma grande parcela de produtores de café. Logo, ao longo da pesquisa, encontramos diversos artigos sobre a política cafeeira do país. A SNA, com sede no Rio de Janeiro, já possui um caráter bastante heterogêneo. A entidade tenta representar uma parcela maior dos produtores do país. Nos artigos de seu periódico, “A Lavoura”, encontramos diversas matérias sobre a produção de leite, trigo, milho, café, arroz, entre outros, como também, sobre criação de bovinos, aves, suínos, e até mesmo de rãs.

Na SRA, com sede em Buenos Aires, vamos encontrar uma grande parcela de associados no ramo da pecuária, logo, a questão da carne, também terá um eixo central dos debates e encontros da entidade. Inclusive, anualmente a mesma promove a tradicional “Feira de Palermo”, onde os criadores de gado expõem suas raças. Em termos comparativos, as posições da *Sociedad Rural Argentina* se aproximam mais da Sociedade Rural Brasileira, principalmente no tocante a reforma agrária. O que também veremos com mais detalhes durante os capítulos posteriores.

1.3.2 AS FONTES

Através das fontes foi possível analisar o discurso dos produtores durante todo o processo de ditaduras que estes países sofreram entre os anos 1960 a 1980. No total foram utilizados quatro grupos de fontes: As revistas “*Anales*” da SRA, “A Lavoura” da SNA, “A Rural” da SRB e, o jornal Estado de São Paulo. Este nos serviu de suporte, principalmente, no período onde não houve circulação da “A Rural”, ou seja, de 1968 a 1978. Infelizmente, em visita, a sede da Sociedade Rural Brasileira, os responsáveis

pelo acervo não souberam nos informar porque não houve a circulação da revista neste período.

Assim como “A Rural”, a Sociedade Nacional de Agricultura suspendeu a circulação da “A Lavoura” no ano de 1964. Logo, infelizmente não tivemos acesso ao discurso oficial da entidade no ato do golpe civil-militar que ocorreu no país em abril deste mesmo ano. “A Lavoura” retornou em 1965, no editorial alegava problemas financeiros. Logicamente, os Editoriais seguintes foram expondo sua posição sobre o “Golpe de 1964”.

Com exceção do jornal “O Estado de São Paulo”, onde houve a pesquisa através de seu acervo digital, as revistas mencionadas anteriormente, dependeram de uma visita à sede de suas respectivas entidades. No caso dos “*Anales*”, encontramos todos os volumes na biblioteca da SRA, situada na própria sede administrativa da *Rural*, na Rua Florida, 460. Uma ampla biblioteca, que mantém em bom estado de conservação todas as edições dos “*Anales*”, desde sua fundação. Além desta revista, a biblioteca conta com mais de 50 mil obras específicas do ramo agrícola, além de sua base de dados a catálogos de raças.

Os volumes da “A Lavoura”, encontramos na biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura. A Biblioteca Edgard Teixeira Leite, foi fundada em 1897, situada no bairro da Penha, cidade do Rio de Janeiro. Desde 1974, ela é depositária da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Também, encontramos os volumes de “A Lavoura”, encadernados por ano, em bom estado de conservação, desde seus primeiros volumes.

“A Rural”, revista da Sociedade Rural Brasileira, tivemos acesso depois de uma visita agendada na sua sede, situada em São Paulo, capital. Seus volumes se encontravam em uma pequena sala, de maneira geral, estavam desorganizados e seu estado de conservação também não era muito bom. Tivemos certa dificuldade em organizar cronologicamente os volumes, assim como depois de 1978, até 1985, não encontramos todos os volumes mensais ou bimestrais da revista. Os responsáveis também não souberam informar se não existiram, ou se não arquivaram em seus acervos.

A periodicidade de tais revistas variavam entre mensais, como os “*Anales*”, e bimestrais como as revistas “A Rural” e “A Lavoura”. Entretanto, encontramos em alguns períodos volumes mensais e até mesmo trimestrais das revistas da SNA e SRB. De maneira geral, eram similares seus conteúdos. Geralmente, em seu editorial, escrito

na maioria das vezes pelo diretor da revista ou o presidente da entidade, eram abordadas questões sobre política e economia. Na maioria dos casos, era nesse espaço que as entidades expressavam claramente sua posição frente aos respectivos governos.

No corpo das revistas, encontramos matérias que abordavam sobre Reforma Agrária, modernização da produção, aspectos técnicos, novas tecnologias, eventos sociais e premiações. “A Lavoura” possuía um diferencial, chamado de “Legislação Agrícola”, neste espaço, geralmente no fim da revista, atualizava o produtor sobre a Legislação em vigor no país. Todas elas também traziam, constantemente, a relação dos membros de suas direções, seus presidentes, vice-presidentes, diretores, secretários, tesoureiros etc.

1.3.3 AS ENTIDADES E A BUROCRACIA ESTATAL

Historicamente, como apontam alguns estudos sobre os proprietários rurais e suas entidades de classe, observamos forte presença de membros das entidades pesquisadas participando da burocracia estatal. Entre esses estudos podemos citar Mirta L. de Palomino e seu, *Tradicion y poder: La sociedad Rural Argentina (1955-1983)*, Sonia Regina de Mendonça, “O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)”, José Alberto Pierri, “*Sector externo, política agrária y Entidades del agro pampeano (1960-1986)*” e, Wenceslau Gonçalves Neto, “Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)”.

Entretanto, não foi apenas no período de 1964 a 1985, que observamos a participação destas entidades, na burocracia estatal de seus respectivos países. Estudos de períodos anteriores, como o de Alejandro C. Tarruella “*Historia de La sociedad Rural Argentina*” e Vanderlei Vazelesk Ribeiro “A Roça y la campaña: a questão agrária sob o varguismo e peronismo em perspectiva comparada”, apontam para a participação das entidades de proprietários na política brasileira e argentina. Logicamente, oscilando entre períodos de “colaboradores” e “opositores” da burocracia estatal.

Sonia Regina de Mendonça e Mirta L. de Palomino, contribuíram bastante para o estudo estatístico da participação de membros da SRA, SRB e SNA, na burocracia estatal. Observamos, durante o período conhecido como “*Revolución Argentina*”(1966-1973), a presença de cinco Ministros membros da SRA, treze membros ocupando cargos em secretarias ou subsecretarias de empresas nacionais, nove membros ocupando cargos

em bancos oficiais do Estado. Durante o “*Proceso de Reorganización Nacional*” (1976-1983), observamos um menor número de membros da *Rural de Palermo* nos quadros da burocracia estatal: apenas um ministro, sete membros ocupando secretarias e subsecretarias de empresas nacionais e quatro membros ocupando cargos em bancos oficiais do Estado.

Palomino também destacou o nome de alguns dirigentes da *SRA* que ocuparam cargos importantes na burocracia estatal. Destacaremos aqui Alfredo Gaztambide, ocupando a diretoria do Banco de la Provincia de Buenos Aires, durante o período da “*Revolución*”. Durante o “*Proceso*”, a autora destaca os nomes de: Alberto Mihura, ocupando a secretaria de pecuária e Lorenzo Sojo, na diretoria do Banco Central.

Sonia Regina de Mendonça nos apresenta uma série de informações sobre os membros da SNA e SRB. A autora utiliza de um grande número de anexos em seu livro, “O patronato rural no Brasil”, já citado acima, para organizar os membros das entidades nos seus respectivos cargos. Além disso, a autora também fez uma breve biografia dos principais dirigentes das entidades pesquisadas por ela. Neste trabalho, enfatizaremos alguns deles.

Na SNA, por exemplo, temos na presidência no período de 1961-1979, o pecuarista e agroindustrial Luiz Simões Lopes. Luis ficou ao todo dez mandatos a frente da SNA. Entre suas diversas atividades, destacamos a presidência do Banco de Investimento e Desenvolvimento Fiducial do Comércio e Indústria de 1966-1971. Também foi funcionário do Ministério da Agricultura e presidente da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda.

Outro nome de peso da Sociedade Nacional de Agricultura foi Edgard Teixeira Leite. Foi 2º vice-presidente da entidade durante três mandatos (1955-1960) e 1º vice-presidente durante quatro mandatos (1961-1968). Fluminense e biólogo, foi secretário de Agricultura do Rio de Janeiro de 1947 até 1950 e, membro da Junta Consultiva de Comércio Exterior.

A partir de 1980, Octávio Mello Alvarenga assumiu a presidência da SNA. Advogado e fazendeiro, de 1965 a 1968, foi assessor do Instituto Brasileiro para Reforma Agrária (Ibra). Em 1974 foi nomeado procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Gilberto Conforto se destacou como 1º vice-presidente da SNA, por um longo período, 1978 a 1992. Fluminense e agrônomo, foi diretor do Departamento de Agricultura e do Departamento de Abastecimento do estado do Rio de Janeiro, também foi chefe do Serviço de Mecanização Agrícola do Ministério da Agricultura.

Heitor Grillo ocupou a 3º vice-presidência da SNA, durante o período de 1963 a 1975. Paranaense e agrônomo, foi fitopatologista do Ministério da Agricultura, diretor da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, secretário de Agricultura da Guanabara e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas do Ministério da Agricultura.

Além dos nomes citados acima, destacamos o de Frederico Murtinho Braga, ocupando a primeira secretaria da SNA, no período de 1955-1971, que fora diretor do Instituto Agrônomo do Norte e do Ministério da Agricultura.

Na Sociedade Rural Brasileira, quando houve o golpe civil-militar em 1964, assim como durante a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 19 de março de 1964, que obteve apoio da SRB, estava em sua presidência o Cafeicultor Salvio de Almeida Prado.

Em 1963, Sálvio de Almeida Prado foi eleito presidente da SRB. Paulista, cafeicultor, foi diretor da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp) e da Confederação Rural Brasileira (CRB). Também foi conselheiro do IBC.

Seu antecessor foi Renato da Costa Lima. Ocupando a cadeira da presidência da SRB durante o período de 1957 até 1963. Em 1958, Renato da Costa Lima, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Em 1962, durante o período parlamentarista de João Goulart, foi nomeado Ministro da Agricultura pelo primeiro-ministro Francisco de Paula Brochado da Rocha, mas, renunciou em setembro do mesmo ano. Renato também foi criador da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), diretor da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), da Superintendência da Política Agrária (Supra) e da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal).

Renato Ticoulat Filho ocupou dois mandatos na presidência da Sociedade Rural Brasileira, de 1978 até 1984. Paulista e agro empresário, foi diretor da Câmara de

Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes) e membro do conselho superior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). No site da SRB, o ex-presidente da entidade, tem papel de destaque durante os diálogos com o ex-presidente João Batista Figueiredo e o ex-ministro da agricultura Antonio Delfim Netto.

Além destes citados acima, há uma gama enorme de nomes que foram membros das Sociedades pesquisas. Entretanto, não há espaço suficiente para nos ater um por um. Em suma, o objetivo deste breve levantamento, em parte realizado nas obras citadas acima, em parte nos sites das respectivas Sociedades, é demonstrar que a maioria dos membros da diretoria dessas entidades ocuparam cargos em diversos setores da burocracia estatal.

Ao longo deste trabalho vamos observar os diálogos dessas Sociedades com a burocracia estatal. Ou seja, analisaremos a “voz” dos produtores perante as políticas encaminhadas pelos governos ditatoriais. Cujo, tais entidades, preferem chamar pelo nome de “Revolução” ou “Processo”. O autor deste trabalho, embora discordando da nomenclatura utilizada por tais Sociedades, as manteve durante todo o trabalho, pois, nos ajudam entender melhor o discurso destas.

Basicamente, iremos encontrar durante os capítulos II e III, opiniões dos proprietários de terras que orbitam em quatro assuntos principais: Impostos; intervenção do Estado na economia; reforma agrária e subsídios do Estado ao setor agrícola.

Em relação aos impostos, tanto no Brasil, quanto na Argentina, havia constantes queixas por parte dos produtores em relação à quantidade e o valor destes. Para os produtores, isto representava um forte entrave ao crescimento agrícola de ambos os países. Comparativamente, a *Sociedad Rural Argentina*, dedicou mais matérias relacionadas à cobrança de impostos que as entidades brasileiras.

A intervenção do Estado na economia, também foi tema de diversos editoriais e artigos das Sociedades. Porém, estabelecendo um cotejo, observamos novamente um maior número de matérias criticando tal intervenção por parte da *SRA*. Principalmente durante a “*Revolución Argentina*”, o período do retorno do peronismo (1973-1976), e nos últimos anos do “*Proceso*”, a partir da saída de Videla.

O tema da reforma agrária, abordado no Brasil nos primeiros anos da ditadura, principalmente após a criação do “Estatuto da Terra”, ainda no governo Castelo Branco,

foi amplamente trabalhado. Na Argentina, a *SRA*, também vai abordar o tema, principalmente nos governos da “*Revolución*” e durante os governos de Câmpora-Perón-Isabelita.

Em linhas gerais, todas as Sociedades, tinham como eixo principal a crítica aos modelos de reforma agrária baseados na subdivisão de terras. Utilizaram de diversas páginas de suas revistas para apontar os números negativos das reformas em países Socialistas, como na extinta URSS, no Chile, Cuba, China, entre outros. Apesar de não utilizarem o mesmo nome, em suma, o que os produtores desejavam era a manutenção da grande propriedade e a modernização do campo, através de pesados investimentos estatais no setor, e incentivos fiscais para isso.

No Brasil, sobretudo durante o governo de Geisel, o fim do milagre econômico, provocou uma mudança de rumo no país. A escassez de recursos fez o governo priorizar o setor industrial, baseado na grande empresa estatal. A preocupação com o setor energético também colocou em papel secundário a agricultura. Investia-se nas grandes hidrelétricas estatais e no projeto nuclear brasileiro de geração de energia. Mais tarde, já durante o governo de João Batista Figueiredo, vamos observar uma relação mais próxima entre os agricultores e o Estado. No entanto, a situação de “lua de mel”, não durou muito tempo, pois, a segunda crise do petróleo em 1979, agravaria ainda mais a situação econômica do país, a inflação disparava, os subsídios do Estado na produção já não eram mais suficientes para manter os produtores satisfeitos.

Na Argentina, a *SRA* oscilava entre um apoio ao governo ditatorial, e de críticas ao modelo econômico adotado, parte disso devia-se ao medo de um retorno do peronismo, ou até mesmo do avanço de um comunismo no país. De fato, durante todo o período analisado, observamos uma espécie de saudosismo por parte da *Rural de Palermo*, sobre o período que vai de meados do século XIX até os anos 1930. O liberalismo econômico adotado pelos sucessivos governos oligárquicos, beneficiaram as elites argentinas, que não viam com bons olhos, os governos Radicais (UCR), muito menos os Peronistas.

Entretanto, por mais que houvesse um discurso liberal no período da “*Revolución*” e do “*Proceso*”, na prática acompanhamos uma burocracia intervencionista e autoritária. A própria *SRA*, denuncia o aumento dos gastos públicos e a intervenção estatal no governo de Jorge Rafael Videla.

O entusiasmo das entidades durante o início das ditaduras em seus respectivos países, no entanto, se contrastava com o desânimo observado já nos momentos finais dos governos ditatoriais. Ao mesmo tempo em que já não havia mais esperança em uma política por parte dos ditadores, para reverter o quadro econômico que o Brasil e Argentina se encontravam nos anos 80. Não havia também muita esperança no que estaria por vir. A SRA, por exemplo, ao mesmo tempo em que se mostrava aliviada na vitória da UCR, que evitou o retorno do peronismo, não demonstrava nenhum tipo de esperança no governo de Raúl Alfonsín (1983).

Os Dirigentes da Sociedade Nacional de Agricultura, também, mesmo em meio à abertura política e a luta por eleições diretas, optaram por não “vestir a camisa” de nenhum partido, inclusive se opôs aos comerciários que decretavam apoio aos governistas. Eles afirmavam que estavam dispostos a apoiar “Políticas” e não políticos.

A Sociedade Rural Brasileira, ainda continuava no seu eterno embate com o Instituto Brasileiro do Café. Marcado durante toda a ditadura, entre acordos e desacordos com o IBC, a Rural Paulista, continuava “brigando” por uma política de preços mínimos que beneficiasse os produtores de café. Durante, basicamente os vinte anos de ditadura, a bandeira da SRB era o café, que estava de fato, perdendo seu papel de protagonista na agricultura, porém, os produtores não aceitavam tal situação.

Comparando com a SNA, a SRB teve mais momentos de “conflitos” com os governos ditatoriais. Ao mesmo tempo, as críticas realizadas pela entidade paulista eram mais duras, inclusive sofreram o peso da censura, ao colocar notas no Jornal Estado de São Paulo que incomodasse o governo. A Sociedade Nacional de Agricultura, vai mudar o tom, somente no meio do governo Geisel, estabelecendo severas críticas, principalmente ao Ministério da Fazenda. A substituição por Figueiredo aproximou novamente a entidade do governo, porém, como já foi mencionado anteriormente, a crise e a alta da inflação fizeram com que a SNA se afastasse mais uma vez do governo.

CAPITULO II

A Fábrica de Sonhos (1964 a 1972)

*“Coitada daquela gente que acreditou
Marchando, por minha família, pedindo a Deus
Vai ter que rezar novamente ao São Salvador
Pois a redentora prece, pariu Mateus”
(A Fábrica de sonhos, Gonzaguinha)*

2.1 IRONICAMENTE TRAÍDOS

Em primeiro de abril de 1964 o Brasil acordava sob um regime ditatorial. Apesar de receber o nome “Revolução Democrática”, pelos militares golpistas e os setores da imprensa que os apoiavam, os Atos Institucionais, que posteriormente fizeram parte da forma de governo, mostraram que a tendência do regime era claramente antidemocrática. No dia 9 de abril de 1964, é decretado o AI-1, tal ato formalmente manteve a constituição de 1946 assim como manteve o Congresso aberto. Segundo Boris Fausto “Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária” (FAUSTO,2009,P.465).

O AI-1 suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, assegurada aos magistrados, pela qual eles têm direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público. (Idem, p.466).

Outra característica do ato foi à criação de bases para a instalação de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que previa condenação à prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária.

Logo no dia primeiro de abril de 1964, a sede da UNE foi invadida e incendiada. A partir desse momento, tal grupo passou a atuar na clandestinidade. As Ligas Camponesas sofreram também forte repressão, os sindicatos sofreram fortes intervenções. O expurgo no congresso levou, logo nos primeiros dias do golpe, a cassação de quarenta deputados, sendo que vinte eram membros do PTB.

O AI-1 previa eleições indiretas para o cargo de presidente da República. No dia 15 de abril de 1964 foi eleito o general Humberto de Alencar Castelo Branco, seu

mandato estava previsto para terminar em 1966. Castelo Branco possuía relações estreitas com o grupo ligado a Escola Superior de Guerra, onde tinha sido inclusive, diretor de estudos. No ministério do Planejamento tomava posse Roberto Campos. Em suma, seu governo visava reformar o sistema econômico capitalista, ou seja, modernizar. Outro objetivo era combater a ameaça do comunismo e, estabilizar a questão econômica do país. Para que tal objetivo fosse alcançado foi lançado o PAEG, Programa de ação econômica do Governo. Basicamente o plano procurou “reduzir o déficit do setor público, contrair crédito privado e comprimir os salários” (FAUSTO,2009, p. 471).

Em novembro do mesmo ano, Castelo Branco, visando diminuir as tensões no campo pressionava o congresso a aprovar o Estatuto da Terra. O campo passava por constantes tensões, as Ligas Camponesas, que ganharam força no governo Jango, foram perseguidas pela ditadura. O Estatuto da Terra foi criado com a finalidade de executar uma reforma agrária e também criar uma política agrícola.

Uma das características mais marcantes do Estatuto foi o reconhecimento da “função social da terra”: “art. 2º é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista em lei”. A Lei deixava claro o objetivo de erradicar os males do latifúndio e, também, do minifúndio. Estava previsto a colonização das terras devolutas públicas como, também, a desapropriação de terras devolutas privadas. “Art. 13. O poder público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e exploração da terra que contrariem sua função social”. Nas zonas críticas ou de tensão social, a Reforma Agrária em terras privadas teria caráter prioritário, segundo o artigo 15 da Lei. O artigo 16 resume bem o objetivo desta Lei:

A reforma agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (*Estatuto da Terra*, Art.16, Capout).

Além disso, em suma, a Lei previa a desapropriação por interesse social, para “condicionar o uso da terra a sua função social” (*Estatuto da terra*, art.19, alínea “a”). A desapropriação prioritariamente de minifúndios e latifúndios, como prevê o inciso I do artigo 20. A indenização das terras privadas de acordo com a declaração de imposto de

renda (realizado em títulos da dívida agrária), a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, utilizando, inclusive, recursos da SUPRA.

Em relação à tributação sobre a terra, a lei previa uma tributação progressiva com o objetivo de “desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra” (Estatuto da Terra. Artigo 47, inciso D).

Interessante notar, como já mencionado anteriormente, que o debate sobre a reforma agrária estava presente em todos os ramos da sociedade, inclusive dentro da própria SRB. Entretanto, obviamente cada ramo da sociedade tinha uma visão distinta de reforma. A Sociedade Nacional de Agricultura, em relação a esse tema, afirmava em 1963 ser “por uma Lei Agrária ou um conjunto de leis que possibilite o desenvolvimento da nossa agricultura e que proporcione vida melhor aos que trabalham na terra” (A Lavoura, mar-jun/1963. P.3).

Mas não será traumatizando a nossa certamente já superada estrutura agrícola que o conseguiremos, pois que uma reforma de tal natureza e objetivos exige planos, programas e prazos para a sua efetivação. A simples entrega da terra a um brasileiro deseducado, doente, sem a necessária orientação técnica, desprovido de financiamento e de outras condições indispensáveis a uma agricultura menos empírica, que precisamos o quanto antes estabelecer no país, nada resolveria, antes agravaria a situação de déficit (...) (IDEM).

Após esta breve contextualização sobre o início da ditadura militar brasileira. A partir deste momento, vamos observar como foram as primeiras impressões das entidades de proprietários rurais brasileiras, frente ao novo governo. Já foi mencionado neste trabalho que a SRB teve um papel fundamental na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, importante movimento civil de oposição ao governo de João Goulart. Agora, nosso objetivo é verificar o discurso oficial desta entidade após a consolidação da “Revolução Democrática”. O autor deste trabalho, embora discordando desta nomenclatura utilizará da mesma algumas vezes, pois, esta foi utilizada no discurso oficial da SRB. Assim como no caso Argentino, utilizará das expressões “Revolução Argentina” e “Processo de Reorganização Nacional”, para abordar os períodos 1966-1973 e 1976-1983, respectivamente.

A edição do mês de abril da “A Rural”, trouxe em seu editorial um texto apontando a importância da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Neste,

observamos um sentimento de “revanche” da “Revolução de 1932”, quando membros da sociedade paulista se organizaram para derrubada de Getúlio Vargas, entretanto, foram derrotados. Nota-se à crítica ao governo de João Goulart visto, por alguns, como a continuidade do varguismo e, por outros, como uma tentativa de impor uma República sindicalista nos moldes do peronismo argentino. Outro aspecto interessante, é a forma como a entidade se colocava, considerava a principal vítima dos ataques do governo Jango.

À nossa geração estava reservado um evento destes, pois os paulistas, que já haviam escrito o épico episódio de 32, mais uma vez se puseram de pé e, como um só homem, esquecendo todos os sentimentos partidários, religiosos ou sociais, em uma afirmativa eloquente disseram: basta.

Cansado de tantas provações, dentre as quais se destacam as dirigidas contra a classe agrícola, escolhida pela primeira vítima a ser imolada na destruição da Pátria Brasileira (...) (*A Rural*, São Paulo, editorial, abril/1964).

Na mesma edição, a entidade enfatiza a oposição da lavoura paulista em relação à SUPRA. Segundo a rural paulista, “esse decreto não pode ser havido como reflexo da consciência jurídica e dos interesses econômicos deste país, porque, além de contrariar várias disposições constitucionais, compromete a produção de víveres indispensáveis às populações” (Idem, p.6). Outro aspecto criticado pela entidade é a questão da contenção de preços dos produtos agrícolas e, a questão do incentivo do governo na sindicalização dos trabalhadores. Todos esses aspectos, segundo a Rural, perturbavam a produção agrária. O texto também critica a alta inflação, que atingia a atividade agrícola.

Logo após o golpe, o presidente da SRB, Salvio de Almeida Prado, escreveu um telegrama para o general Olímpio Mourão Filho. Inicialmente parabenizava o general pela iniciativa, que segundo o presidente da entidade foi uma atitude tomada “em defesa da Pátria, pelo comunismo, pela corrupção, pela politicalha e pela impunidade” (*A Rural*, São Paulo, p.15, maio/64).

Em maio de 1964 o editorial da “A Rural” adotava um tom otimista. Com o título “Da marcha da família à revolução vencedora”, a entidade afirmava que “doze dias depois da grande manifestação do povo paulista, as Forças Armadas, que são parte integrante desse povo, punham as suas tropas nas ruas contra o governo opressor” (Idem, editorial). Segundo a entidade, vencida a guerra contra os 30 anos de governos de “moral pouco recomendáveis”, a luta agora seria contra a inflação.

Todavia, dados econômicos do IPCA⁷ mostram que o otimismo da SRB estaria com os dias contados. A média anual de inflação do período 1964-1967 ficou no patamar de 45,5% a.a. Houve, entretanto, uma redução da inflação no período conhecido como “milagre econômico”, onde a média anual do período 1968-1973 ficaria em 19.1% a.a. Porém, a crise internacional de 1973, trouxe de volta o “fantasma” da inflação, que atingiu no período de 1974-1980 a média anual de 51,8% e de 1981-1984, 150,3%.

Em junho de 1964, a SRB já ensaiava algumas críticas ao novo governo. Em tom de colaboração, a entidade criticava a posição favorável do Ministro do Planejamento, Roberto Campos, a um projeto de Reforma Agrária, visto pela entidade como uma proposição demagógica. Criticava também, a elevação do preço do trigo e dos combustíveis, o que seria uma repetição das “providências já fracassadas como a Instrução 204, 239, 258 e 263 da SUMOC” (*A Rural*, São Paulo, editorial, junho/64). No mês seguinte, novas críticas. O editorial do periódico da Rural paulista “Começamos muito mal”, deixava de lado o tom otimista dos dois primeiros meses da “Revolução”. Entre as críticas, estava o aumento do custo de vida, causado pelo impacto da Instrução 270 da SUMOC, que aumentou o preço dos combustíveis. O novo presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), também não agradou os produtores, assim como a política adotada por este. “Como se vê, começamos muito mal no setor econômico, que, como sempre afirmamos, era o principal a se revolucionar neste País” (*A Rural*, São Paulo, editorial, julho/64).

O Estatuto da Terra, já começa a ser alvo de críticas em agosto. A SRB considerava tal lei tão nociva para o país como a Lei 4.214 (Estatuto do Trabalhador Rural), votado no governo João Goulart.

Surgiu, em paralelo, o problema da reforma agrária, agora apelidada de “Estatuto da Terra”, que, infelizmente, no governo revolucionário esta tomando um sentido ainda mais desestimulador das atividades agrícolas, o que faz com que as previsões futuras se tornem sombrias. O que se esperava do governo revolucionário, - que era dar segurança à atividade privada interna em qualquer setor de produção, inclusive agrícola, como procura fazer com o capital estrangeiro, ao qual oferece totalmente, - não foi confirmado, estando a agricultura na pior situação em que jamais esteve até hoje. (*A Rural*, São Paulo, editorial, agosto/64).

⁷ Fonte: Banco Central

Os proprietários de terra não esperavam do novo governo algo que ameaçasse o direito de propriedade. Logo, os meses que antecederam a criação do Estatuto foram de inúmeras matérias reprovando o que a Sociedade Rural Brasileira chamava de atentado ao direito de propriedade. Para os produtores, as desapropriações por interesses social feriam o direito de propriedade, considerado um dos pilares da sociedade brasileira. Neste momento, o presidente da UDN, o deputado Bilac Pinto, afirmava que o anteprojeto de reforma agrária, proposto pelo ministro do planejamento estava baseado em bases erradas e nitidamente marxistas. A SRB, que possuía laços estreitos com os quadros do partido, corroborava essa afirmação.

O editorial da “A Rural” do mês de outubro já comparava a proposta de reforma do governo Castelo Branco, com o governo Jango: “Entretanto, pela mais incompreensível e surpreendente ironia do destino, decorria apenas 8 meses da vitória da revolução, o governo atual (...), adota a mesma intenção dos dirigentes depostos, apresentando idêntica proposta de emenda constitucional” (*A Rural*, São Paulo, editorial, outubro/64).

Porém, não podemos afirmar que os agricultores estavam sozinhos na “briga” contra a aprovação do anteprojeto. Um forte aliado da SRB no congresso foi o deputado federal Hebert Levy. O deputado diversas vezes foi homenageado nas páginas do periódico da entidade, como também nas páginas do jornal Estado de São Paulo. Filiado a UDN, era a voz mais atuante do congresso na defesa escancarada dos interesses dos proprietários de terra. O presidente da Rural paulista, Salvio de Almeida, inclusive, organizou um debate entre o ministro Roberto Campos e o deputado. Como tema principal estava à questão da terra. Outra bandeira levantada pelo deputado Levy, e apoiada pelos proprietários era o combate a inflação. Para ambos, o chamado “galope inflacionário” (Idem, p.22), era fruto de equívocos provocados pela administração estatal.

Em tom dramático, o presidente da SRB assina o editorial de novembro de 1964 da “A Rural”. Para ele, estava consumado “o derradeiro ato do drama agrícola nacional, com a imposição da votação da emenda constitucional alterando o artigo 141 da Carta Magna do País e com a do ‘Estatuto da Terra’, como foi denominada a reforma agrária” (*A Rural*, São Paulo, editorial, novembro/64). Segundo Salvio, os produtores foram às primeiras vítimas da Revolução que ajudaram a fazer. No mesmo mês, o presidente da entidade se reuniu com a Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Entre os deputados membros desta comissão estavam: João Pacheco e

Chaves (PSD), presidente da comissão; Moura Santos (PSD); Edson Garcia (UDN); Alceu de Carvalho (PTB); Jales Machado (UDN), entre outros.

Além de membros da SRB, estavam presentes membros do Conselho de Entidades Democráticas, da Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural e da Liga Independente pela Liberdade. Em seu discurso, Salvio de Almeida Prado, agradeceu o apoio dos deputados da comissão e, criticou duramente, o executivo do governo. Segundo o presidente da entidade, a agricultura nacional passava pelo mais grave momento de sua história.

(...) ameaçada que está pela incompreensão de um governo que, elevado ao poder em consequência de uma revolução, segue diretriz política embalada e propulsão pela mesma tônica que, incompreensivelmente, herdou do presidente deposto.

Contra a agricultura voltam-se novamente as iras dos que, tendo criado a inflação, por uma ironia do destino permaneceram no poder e alinharam o mais variado elenco de reformas, entre elas, em nova e aprimorada versão, a agrária, agora sob a denominação de “Estatuto da Terra” (*A Rural*, São Paulo, p.4, novembro/64).

No discurso, o presidente defende a livre empresa, ou seja, uma menor intervenção do Estado na economia. Discurso que se aproxima, como veremos, do discurso da Rural de Palermo. Assim como no Brasil, os produtores argentinos, durante os dois períodos ditatoriais analisados neste trabalho, se opuseram copiosamente ao intervencionismo estatal. A questão dos impostos também foi alvo de críticas na Argentina. O direito de propriedade, tanto para a *Sociedad Rural Argentina*, quanto para Sociedade Rural Brasileira, era fundamental para a manutenção da democracia, logicamente, ambas não consideravam o latifúndio nocivo à economia do país, pelo contrário.

O Estatuto da Terra foi considerado pela Rural paulista uma “ilegalidade dentro da legalidade”. A entidade afirmava que a expressão “Mínimo” do artigo 3 do AI-1, foi substituída por “Máximo” dias depois. Ou seja, o parágrafo único do artigo dizia que os projetos de emenda constitucional, enviados pelo presidente seriam apreciados pelo Congresso Nacional, em duas sessões no intervalo mínimo de 10 dias. Texto, segundo a entidade, original publicado em 4 de abril de 1964. Porém, modificado em 11 de abril, substituindo a palavra “mínimo”, por “máximo”. O que influenciou diretamente a votação do projeto do Estatuto da Terra, pois, a primeira votação data de 6 de novembro de 1964 e, a segunda 10 de novembro de 1964.

A SRB defendia uma “reestruturação agrária”, ou seja, um aumento da produtividade no campo sem mexer na questão da propriedade da terra. Proposta que também vai ao encontro da SRA. Os governos deveriam adotar políticas de incentivo a modernização do campo e diminuição dos impostos sobre a terra e sobre a produção. A Rural brasileira afirmava que uma reforma agrária baseada na subdivisão das terras faria o país regredir ao artesanato. Uma nova divisão das terras, segundo a entidade, só levaria fome ao país.

Francisco Malta Cardozo, ex-secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e, membro da SRB, também condenou o Estatuto. Para Cardozo:

O Estatuto visa, de fato, e através da destruição do fazendeiro, do sitiante, do criador ou usineiro, o retalhamento imediato da propriedade rural e, pela força das consequências dessa loucura sua coletivização estatal, posterior. Vale dizer, a abolição do direito de propriedade privada e da liberdade. Tal como aconteceu na Rússia, em Cuba ou na China. (*A Rural*, São Paulo, p.10, novembro/64).

A grande ironia, neste momento, é observarmos como os produtores rurais após a redação do Estatuto da Terra, comparam o governo de João Goulart com o de Castelo Branco. Segundo a SRB, a filosofia do Estatuto continha uma “violência marxista”, e a reforma seria imposta pelas armas ou pelo imposto progressivo. Em suma, indiretamente definiram o governo de Castelo Branco como a continuidade do “perigo socialista” que o mesmo derrubou na madrugada de 31 de março. “E então a ‘revolução indolor’ terá nos transformado, a tudo e a todos, nos campos e nas cidades, em bens do Estado. Entregará os pulsos às algemas da servidão comunista” (*A Rural*. Novembro/64, P.11).

Além da oposição da entidade em torno do tema do Estatuto da Terra, frequentemente havia fortes críticas à política cafeeira que estava sendo executada pelo governo Castelo Branco. Segundo a SRB, o país, em 1964, havia deixado de exportar quatro milhões de sacas de café devido aos sucessivos erros da burocracia estatal, ao se tratar de política cafeeira. Os cafeicultores estudavam a hipótese, inclusive, da extinção do Instituto Brasileiro do Café, por considerarem o mesmo inoperante naquele governo.

O café, para a Rural Brasileira, era a mola da economia do país, logo, considerava um absurdo, uma sabotagem contra o próprio país, a falta de incentivo que o governo estaria dando aos produtores de café. A Rural Argentina, neste ponto, se aproximava da brasileira, pois, também considerava a agricultura como mola da

economia de seu país. Para ela, somente com o sucesso da agricultura e pecuária se alcançaria o sucesso da economia e, o desenvolvimento de uma indústria deveria estar, obrigatoriamente, atrelado aos bons resultados do campo. Entretanto, neste último aspecto, as duas entidades discordavam. A Sociedade Rural Brasileira considerava errônea a ideia de um desenvolvimento da indústria a partir da agricultura. Pois, a falta de desenvolvimento da indústria nacional, causava uma forte dependência dos diversos setores da economia à importação, causando um desequilíbrio da balança e, um aumento do preço da produção, tanto industrial, como agrícola.

A previsão de colheita para o ano de 1965 era bastante otimista. O milho, por exemplo, havia tido um ciclo favorável, tudo indicava que seria a maior colheita de toda a história. Porém, segundo a Sociedade Rural Brasileira, tal sucesso, devia-se exclusivamente a fatores naturais. Pois, os produtores se encontravam desassistidos de qualquer política governamental, principalmente creditícia. Eles esperavam uma política de preços mínimos favorável para o escoamento da produção. Mais uma vez criticavam a ideia de reforma agrária, afirmando que a “necessidade de reforma agrária para incentivo à produção não passa de uma fala demagógica” (A Rural. Fevereiro/65, Editorial).

Salvio de Almeida Prado, presidente da SRB, em setembro de 1965, considerava que o governo havia dado o “tiro de misericórdia” nos produtores brasileiros. Tal metáfora se refere a uma série de medidas tomadas pelo governo de Castelo Branco, que prejudicariam diretamente o setor agrícola. Entre elas estavam a suspensão do financiamento do custeio para algumas atividades, inclusive a cafeicultura.

Em 1966 a *Sociedade Rural Argentina* completava seu primeiro centenário. No mesmo ano temos um novo governo ditatorial no poder. Nas comemorações do centenário, um discurso chama a atenção: o do Dr. Lorenzo Adolfo Raggio, Secretario de Estado de Agricultura e *Ganaderia*, no dia 30 de julho de 1966, durante o ato inaugural da “*LXXIII Exposición internacional de ganaderia, agricultura e industria de la Sociedad Rural Argentina*”. Seu discurso pede um esforço por parte dos proprietários de terra, convida os proprietários para caminhar junto com os esforços do Estado para avançar o setor agropecuário do país. Promete abaixar a inflação, diminuir impostos e restrições por parte do Estado. “*la empresa rural, organización social, económica y jurídica, será provista de la legislación adecuada y del trato fiscal y*

financiero para asegurar su estabilidad que le permita programar su producción. (Anales, Buenos Aires,p.27, outubro/1966). No mesmo momento a entidade expressava sua disposição a colaborar com o governo:

El productor agropecuario está dispuesto a redoblar sus esfuerzos en la noble tarea de reconstruir el país. Confiamos en que el excelentísimo Sr. Presidente obrará con la prudencia, espíritu de justicia y sabiduría que la hora le reclama. Habremos de colaborar con nuestro gobierno (Memória, 1966).

Na edição de novembro/dezembro do mesmo ano, encontramos uma matéria interessante cujo título é “*puede el productor agropecuario seguir produciendo em las actuales condiciones?*”. Um balanço sobre as dificuldades encontradas pelos produtores é realizado, pede-se ao governo providências. “*Por todo lo expuesto es conveniente que el Estado tome las medidas para subsanar las condiciones actuales, que inciden en la producción agropecuaria...*” (Anales, Buenos Aires, p.12-14, Nov/dez de 1966).

Enquanto um novo golpe militar se estabelecia na Argentina em 1966, no Brasil, o Ato Institucional nº 3 organizava as eleições previstas para o segundo bimestre. Vale lembrar que o artigo número 9 do AI-2 já previa eleições indiretas para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da república, assim como a extinção dos Partidos Políticos existentes. O AI-3 tratou de decretar eleições indiretas para os cargos de Governador e Vice-Governador. Em dezembro do mesmo ano, o Ato Institucional nº 4, prevê uma nova constituição “CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais” (Ato Institucional nº4). Com os sucessivos Atos, aos poucos, a “Revolução” demonstrava seu caráter autoritário e antidemocrático. Caráter que se intensificou após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

As eleições para nova diretoria da Sociedade Rural Brasileira foram realizadas em fins de 1965. Nela optou-se pela reeleição do presidente Salvio de Almeida Prado. A reeleição era uma ratificação da conduta que tomaram nos últimos anos, inclusive durante o processo de deposição de João Goulart e o apoio aos militares. Entretanto, neste momento a entidade se via frustrada pelo que considerava um desvio dos objetivos do “movimento revolucionário” que havia ajudado a construir. “Feriu-se, desta maneira, a esperança dos homens da terra, então transformados, de guerreiros defensores de sua Pátria ameaçada, em criaturas desapontadas, ao se verem baldados seus esforços e sua ação” (A Rural,São Paulo, editorial, janeiro/66). O editorial, no entanto, reforça o

discurso da entidade de nunca perder a esperança. Uma frase chama atenção: “Os homens passam, a Pátria é eterna”, soando como um desejo, talvez, de uma mudança de alguns homens dentro da burocracia estatal.

Assim como o período de colheita do ano anterior, a colheita de 1966 não causou otimismo aos produtores. Segundo a SRB, a “agricultura continua relegada à injustificável discriminação, sofrendo todos os impactos elevatórios em seus custos” (*A Rural*, São Paulo, editorial, fevereiro/66). Para a entidade, faltava um incentivo maior do governo, uma política de preços mínimos favorável aos produtores, uma diminuição dos impostos sobre a produção. Neste momento, parece que a única diferença entre as páginas dos “Anales” e da “A Rural” é o idioma.

Além das críticas citadas no parágrafo anterior, à entidade criticava o aumento dos custos de produção causado pela inflação, cuja causa principal, foi uma nova desvalorização do Cruzeiro. Outra crítica, era a ausência de vantagens creditícias e abonos fiscais existentes em outros setores que não havia no setor agrícola. Por último, criticava-se o aumento do custo de produção provocado por um novo aumento salarial.

Em abril de 1966, “A Rural”, voltava a atacar o governo Castelo Branco. Para a entidade, o problema de abastecimento no respectivo ano, devia-se a perpetuação de medidas demagógicas, que deveriam ter sido extintas a partir de março de 1964. Criticou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, segundo a matéria, promoveu o desentendimento entre empregados e empregadores. O texto também aponta que foram criadas “novas leis, que a elas se somaram ampliando a dificuldade de se trabalhar e produzir no setor agrícola” (*A Rural*, São Paulo, editorial, abril/66), porém, não chega a citar nenhum nome.

No mês seguinte, a Sociedade Rural Brasileira, em conjunto com outras entidades representativas da classe agrícola, escreveram um manifesto denunciando o que consideravam como “angustiosa e insustentável condição que vem sendo imposta ao nosso meio rural” (*A Rural*, São Paulo, editorial, maio-junho/66). Assinaram junto com a SRB as: Associação Paulista de Cafeicultores; Associação Paranaense de Cafeicultores; Sociedade Paulista de Agronomia; Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Departamento do Café; União das Associações de Fornecedores de Cana de São Paulo; União das Cooperativas do Estado de São Paulo; Federação Brasileira das

Cooperativas de Cafeicultores; Federação Paranaense das Cooperativas de Cafeicultores e Sociedade Rural do Norte do Paraná.

Depois de dois anos fora de circulação (1964-1965), a Sociedade Nacional de Agricultura, retomava a edição da revista “A Lavoura”. A primeira impressão que temos, quando observamos a primeira matéria da revista, cujo título é “A Nova fase do Associativismo Rural”, escrita por Edgard Teixeira Leite⁸, presidente da entidade, é que ela estaria em um campo oposto a Sociedade Rural Brasileira. A matéria elogiava as conquistas ocorridas a partir do “Estatuto do Trabalhador Rural” e também se mostrava otimista com a sindicalização dos trabalhadores rurais.

A SNA elogia a decisão do presidente da República de instituir um imposto sindical para os trabalhadores rurais, pois, contribuiu fortemente para a manutenção da Confederação Rural Brasileira, que atua em âmbito nacional e, até aquele momento se encontrava com dificuldades financeiras para sua ampliação.

Pode agora o associativismo brasileiro ter organicidade dinâmica, tornando-se um dos mais poderosos instrumentos de ação econômica, em defesa dos interesses da Agricultura, da pecuária e da Indústria Extrativa Animal e Vegetal. (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, p.4, jul-Ago/66).

Entretanto, em um ponto a Sociedade Rural Brasileira e a Sociedade Nacional de Agricultura se alinhavam: a crítica à inflação. A SNA, no entanto, acreditava que o processo inflacionário foi construído desde os anos JK, passando, posteriormente, pelas medidas consideradas demagógicas do governo de Goulart, tais como o congelamento dos preços dos alugueis, que acabaram provocando, após sua queda, um surto de aumento do valor destes.

Assim como a SRB, a SNA considerava que a produção agrícola havia se tornado um “bode expiatório”. As medidas anti-inflacionárias recaíam sobre os alimentos, na forma de tabelamento dos preços. Para a entidade, tais medidas eram ineficazes e não resolviam o problema da produção. Para ela, os gastos envolvendo o aparato fiscalizador, seriam mais bem aplicados em auxílios à produção e no favorecimento ao cooperativismo. Contudo, em linhas gerais, a entidade reconhecia que havia certa paridade dos preços do país quando comparados com outros países. Neste

⁸ Também vice-presidente do Ibra.

momento, observamos que as críticas da SNA não possuíam um tom tão duro como as realizadas pela Rural paulista.

Ainda na mesma edição da revista, a Sociedade Nacional de Agricultura, destacou alguns estímulos do Governo Federal à produção. Entre eles estavam o aumento do preço mínimo, antes do plantio, de produtos como o Arroz (8500 para 10500 Cruzeiros, a saca de 60 kg de grãos longos), por exemplo. Além disso, foram reajustados os preços mínimos do milho, feijão, soja e amendoim. O Conselho Monetário Nacional autorizou o Banco Central o adiantamento de 50 bilhões de Cruzeiros para a FUNAGRI, para reforçar as disponibilidades do fundo para o custeio de produção agropecuária. Entre outras medidas, vale destacar também, o incentivo à diversificação das lavouras nas regiões cafeeiras.

Em dezembro 1966, uma nova Constituição foi elaborada. O congresso, que foi fechado em outubro foi reaberto pelo AI-4, justamente para definir a nova Carta Constitutiva do país. Os poderes conferidos ao poder executivo foram ampliados, principalmente em relação à segurança nacional.

Conforme o previsto, foram realizadas novas eleições. Na prática quem definia o novo presidente da República era o Alto Comando das Forças Armadas, o Congresso apenas acatava uma ordem. O grupo de Castelo Branco, no entanto, não conseguiu eleger um sucessor. Foi eleito presidente o General Artur da Costa e Silva, a vice-presidência foi ocupada por um civil, Pedro Aleixo (ARENA). “Costa e Silva concentrava as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas” (Fausto, 2009, p.476). O novo presidente tomou posse em março de 1967.

Em uma entrevista coletiva, realizada no dia 04 de outubro, no dia seguinte de sua eleição, Costa e Silva, em relação à agricultura afirmou que:

A grande preocupação de seu futuro governo será o setor da alimentação, e quem nisso fala, pensa em agricultura, em pecuária e na comercialização de seus produtos. Estamos buscando estabelecer os fundamentos de uma organização simples e funcional que possa proporcionar coordenação e entrosamento dos diversos aspectos desse problema.

(...) O desnível entre as atividades agropecuárias e a indústria emperrou o processo do desenvolvimento dos brasileiros.(Discurso retirado da revista “*A Lavoura*”,Rio de Janeiro, p.2, set-out/66).

Em 1967 na “Exposição Anual de Palermo”, a *Sociedad Rural Argentina* se mostrava animada com o plano de governo anunciado por Onganía. Parte deste plano era similar às sugestões que a entidade havia divulgado em dezembro de 1964. Contudo, a *SRA*, não deixou de demonstrar insatisfação com alguns aspectos que ela não concordava. O “*Consejo Permanente de Comercio Interior*” foi alvo de críticas, pois, segundo a entidade, “*el gobierno actual cree necesario volver al régimen de los controles y del intervencionismo (...). El control contradice los enunciados de la Revolución y del gobierno (...)*” (Memória, 1966).

Apesar do entusiasmo demonstrado no documentário de Fernando Solanas, *La Hora de los Hornos*, por parte da elite argentina ao novo governo, o que observamos no periódico da entidade, no respectivo ano, são solicitações de mudanças, principalmente nos aspectos econômicos do país. Na edição de abril-maio, um artigo intitulado “*Evaluación Económica y dirección de Empresas Agropecuarias*”, faz apologia ao sistema de livre comércio e critica os entraves causados pela intervenção do Estado na produção agrícola. Este artigo é anterior ao golpe de Onganía, entretanto, nos meses seguintes ao golpe observamos matérias que defendem uma política estatal que privilegie e dê condições ao proprietário voltar a aumentar sua produção e produtividade.

2.2 1967, AGORA VAI!

No Brasil, o início de 1967 também foi marcado com otimismo. O anúncio de um novo presidente, assim como um novo governador para o estado de São Paulo, Abreu Sodré (ARENA), encheu de esperança a tradicional Rural Paulista. Para Salvio de Almeida Prado, presidente da entidade, o novo presidente era uma figura mais disposta ao diálogo, assim como o governador do estado, possuía um equilíbrio e senso prático que poderia contribuir muito com os produtores.

Na edição de abril de 1967 da revista “A Rural”, a entidade faz um balanço do governo de Castelo Branco. Em suma, aponta os diversos erros do governo que levaram a produção agrícola a uma profunda crise. Para a entidade “a principal tarefa que se impõe ao novo governo, é procurar rearmar as classes sociais do País e reequilibrar a produção nacional, da qual se destaca como básica a agricultura” (*A Rural*, São Paulo, editorial, abril/67). A entidade também solicitou uma justa política de preços mínimos. “Nasce, assim, sob um clima de confiança o novo Governo, que a todos os brasileiros

motiva esperanças de que o País encontrará o caminho da tranquilidade e da prosperidade” (Idem).

Percebemos, também, que em 1967, iniciava para a *Sociedad Rural Argentina*, uma nova etapa da história argentina, havia uma forte esperança no novo governo. Acreditava-se numa política que direcionasse o país para um liberalismo econômico, que permitisse uma diminuição dos impostos, facilitasse a importação de insumos essenciais para a produção, assim como a exportação dos produtos agrícolas para o mercado externo. No Brasil, a SRB também voltava a ter esperança. Para a entidade paulista, o movimento de março de 1964, tinha perdido o rumo durante o governo de Castelo Branco. Logo, o governo do Marechal Costa e Silva, representava para os produtores um sopro de esperança.

O otimismo da Sociedade Rural Brasileira em relação ao governo do Marechal Costa e Silva aumentou em meados de 1967. A chamada “Carta de Brasília”, escrita pelo presidente da República, tratava da nova política agrícola. A entidade criticava a “super-tributação”, pois considerava o principal entrave para o desenvolvimento da agricultura no país. Discurso bem próximo ao da Rural de Palermo.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura, também demonstra certo otimismo em relação ao novo presidente. Porém, apesar do mesmo anunciar medidas que visavam acabar com a crise agrícola, a entidade questionava alguns aspectos. Em suma, discordava da visão industrializante do programa do governo. Para a entidade, a solução não era industrializar os produtos agrícolas e sim, industrializar a agricultura, ou seja, modernizar o campo. Como exemplo de produção agrícola bem sucedida, apontava os Estados Unidos da América. A SNA desejava que a agricultura brasileira deixasse de ser algo que considerava individualista e artesanal. Somente a produção organizada em grandes empresas, com alto grau de mecanização e emprego de técnicas avançadas, poderiam aumentar a produtividade do país.

A “Carta de Brasília” apontava diretrizes básicas e gerais da Política Nacional da Produção Agropecuária. Ou seja, não criava novas leis, somente criava uma agenda do que considerava importante para o desenvolvimento da produção. Entre os aspectos previstos na Carta, havia o desenvolvimento do associativismo, cooperativismo e o sindicalismo. Também, incentivava a industrialização dos produtos no próprio campo, ou seja, através de instalação de indústrias. Promovia o incentivo à pesquisa e

treinamento aos produtores. Por fim, considerava a iniciativa privada como principal sustentáculo para atingir o objetivo da Carta. Na prática, o texto apontava caminhos para esse desenvolvimento, entretanto, não previa recursos ou definia os incentivos que seriam promovidos. Entretanto, para os produtores, a Carta era bem vinda, pois, o governo, pelo menos em teoria, estaria apoiando os proprietários.

O documento também não mencionava a questão da “Reforma Agrária”, nem à vontade expressada no Estatuto da Terra de acabar com o Latifúndio e o Minifúndio. No capítulo III da Carta, que dispõe sobre a “Organização do meio rural” é previsto facilitar à aquisição e legalização da terra. Outra vontade expressada no documento é de preencher os vazios demográficos com colônias agropastoris.

A organização e desenvolvimento das colônias agropastoris objetivará sempre à promoção socioeconômica do produtor rural, o desenvolvimento do seu espírito associativo e comunitário, a racionalização do trabalho da terra, o aumento da produção e da produtividade e a ocupação progressiva dos vazios demográficos do território nacional (*Carta de Brasília*, Distrito Federal, Capítulo III, Item 11, 1967).

Em relação a “Colonização”, a edição de Novembro-Dezembro de 1967, a revista “A Lavoura”, realizou uma matéria sobre o “Distrito de Colonização de Alexandre Gusmão” em Brasília. O distrito ficava situado às margens da BR-070, no Distrito Federal. Uma área de 35 mil hectares abrigava 435 famílias. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária foi o órgão responsável pelo projeto. A área foi incorporada em 1964, por força do Estatuto da Terra, pois, foi considerada prioritária para fins de reforma agrária. A SNA apoiou integralmente a iniciativa do IBRA, levou pioneirismo e abastecimento ao Planalto.

Observamos, no caso brasileiro, que o período compreendido entre março de 1964 até dezembro de 1967, apesar de algumas críticas das entidades de proprietários de terra, principalmente em relação à economia, tais entidades não questionavam o processo que considerava “revolucionário”. Para a Sociedade Rural Brasileira, por exemplo, apesar de se mostrar categoricamente contra a política adotada por Castelo Branco, seu discurso oficial ainda mostrava apoio nos ideais de março de 1964. Ou seja, não foi a “Revolução” um equívoco e sim, seu primeiro dirigente.

No caso argentino, Mirta Palomino, em “*Tradicón y poder: La Sociedad Rural Argentina (1955-1983)*”, aponta o apoio da *Sociedad Rural Argentina* às forças armadas.

“La SRA exhibe una larga y estrecha relación con las Fuerzas Armadas. La entidad se indentifica con la “esencia” de la nacionalidad que asumida, y defendida, por las Fuerzas Armadas, lo que fundamentaria esa vinculación”. (PALOMINO,1988, p.88). As memórias da entidade ratificam as palavras de Palomino: “La SRA siempre ha estado consustanciada con las Fuerzas Armadas del país y en particular con su ejército, porque este actúa sobre la tierra” (Memória, 1979). Entretanto, tal apoio e admiração pelas forças armadas significariam um período de pleno apoio dos proprietários aos governos dirigido pelos militares?

José Alberto Pierri, em “Sector Externo, Política Agrária y entidades del agro pampeano (1960/1986)” aponta que o apoio da SRA aos governos militares muitas vezes se resumiu ao caráter ideológico. Pois, ao mergulharmos nas relações entre a SRA e os governos militares, encontramos inúmeras críticas ao encaminhamento de algumas políticas econômicas realizadas por tais governos. Pierri defende que “La SRA mantendrá su apoyo por razones ideológicas, aunque posteriormente formulará algunas críticas a la política represiva y económica del gobierno militar” (PIERRI,2007, p.221). “(...) se aprecia un mayor apoyo en este sentido a los gobiernos militares, especialmente en las etapas que éstos defienden sin reparo las concepciones sostenidas por la entidad” (PALOMINO,1988, p.95). Uma entrevista de Eduardo Zavalía⁹ resume bem tais relações entre a SRA e os governos militares:

Nosotros estuvimos a favor de muchas cosas del gobierno militar, en primer lugar porque combatió al terrorismo, apoyamos muchas medidas económicas d orientación liberal pero empezamos a estar en desacuerdo con el gobierno cuando no se paro em el 78 la represión...tenía que haber cesado...el terrorismo estaba derrotado...luego del 78 aparece Massera y otros. Especialmente a partir de la llamada “tablita”¹⁰, que también la vimos como un error. Ahí empazamos a distanciarnos y el final fue desastrozo” (in Pierri,2007, p.221).

⁹ Membro da *Sociedad Rural Argentina*, e presidente da entidade no período de 1990-1994.

¹⁰ *La Tablita*, foi um programa criado durante o governo de Jorge Rafael Videla, pelo seu ministro da economia, José Alfredo Martínez de Hoz. Em suma, era um programa que visava prever a relação peso/dólar, inicialmente foram previstos os oito primeiros meses do ano de 1979. Porém tal programa não agradou os setores exportadores, pois, neste período a inflação aumentou muito mais que a desvalorização programada do peso, que continuou sobrevalorizado em relação ao dólar.

Krieger Vasena assumiu o Ministério da Economia em 1967, a nomeação do ministro é vista inicialmente com bons olhos pela SRA. A entidade reconhecia os avanços de Vasena em alguns pontos da economia, por exemplo, a liberdade de cambio e a política de livre mercado adotada. Entretanto, ainda reclamavam melhores taxas de impostos, segundo os produtores, as elevadas tarifas provocavam a falência dos proprietários, pois, os baixos lucros obtidos não eram suficientes para manter suas propriedades.

Percebemos que a entidade, neste delicado período, tecia críticas e elogios à condução da “*Revolución Argentina*”. Em 26 de Julho de 1968, o presidente da Rural, Doutor Luis J. Firpo Miro, enviava através das rádios “*Splendid*” e “*El Mundo*” uma mensagem ao campo:

La sociedad Rural no obstante haberlo expresado con anterioridad, cree oportuno reiterar que en los dos últimos años el país presenta una situación mucho más favorable, consecuencia de una serie de disposiciones tomadas por el gobierno. La lucha decidida y firme contra la inflación, la estabilidad monetaria (...), y otras que ratifican la declaración oficial de implantar una política económica de libre iniciativa privada, contenida en los documentos de la Revolución, han permitido a los argentinos recuperar la confianza, el interés en el país (...) (Anales, Buenos Aires, p.28, setembro/68).

Na mesma mensagem, Miro apontou a necessidade do apoio governamental para modernizar o campo, assim como algumas dificuldades que os produtores encontram para aumentar sua produção. Criticou a “*Política de precios máximos*”, que obrigava o produtor de leite a vender abaixo do preço de produção. Menciona que as entidades de produtores solicitaram as autoridades a revogação do regime de preços públicos “*por entender que la libertad de precios contribuirá eficientemente a resolver la crisis*” (Idem). Elogiou a revogação definitiva do regime que prorrogava os arrendamentos e parcerias rurais e, classificou a lei 17.253 como um instrumento eficaz. Solicitou um apoio maior do governo para resolver a grave crise que o setor ovino se encontrava. Defendeu também que o Estado ganhará mais com “*El aumento de la producción de bienes, que con la pluralidad y elevación de los impuestos*” (Ibidem).

Em relação aos impostos:

La Sociedad Rural Argentina reconoce que el impuesto es imprescindible para la marcha del Estado y cumple asimismo una función económica y social de innegable importancia.

*Pero entiente que su incidência debe adecuarse a la real capacidade contributiva del sector gravado. (...)
Debe también modificarse el régimen de los impuestos a la exportación (Ibidem, p.29).*

Por fim, Miro defendeu a necessidade de uma reestruturação na política de comércio exterior, pois, a posição protecionista de alguns países estaria dificultando a entrada de mercadorias argentinas nos mesmos. Logo, seria necessário que o governo adotasse uma política de diminuição de impostos sobre a produção de produtos voltados para o mercado externo, desta forma alcançariam maior competitividade no comércio exterior.

Durante o ato inaugural da “LXXIV Exposición Internacional de ganadería, agricultura e industria”, o presidente da SRA, realizou um discurso exaltando a livre iniciativa, fez pesadas críticas aos governos anteriores, segundo ele, “*el estatismo nos llevó a la inflación a los déficit presupuestarios, a la disminución de la producción, con altos costos y consecuente descenso de nuestras exportaciones*” (Anales, Buenos Aires, p.36, setembro/68. No mesmo discurso, Miro citou algumas palavras do presidente Onganía de apologia liberal:

lo Estado Industrial, el Estado comerciante, el Estado exportador, el Estado importador, el Estado constructor y el Estado Financista (...), forman un conglomerado heterogéneo de conducción imposible que más de una vez llevó el Tesoro Nacional al borde de la bancarrota” (Idem).

Salientamos que durante este ato inaugural estavam presentes o presidente da república, Juan Carlos Onganía e o Secretário de Agricultura e Pecuária, Rafael García Mata. Este último, fez um longo discurso destacando aspectos referentes às causas naturais que provocaram uma baixa produção no último ano, além de aspectos gerais relacionados a produção, consumo e mercado externo.

2.3 SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA X INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

O Instituto Brasileiro do Café foi alvo de acusações por parte da Sociedade Rural Brasileira e da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, em janeiro de 1968. Tais entidades pediam a abertura de um IPM (Inquérito Policial Militar), para averiguar denúncias de irregularidades cometidas pelo Instituto. Segundo matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo, no dia 19 de janeiro de 1968, houve um erro

confesso por parte do IBC em relação à exportação de café. Tal erro teria levado prejuízo ao Fundo de Reserva do Café.

No dia seguinte, o Deputado e líder rural paulista, Sergio Cardoso de Almeida, propôs a extinção do IBC. Segundo o Deputado, o órgão “infelicitava a lavoura, distorce nossa economia, é um órgão burocrático de caríssimo custeio e geralmente propicia as possibilidades de negócios que favorecem este ou aquele em detrimento dos verdadeiros interesses do café” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, p.18, 20 de Janeiro de 1968). Em seu discurso, dirigido ao presidente da República, Almeida pediu o restabelecimento da livre empresa nos negócios do café.

Com a crise no IBC, o presidente da República, Costa e Silva, nomeou ainda em janeiro de 1968, um novo presidente para o Instituto: Caio de Alcantara Machado. Um de seus primeiros compromissos foi visitar a sede da SRB. Seu objetivo era uma reaproximação do Instituto Brasileiro do Café com a Sociedade Rural Brasileira. Tal entidade concentrava os principais produtores de café do país. Caio de Alcantara, pediu aos produtores um voto de confiança.

O Instituto Brasileiro do Café era um órgão regulamentador do comércio do café. Cabia ao IBC definir os preços das safras de café, o que sempre era alvo de enormes críticas dos produtores. A Sociedade Rural Brasileira, principal defensora dos cafeicultores defendia a livre empresa e o fim dos entraves comerciais e burocráticos do IBC. Um paralelo argentino era a Junta Nacional de Carnes, que regulamentava os valores da carne argentina que, frequentemente também era alvo de críticas por parte da *Sociedad Rural Argentina*.

A SRB defendia copiosamente um aumento maior nos preços do café, pois, segundo a entidade, em apenas quatro anos (1964-1968), o trator havia aumentado 205,8%, o caminhão 205,6%, enquanto o café, somente 40%. Neste caso, a Rural foi infeliz em seus argumentos. Em primeiro lugar, como podemos comparar os índices inflacionários do café (produto primário), com o aumento dos valores do trator e do caminhão (produtos de alto valor agregado)? Em segundo, qual o peso na inflação global do reajuste do café e qual o peso do reajuste do caminhão? Logicamente, um reajuste maior no primeiro causaria um peso ainda maior para inflação. O ano de 1968, foi marcado por inúmeras pressões da entidade para que o governo, através do IBC, aumentasse o valor do café.

Ainda em fevereiro, a Sociedade Rural Brasileira enviou uma carta ao presidente da República.

Profundamente alarmada com as insistentes notícias vinculadas por prestigiosos jornais da antiga Capital da República, de que as autoridades monetárias do País estariam propensas a atribuir ao café, para a comercialização da nova safra, um preço majorado em apenas quinze por cento do vigorante!

Isso representa para a lavoura não somente uma profunda decepção, mas o golpe fatal sobre as atividades agrícolas do mais importante produto da economia do País.

Sr. Presidente!

A intenção revelada por v.exa. em contactos com elementos da classe desde quando candidato, e através do incisivo discurso de Londrina, já como presidente da República, não se coaduna com a ação de vossos colaboradores ligados ao assunto.

Afirmou v.exa, no início do vosso Governo, naquele memorável discurso, ser intenção governamental atender a agricultura e preservar o café, riqueza impar da Nação.

A atividade agrícola está subordinada a um dirigismo oficial inclusive no tocante à fixação dos preços para venda dos produtos, cujo estabelecimento nem sempre considera os custos de produção, quanto mais a função social exercida pela agricultura como elemento estabilizador da economia nacional.

Por outro lado, Sr. Presidente, foram derogados, por um decreto, os dispositivos contidos no artigo 85 da Lei 4.504, que davam aos agricultores a garantia econômica de produção, sob cujo amparo se processavam os trabalhos das culturas anuais e da cana-de-açúcar.

Atos injustificáveis como os citados, representam providências inadequadas (...) e injustas que ocasional um terrível impacto as atividades agrícolas, destruindo os intentos de v. exa (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, p.22, 26 de abril 1968).

O governador do Paraná, Paulo Pimentel, era um dos críticos à política cafeeira adotada pelo Governo Federal. Se opondo ao valor imposto pelo IBC para a safra de 1968/1969, reduziu em 3% o ICM do estado. O que, segundo o governador, era uma medida que evitaria um colapso no setor produtor. Como de praxe, a SRB lamentou o valor da safra, fixado em NCr\$ 65,00.

O presidente do Instituto Brasileiro do Café, no entanto, justificava o valor adotado pelo governo. Tal valor, era um valor mínimo, que estava sendo garantido pelo IBC, caso a produção não encontrasse valor mais atrativo no mercado privado.

2.4 SOCIEDAD RURAL ARGENTINA X MINISTRO KRIEGER VASENA

Na Argentina, se em 1967 havia mornas críticas ao ministro da economia, dois anos depois o que se viu foi uma aberta oposição. A situação chegou ao ponto da

entidade solicitar uma reunião direta com o presidente para discutir a questão dos impostos, pois, segundo a *SRA*, todos os produtores estavam insatisfeitos com as altas taxas e, o ministro não estava disposto a diálogos. No entanto, neste momento a entidade tomou certos cuidados para não parecer estar fazendo oposição a todo o governo e sim, exclusivamente ao ministro da economia.

Tenemos que impedir que el presidente de la Nación no sea defraudado por su ministro de Economía, para evitar que este gobierno se desprestige definitivamente (Memória, 1969).

Em linhas gerais, Fernando Devoto afirma que o ministério de Krieger Vasena tinha como plano, “reforçar as inversões e a expansão industrial, por meio de mudanças na distribuição de renda e nos preços relativos, sem alterar, entretanto, a essência do modelo econômico” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.406). A desvalorização cambial deste plano chegou a 40%, o ministro assegurou que não haveria novas desvalorizações. “Tratava-se, ao mesmo tempo, de uma desvalorização compensada porque se baixaram os impostos de importação e se fixaram impostos entre 16% a 25% sobre as exportações” (Idem), com isso, o impacto sobre os preços internos provocados pela valorização do dólar diminuiu. “O objetivo consistia em chegar a uma configuração de preços e salários razoavelmente aceitável para as partes interessadas, que não fosse superada, em seguida, pela via da inflação”. (Ibidem).

Porém, para os agroexportadores esta política econômica não era interessante. Com a elevação das tarifas para exportação de produtos, os produtores saíam prejudicados, pois, o aumento das tarifas colocaria os preços dos produtos argentinos pouco competitivos no mercado externo.

Em resumo, o plano Krieger Vasena, lançado e sustentado por gente que gostava de se intitular liberal, mantinha e até ampliava as funções de intervenção do Estado, mas com uma importante inflexão. Reduziam-se os gastos sociais e de um Estado bem feito, e ampliavam-se os recursos destinados a racionalizar a economia e a impulsioná-la, tendo como principal alavanca a grande empresa. (Ibidem, p.407/408).

Com tais conflitos, L. Raggio, sócio da *SRA*, renunciou do cargo de secretário de Agricultura e pecuária. No seu lugar, outro sócio da entidade, G. Bordelois, toma posse do cargo, que apesar de assumir a secretaria deixa claro que a sua presença não significa uma renúncia aos propósitos da entidade.

O editorial dos “*Anales*” de Janeiro/Fevereiro de 1969, “*Política económica coherente?*”, criticava a ação paliativa do governo de conter a inflação desvalorizando a moeda adotada desde 1967, pois, não foi suficiente para aumentar as exportações. Segundo o editorial há uma grande pressão para ampliar as exportações¹¹, porém não havia uma política agrícola coerente pra que tal objetivo fosse alcançado. Não havia uma estabilidade nos preços dos produtos necessários para a produção, desta maneira, o produtor não possuía segurança no processo entre o início da produção e a venda para o mercado exterior. Mais uma vez criticou os altos impostos, principalmente o “*Impuesto a la tierra*”, sancionado pelo governo da “*Revolución Argentina*”. No entanto, o imposto citado, fora criado com o objetivo de evitar a utilização da terra para especulação, ou seja, evitar a escassez artificial de terras, criada para aumentar o valor das propriedades. Estas terras não eram destinadas a produção.

Em maio do mesmo ano, a entidade voltava a criticar fortemente a política de impostos adotada pelo governo:

Una vez más vuelve a agitarse un viejo tema con nuevos rótulos. Lo que antes se llamó “impuesto a la renta potencial de la tierra” y luego “impuesto a la renta presunta”, ahora con algunas variantes, se transformó de impuesto al valor a simple gravamen de patrimonio rural (Anales, Buenos Aires, p.6, maio/69).

Na sequência o artigo acusava o governo de utilizar o imposto para confiscar as terras, destacou posições anteriores da Suprema Corte de Justiça da Nação que defende que “*el limite impositivo no debe superar el 33% del valor de los bienes, pues de lo contrario importaria confiscación*” (Idem). O artigo também acusava o governo de estar querendo levar a cabo uma reforma agrária com objetivos unicamente políticos.

El nuevo tributo consistirá sin duda en un verdadero despojo, disfrazado con fórmulas legales; es decir, una reforma agrária solapada, sin indemnizaciones, sin bonos devaluables ni resistências políticas (Ibidem, p.7).

Acusava também, os Estados Unidos da América em influenciar o governo argentino a promover uma reforma agrária, segundo o periódico, tal interesse norte-americano tinha como objetivo acabar com a competitividade argentina no mercado internacional. Mesma coisa que afirma Luiz Gamarra Otero, presidente da Sociedad Nacional Agraria do Peru, sobre a Reforma ali realizada. Para ele eram os algodoeiros

¹¹ A Secretaria de Agricultura e Pecuária no ano anterior almejava três bilhões de dólares.

do meio oeste estadunidense, que cobravam de seu governo que gestionasse a reforma agrária no Peru para quebrar a concorrência dos algodoeiros da Costa Peruana.

A baixa rentabilidade da terra, era incompatível com a ideia do imposto sobre a terra, deveria-se substituir por um imposto sobre a produção. Segundo a entidade, o setor agrícola é fundamental para a economia argentina e, o governo não está contribuindo para que esse setor consiga superar a crise nas vendas. O protecionismo dos mercados externos, de um lado, dificultava a entrada de produtos argentinos e, de outro, o governo, com seus pesados impostos, não permitia que os proprietários diminuíssem os custos de seus produtos tornando-os mais competitivos.

Este artigo, escrito pelo Doutor Victor Luis Funes, demonstra claramente a insatisfação que a *Sociedade Rural Argentina* estava no ano de 1969, e ajuda a “desmontar” a impressão inicial de que os proprietários rurais apoiaram os Regimes Militares plenamente durante todo seu período de duração.

Os discursos pronunciados durante a “*LXXXIII Exposição Nacional de Ganaderia Agricultura e Indústria*” no ano de 1969 giram em torno de um mesmo assunto: diminuição da intervenção do Estado na economia, em consequência, diminuição dos impostos. O presidente da SRA, Luis J. Firpo Miro, fez um balanço da política econômica praticada pelo país antes de 1930 e destacou a livre iniciativa como a causa do sucesso da economia argentina naquele período. Segundo o presidente, o medo pós-1929, levou a Argentina a adotar uma excessiva intervenção do Estado na economia que só causou “*inflación, severos controles estatales, que llevaron a la inseguridad y al desaliento*” (*Anales*, Buenos Aires, p.24, setembro/69).

Na mensagem aos agricultores, Miro, reconheceu os esforços do governo em controlar a inflação, como também se mostrava otimista com o crescimento do país, cerca de 6%. Entretanto, o discurso não se resume a elogios ao governo. O presidente acreditava que conquistar a estabilidade com aumento de impostos é uma ilusão, o que deveria ser feito era a redução do gasto público improdutivo. Denunciou que apesar do Estado se comprometer com a redução do gasto público, os governos das províncias e municípios continuam elevando as taxas, criando novos impostos e aumentando seus gastos.

A grande crítica do presidente é referente à Lei 18.033, esta lei criou uma nova tarifa para o setor rural. Chamado Imposto Nacional de Emergência para as terras aptas para exploração agropecuária. Basicamente, as terras consideradas aptas eram tarifadas em 1,6% de seu valor. Segundo Miro, os pequenos e médios produtores, sairiam prejudicados.

Esperamos que el Gobierno reconsidere la situación y atienda nuestras razones. Habrá de modificarse la política impositiva, a fin de adecuarla a la real capacidad tributaria del campo, para aumentar la producción e incrementar las exportaciones, bases esenciales de un auténtico y sostenido desarrollo. Confiamos que el Gobierno en consecuencia, derogue el impuesto de la tierra (Anales, Buenos Aires, p.28, setembro/69).

No discurso inaugural da Exposição, o presidente da entidade respondeu um à fala do presidente da República. O discurso do presidente dizia que “*los hombres de campo, no pueden ni deben sentirse marginados del proceso nacional, ni suponer que su misión y su tarea se han empequeñecido y no son reconocidas*” (Anales, Buenos Aires, p.33, setembro/69). Miro, em resposta afirmou que “*Consideramos un deber señalar al Gobierno, que esse esfuerzo se anulará, si la conducción económica no comprende las necesidades del productor y no accede a sus legítimos requerimientos*” (Idem). No mesmo discurso o presidente da entidade deixou claro quais eram as reivindicações dos produtores:

Para lograrlo, en cuanto al sector rural ataño, pedimos al Gobierno que, sin demora, dicte las medidas que el agro necesita para producir más y sin as cuales, será vano el esfuerzo que se le demanda. Una política agropecuaria coherente y agresiva, que ayude a resolver los problemas de la comercialización interna y externa de nuestros productos; una modificación del sistema tributario, que elimine la superposición impositiva nacional, provincial y municipal, simplifique los trámites y termine con la conducta fiscal de crear novos gravámenes o aumentar los existentes, adecuando el impuesto a la real capacidad contributiva del agro, y no a las necesidades del erario público, son, entre otras nuestras principales aspiraciones. Por ello, consideremos procedente reiterar aquí en Palermo, el pedido que formulamos anoche en el Mensaje al Agro: Eliminar total y definitivamente los derechos de exportación o retenciones y derogar el impuesto a la tierra (Anales, Buenos Aires, p.35/36, setembro/69).

O discurso do Secretário de agricultura e pecuária, Dr. Lorenzo A. Raggio, realizado durante o ato inaugural da exposição soa vazio. Como de praxe, exaltou a importância do setor agrícola na economia argentina, os esforços que os produtores estão fazendo para vencer as dificuldades, assim como os esforços do governo em fazer com que o setor agrícola retome seu crescimento. Entretanto, na prática, não aponta

caminhos para nenhum tipo de reforma, principalmente a tão esperada pelos produtores: a de tarifas e impostos.

O que observamos neste período (1966-1969), é um fenômeno difícil de ser explicado com respostas simples e precisas. Pois, ao analisarmos as relações de uma entidade de proprietários rurais (*SRA*), com um setor da burocracia estatal que controlava o Estado (os militares), veremos uma relação bastante heterogênea. Se no início do período a entidade mencionada apoiou o golpe de Onganía, posteriormente, quando suas demandas não foram atendidas pelo Estado, tal entidade criticou abertamente a política econômica adotada no período.

Se analisarmos tanto os militares, quanto a *Sociedad Rural*, na ótica de Gramsci, como dois partidos que tinham como objetivo conquistar a hegemonia do Estado¹², observaremos que ao chegar ao poder, os militares tiveram uma autonomia tal que deixaram, em parte, de lado os interesses de um partido, os latifundiários, que os apoiavam.

Outra crítica que a entidade fazia ao ministério de Krieger era sua política industrialista. Afirmava que a política econômica dificultava o crescimento da produção agropecuária. No ano de 1969 a entidade defendia a ideia de que seria um erro o governo tentar substituir o volume de exportações primárias por produtos manufaturados, pois, por mais que a indústria fosse importante para um país, a curto prazo, isso não seria possível. Segundo nota “*la SRA apoya el crecimiento sostenido de nuestras industrias, solamente reclama un equilibrio inteligente*” (memória, 1969). No ano seguinte a entidade afirma que a indústria argentina poderia estar “*construída sobre la base de una sólida economía agropecuaria*” (memória, 1970).

Outra preocupação dos proprietários de terra girava em torno da migração do campo para a cidade com a ampliação da indústria, pois, acreditavam que isto geraria um déficit de mão de obra no campo. Sem contar que o excesso de investimentos na indústria provocaria a ausência de investimentos no campo necessários para a modernização do mesmo.

A crise do Plano Vasena, segundo Fernando Devoto, “teve origem em uma combinação de fatores políticos e econômicos, mas os primeiros foram predominantes”

¹² Que durante longos anos ficou nas mãos de outro partido: os peronistas.

(FAUSTO E DEVOTO, 2004, p.408). O autor afirma que, “na medida em que a situação econômica melhorara, ganhou terreno à contraposição de tendências no interior do regime militar, entre os corporativistas e os adeptos de uma democracia conservadora.” (Idem). Sem contar na pressão de setores sociais atingidos pelas reformas, os agroexportadores filiados a *SRA* eram parte deles. Outro ponto que não podemos deixar de mencionar é o movimento operário reaparecendo neste período. A elite econômica se queixava do excesso de autoritarismo de Onganía.

A instabilidade social e política que se seguiu foi um dos principais fatores que levaram à fuga dos capitais estrangeiros, ao desequilíbrio econômico e ao retorno da inflação. A substituição do todo-poderoso Krieger Vasena no comando da economia (maio de 1969) simbolizou o fim do “milagre argentino” e o início de um novo período de dificuldades no campo da economia, ainda que estas não fossem tão graves quanto a crise institucional e a convulsão social (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p.409).

A convulsão social que o autor se refere, em primeiro lugar esta ligada ao reaparecimento do movimento operário argentino, principalmente, após criação da “CGT dos argentinos”, lideradas por Ongaro, promoveu uma série de protestos. O governo, respondia com ameaças e concessões. Em segundo lugar, ao “cordobazzo” (1969) que colocou abaixo o mito da ordem do governo Onganía. Tratava-se de uma “espontânea fusão de protestos político-estudantil e a insatisfação operária com o rumo da economia” (BEIRED, 1996, p.67).

O movimento foi desencadeado pela morte de um estudante na repressão policial aos protestos pelo aumento do preço do restaurante da Universidade do Nordeste, na província de Corrientes. Protestos de estudantes e operários, com adesão da classe média, eclodiram em diversos pontos do país, atingindo o ápice em Córdoba. (...) Os distúrbios estenderam-se por dois dias (...). A realização de uma greve geral no dia 30 de maio consumou o apoio dos trabalhadores a um protesto cujo alvo era em última instância o regime militar (Idem).

Oganía, como forma de reprimir o movimento, mandou fechar a Universidade de Córdoba, criou tribunais militares além de implantar um governo militar na província. Entretanto, tais medidas não foram suficientes para abafar os protestos. Grupos armados entraram em cena, os *Motoneros*, assassinaram Augusto Vandor (líder sindical e aliado de Onganía) foi considerado traidor do peronismo e da classe operária.

Neste momento, foi decretado estado de sítio, alguns órgãos da imprensa foram fechados, a CGT sofreu intervenção. No ano seguinte, o ex-presidente Pedro Aramburu,

fora sequestrado pelos *Montoneros*, dias depois foi executado como forma de vingar o golpe que Perón sofrera.

Em 1969, Krieger Vasena renunciou do cargo de Ministro da Economia, sendo substituído por Dagnino Pastore, no ano seguinte é a vez de Onganía ser substituído por General Roberto Marcelo Levingston na presidência. Mudanças que foram recebidas com bons olhos pela *Sociedad Rural Argentina*. Entretanto:

Las expectativas duraran poco. En 1971 la entidad volvió a plantear sus preocupaciones por la marcha del país, insistió en fortalecer la iniciativa privada y incrementar las exportaciones, lo que se lograría mediante “precios razonables” para el campo. Para la SRA, se trataba del único camino posible para resolver los problemas económicos y sociales del país (PALOMINO,1988, p.137).

Se por um lado, as memórias da entidade apontam o ministro da economia como obstáculo ao crescimento da produção agropecuária, de outro, não podemos deixar de ressaltar que a partir de 1966 o Mercado Comum Europeu também utilizava do protecionismo (Prélèvement) para dificultar a entrada da carne argentina em seu continente, o que por sua vez afetou o mercado exportador do país. Com isso, os produtores encontravam dificuldades de comercializar, principalmente, com a Itália, Bélgica, Alemanha e Holanda.

2.5 VASENA SAI, A CRISE FICA

A crise das exportações de carnes para a Grã-Bretanha prejudicou intensamente a economia argentina. Em meados de 1967, o governo inglês passava por uma profunda crise interna. Havia um elevado déficit público, a balança comercial do país era negativa, a Libra também se encontrava em um período de instabilidade. Com isso, o governo britânico adotou uma série de medidas tais como: a desvalorização da moeda e maiores restrições ao comércio exterior, o que afetou diretamente as exportações argentina. Além da Grã-Bretanha, os EUA também estudavam medidas para restringir a importação de carne.

A situação se agravou ainda mais, quando a febre aftosa chegou a Grã-Bretanha e, esta restringiu ainda mais a entrada de carne de outros países. Em 5 de dezembro de 1967 o governo britânico anunciou a suspensão de importação de carnes de países que não estavam livres da febre aftosa, a Argentina estava incluída nesta lista. Apesar da restrição a *SRA*, apoia a decisão britânica.

Pierrri defende que este episódio foi uma demonstração de subordinação dos grandes setores pecuários frente aos interesses britânicos. Essa postura britânica visava à entrada junto ao Mercado Comum Europeu, porém, essa decisão não foi profundamente compreendida pelos dirigentes da SRA. Posição que meses depois será revista pela entidade, pois, o prolongamento da restrição gerou enormes prejuízos aos produtores.

O autor também critica o otimismo da entidade em relação à “visão” que o mercado externo tinha de seu país. Pois, se a entidade afirmava que o mundo o via com outros olhos, a realidade mostrava que “*la Argentina sufría una explícita sanción, que era acompañada por el desplome de los precios del kilo vivo de hacienda en el mercado interno* (PIERRI,2007, p. 168).

Um estudo sobre a condição do mercado agropecuário é realizado por Rodolfo R. Moerel, licenciado em ciências econômicas. O “*Anales*” divulgou esse estudo na edição de Janeiro-Fevereiro de 1967. Além dos aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, Moerel destaca também a grande quantidade de gados no estoque argentino, enquanto, seu preço despencava e, os custos de produção aumentavam. Outro fato que chamou a atenção foi à crise dos frigoríficos argentinos: as câmaras estavam lotadas, mas, não havia venda.

Quanto à venda ao mercado interno, este era pouco elástico. Por fim, comentou sobre a necessidade de modernização da produção para reduzir ainda mais os custos, tornando a carne mais competitiva em outros mercados, entretanto, reconhece a dificuldade para o produtor adquirir empréstimos nos bancos do país, pois, as taxas de juros eram exorbitantes. Comparando os juros norte-americano e canadense, por exemplo, enquanto pagavam taxas entre 4 a 6%, na Argentina essas taxas variavam entre 15 e 22%. Sem contar que enquanto os países mencionados possuíam uma moeda e inflação estáveis, seu país passava por um período de desvalorização da moeda e aumento da inflação. (*Anales*, Buenos Aires, p.43 jan-fev/1967).

Com o exposto acima, podemos perceber que o setor agropecuário argentino passava por uma crise, devido a fatores internos e externos. Nas páginas de seu periódico, alguns especialistas apontavam caminhos para reverter este processo, entretanto, grande maioria deles, sempre apontavam que o Estado deveria proporcionar melhores condições aos produtores, sobretudo, diminuição dos impostos e dos juros.

No editorial de agosto de 1968 dos “*Anales*”, a entidade apontava uma drástica diminuição das exportações para a Europa, comparando os números com o primeiro semestre do ano anterior. No total foram reduzidas 168.148 toneladas de carne. Uma das causas para essa diminuição foi o problema da febre aftosa no Reino Unido, porém, também houve diminuição em outros países da Comunidade Europeia. Registraram uma situação de melhora nas exportações para os EUA, porém a entidade afirmou que “*existe la impresión de que no constituye un mercado estable con el que se pueda contar en largo plazo*” (*Anales*, Buenos Aires, p.5, agosto/1968) . Em relação à Associação Latino americana de Livre Comércio (ALALC), havia um maior otimismo “*el mercado formado por los países miembros de la ALALC, presenta en cambio condiciones más favorables en lo que a un aumento estable del consumo se refiere*” (Idem).

Para contornar a crise, a “*Junta Nacional de Carnes*”, procurou enviar missões a alguns países que não pertencem ao Mercado Comum Europeu. O Oriente era um mercado que chamava atenção da *Junta*, que enviou uma missão técnica ao Líbano. No fim do editorial a entidade conclui:

Por último queremos señalar la necesidad de realizar esta política mediante una acción coordinada del sector privado y gubernamental a través de algún organismo que podría ser la actual Secretaría de Comercio Exterior. En la medida en que la misma se realice con la firmeza y agresividad necesarias, se podrá superar este cuello de botella em que está sumido un sector de tan vital importancia para nuestro comercio exterior, contribuyendo a dar visos de realidad y no mera expresión de deseos a la meta de 3.000 millones de dólares de exportaciones agropecuárias, fijado por el Secretario de Agricultura y Ganadería em junio pasado (Ibidem, p.7).

Na mesma edição, Antonio Vaquer, trouxe um estudo sobre o “*Plan Balcarce*”, promovido pelo INTA (*Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria*), cuja sede fica situada na cidade de Balcarce, na Província de Buenos Aires. Trata-se de um plano que pretendia incrementar a produção agropecuária em determinadas zonas, através do apoio financeiro do Banco Mundial em convênio com o *Banco de la Nación Argentina*, além da intervenção do Banco Central.

Em resumo são créditos concedidos a produtores com juros variando entre 12 e 16%. Vaquer orienta que os produtores não aumentem a produção de gado mais que a demanda, e que ajustassem seus investimentos para que conseguissem adquirir uma máxima produtividade, diminuindo assim os custos de produção. Seus estudos apontavam para a redução dos custos de produção, com isso, o produtor teria uma

margem de lucro melhor, podendo pagar o empréstimo e, a curto prazo, quitar sua dívida. A *SRA* aprovou, de certa maneira, este plano e utilizou de seu periódico para orientar o produtor sobre seu uso.

2.6 O MILAGRE BRASILEIRO

No Brasil, a partir de 1968, inicia-se o período conhecido como “Milagre Econômico”. Neste momento, foram combinados dois fatores favoráveis para economia: crescimento econômico e controle da inflação. O crescimento do PIB em 1973 chegou ao patamar de 13%, enquanto a inflação média não passou de 13%. Em primeiro lugar, devemos destacar uma conjuntura mundial favorável, onde houve uma ampliação da oferta de recursos e créditos. Com isso, o Brasil pode se beneficiar de empréstimos a juros baixos (pós-fixados) e investimentos externos. Internamente, destacamos um aumento do volume de exportação de produtos industrializados do país, favorecidos pela redução de tributos e liberação de créditos. A agricultura também foi beneficiada, entretanto, o principal produto de exportação foi à soja, seu preço no mercado internacional era bastante favorável.

Um dos fatores fundamentais que permitiram o controle da inflação foi a regulação de preços, através de órgãos como a Conep (Comissão Nacional de Estabilização de Preços) mais tarde substituída pela CIP (Comissão Interministerial de Preços). Tais órgãos além de “tabelar” os preços públicos (tarifas, câmbio e juros do crédito público), também “tabelaram” uma série de produtos privados, em sua maioria, insumos industriais. Outro fator que contribuiu para o controle da inflação foi o arrocho salarial.

O milagre serviu para legitimar o regime militar vigente, proporcionando apoio da sociedade civil na continuidade do processo em curso. As chamadas “obras faraônicas” serviram de propaganda governamental para mostrar que o Brasil estava crescendo. Paralelamente, o regime se endurecia. No dia 13 de dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5. Tal ato decretou o recesso do Congresso Nacional, das assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Também autorizou o presidente a suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, assim como suspendeu a garantia de habeas corpus, em casos de crimes políticos.

No entanto, apesar do crescimento econômico do país e do combate duro da “subversão”, algo incomodava os produtores ligados a Sociedade Rural Brasileira: A política cafeeira. O principal alvo dos produtores de café neste período foi o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Críticas constantes por parte de membros da SRB foram publicadas nas páginas do “Estado de São Paulo”. Os produtores estavam inconformados com a oferta de créditos cada vez menores ao setor e pela resistência do IBC em aumentar o valor do café.

O clima de insatisfação diminuiu quando, em outubro de 1968, o presidente Costa e Silva, aceitou a proposta dos produtores de café e antecipou o pagamento da produção do café para o respectivo mês. Tal tese que havia sido levantada pelo jornal “Estado de São Paulo”, ganhou apoio da SRB, e do governador do Paraná, Paulo Pimentel. Tratava-se de um adiantamento como garantia de produção, ou seja, antes da colheita o governo federal adiantava uma parte do pagamento da produção que seria destinada ao IBC.

Uma situação curiosa ocorreu nas eleições da SRB em 1969. Tradicionalmente, a entidade em suas eleições lançava uma chapa única. Entretanto, neste ano surgiu uma nova chapa (União da Lavoura), quebrando a tradição da Rural. A nova chapa defendia a união da Sociedade Rural Brasileira com a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP). Previa que o presidente eleito, presidiria ambas entidades, assim como os cargos de secretário e tesoureiro. Luiz Emanuel Bianchi era candidato à presidência. Entretanto, apesar do atrito entre alguns membros da SRB que provocou, inclusive, a retirada de alguns membros da entidade, a chapa da situação “Renovação para a União” saiu vitoriosa.

Salvio de Almeida Prado, impossibilitado pelo estatuto da entidade em exercer um terceiro mandato, é substituído por Roberto Resende Junqueira. O ex-presidente divide o cargo de vice-presidente com Affonso Junqueira Franco e Fabio de Salles Meirelles.

A nova diretoria da SRB apoiou a medida do ministro Delfim Netto em decretar a isenção de ICM para a produção de algodão. Entretanto, ainda pressionava o governo para que adotasse outra política em relação ao café. As vésperas de seu cinquentenário, a diretoria da Rural apontava uma inflação de 134,5% no período de 1965-1968, porém,

o valor do café obteve no mesmo período uma elevação de 79,2%, causando uma defasagem de 55,3%.

Diante destes dados, cuja evidência dispensa maiores comentários, vê-se quanto é indispensável a alteração dessa política e quanto é justa a filosofia da recuperação, levando-se em conta o atraso no ajuste dos preços do café dela advindos (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.26, 3 de abril de 1969).

Na cerimônia do cinquentenário da Sociedade Rural Brasileira, estiveram presentes: o presidente Costa e Silva, o ministro Delfim Netto, entre outros ministros, o presidente do IBC, Caio de Alcantara Machado. Militares como o Comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira. Representando a Igreja Católica esteve presente o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi. Costa e Silva, em seu discurso, definiu a Rural como uma “oposição digna que critica e orienta o governo” (*Estado de São Paulo*, 24 de maio de 1969. Capa). Interessante notar no discurso do presidente, que o mesmo considerava a SRB uma oposição ao governo. Assim como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966, a Rural paulista, nesse momento, era uma oposição consentida.

Curiosamente, em 1969, o Ato Institucional nº 9, prometia acelerar a Reforma Agrária. Assinado pelo mesmo presidente que se dizia “orientado” pela Sociedade Rural Brasileira, o ato, sem dúvida, colidia com os interesses da mesma. Em tempo, vale lembrar que as ações que previa o Ato não saíram, praticamente, do papel. No mesmo mês, a entidade também cobrava medidas do governo para solucionar a crise que o setor avícola enfrentava.

Enquanto a Sociedade Rural Brasileira se preocupava com a política cafeeira, a Sociedade Nacional de Agricultura ainda enfatizava a questão da Reforma Agrária. Tal entidade costumava exaltar o modelo Estadunidense de reforma. Segundo a entidade, a agricultura dos EUA não sofria com os “impostos asfixiantes”, nem com “Barreiras fiscais”. Além desses aspectos, a SNA também apoiava a questão da modernização da lavoura para o aumento da produtividade e a manutenção dos grandes latifúndios.

Diversas vezes encontramos nos artigos sobre reforma agrária, presentes na “Lavoura”, opiniões contra o modelo de reforma agrária baseado no “retalhamento de grandes propriedades”. Obviamente, a simples entrega de um lote de terra a um lavrador, não resolveria o problema da terra no País. Porém, a diferença de pensamento

entre aqueles que defendem a reforma agrária, tendo como eixo principal o fim do latifúndio, e aqueles que defendem o modelo Norte-Americano de produção não está apenas nos meios, está também nos fins.

A extinção do latifúndio representaria a diminuição do abismo social no campo e, talvez, a criação de uma classe média rural, com poder de compra para adquirir bens industrializados, reforçando o mercado interno. A manutenção e modernização do latifúndio, representaria uma ampliação na produção agrícola do país, voltado para o mercado externo, reforçando a ideia de um país agroexportador. Assim como os proprietários argentinos, a saída para o problema da fome no país, e no mundo, estava no aumento da produção. Os produtores brasileiros também desconsideravam a questão da má distribuição de terras e renda.

A ideia de um “minifúndio” nocivo para a produção também estava presente nas três entidades pesquisadas nesse trabalho. Para os produtores de ambos os países, a divisão de terras representaria uma brusca diminuição da produção agrícola, provocando um colapso de abastecimento, tendo como resultado a fome e a crise econômica.

Em 25 de abril de 1969, o presidente Costa e Silva decretava o Ato Institucional nº 9. Tal ato tratava diretamente da Reforma Agrária. O Ato, contendo quatro artigos, modificava a redação do §1º do Artigo 157, que inicialmente previa a “Desapropriação da propriedade rural, mediante pagamento de **prévia** (grifo do autor) e justa indenização” para a seguinte:

§1º- Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula exata, correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas. (Ato Institucional nº9, 25 de abril de 1969, artigo 1º).

O Artigo 2º do Ato substituía o §5º do artigo 157 pelo seguinte texto: “§5º -O presidente da República poderá delegar as atribuições para desapropriações de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias” . Por fim, o Artigo 3º do Ato, revogava o §11 do Artigo 157 da Constituição Federal.

A substituição do texto original do §1º do Artigo 157 da Constituição federal de 1967, pelo novo texto, acabou com a necessidade de prévia indenização, em caso de desapropriação de terra. Esta medida viabilizava, financeiramente, a execução da reforma agrária. Um Decreto-Lei também foi assinado junto com o AI-9, tal decreto garantia:

Artigo 2º, Ainda quando situados nas áreas de que trata o Artigo 1º (**áreas de desapropriação prioritária**), não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste decreto-lei, os imóveis que satisfizeram os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (**Estatuto da Terra**), e sua regulamentação (Decreto-Lei 554/69).

O Artigo 3º do Decreto-Lei também previa que a justa indenização, poderia se realizar de três formas: Um valor fixado através de acordo entre expropriante e expropriado; De acordo com o valor da propriedade declarado em imposto territorial rural; Ou, através de valor apurado em avaliação, quando o expropriante não aceitar o valor declarado em imposto pelo expropriado.

A “Lavoura” entrevistou o Presidente da Confederação Nacional Agrícola (C.N.A), Flávio da Costa Britto. O Presidente elogiou os termos do Ato, pois, agora somente aqueles que utilizavam da terra para especulação teriam suas propriedades desapropriadas. A SNA também considerava o AI-9 e o Decreto-Lei 554, um passo positivo rumo ao que chamavam uma reforma agrária que não causaria instabilidades e, garantiria o real produtor à segurança na posse de suas terras.

Ainda em 1969, a Sociedade Nacional de Agricultura, anunciava com otimismo o futuro presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici. O novo presidente manteria a frente do Ministério da Fazenda o Professor Antônio Delfim Neto, o cargo de Ministro da Agricultura ficou com o Engenheiro Agrônomo Luís Fernando Cirne Lima¹³. Tradicionalmente, a Sociedade Nacional de Agricultura, sempre se manifestava a favor de todo e qualquer governo, com exceção de João Goulart e mais a frente com Geisel.

¹³ Fundador do Embrapa, em 1973.

2.7 O TANGO DE UMA NOTA SÓ: MENOS IMPOSTOS

Na Argentina, em 1970, o presidente da SRA, em discurso pronunciado no banquete oferecido em honra aos expositores da mostra industrial e comercial voltava a criticar o Estado intervencionista. “*cuando el sector privado reclama contra el sector público, es porque el Estado, en exceso de sus atribuciones, sale de su propia órbita para invadir la que corresponde a la empresa*” (Anales, Buenos Aires, p.15, setembro/70). Também esperava que o presidente cumprisse a promessa de “*crear verdaderos estímulos a la actividad agropecuaria*” (Idem). Miro também criticou a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio Interior assim como a de Agricultura e pecuária. Segundo o presidente, estavam provocando uma série de inconvenientes e dificuldades para o desenvolvimento da atividade privada. Também criticou os excessos fiscais e a falta de uma política agropecuária coerente e duradoura. Novamente a entidade solicita uma revisão no sistema tributário: “*el sistema tributario, cuyo peso es ya tan grande que anula toda posibilidad de producir más y mejor como el país tanto lo necesita*” (Ibidem, p.16).

Seu discurso também demonstrou esperança que as novas autoridades¹⁴ realizassem medidas positivas para o setor agrícola. Entretanto, afirmou que o momento não está propício a otimismo. Pois, tanto a agricultura quanto a indústria, estavam sendo injustiçadas

Outra preocupação da *Sociedad Rural Argentina* era que o governo procurasse outros meios de reverter a crise. Temia novas taxações ao setor produtivo para gerar mais renda para o Estado. Segundo a entidade, a saída para a crise não está no aumento de impostos, e sim em gerar medidas que possam incrementar as exportações. Pois, na ótica da *Rural*, o setor agroexportador é fundamental para o desenvolvimento do país e, não há solução para a crise argentina enquanto não for solucionada a política fiscal em torno do setor agrícola. No final de seu discurso, Miro, enfatizou a defesa pela liberdade presente na constituição e na Ata da Revolução Argentina:

Al respecto, es oportuno señalar que, los errores económicos tantas veces cometidos, obligan a rectificar la política económica y a implantar un sistema perdurable según los principios rectores de libertad establecidos en la Constitución Nacional y expuestos en la Acta 3 de la Revolución, a los que habrá de volverse para asegurar la

¹⁴ O General Marcelo Levingston neste ano já é o novo presidente da Argentina.

modernización y la prosperidad del país. (Anales, Buenos Aires, p.16, setembro/70).

O discurso do presidente da SRA, Dr. Luis J. Firpo Miro, feito durante um almoço da CARBAP (*Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires e La Pampa*), de início afirma que “*los problemas del campo son los problemas del país*”(Idem, p.20). Em suma, o discurso de Miro abordou os mesmo problemas do discurso mencionado anteriormente. Nota-se maior impaciência ao novo governo. Pela leitura dos *Anales*, temos a impressão que as relações da entidade com os governos da chamada “Revolução Argentina” já estavam bastante desgastadas.

Na “Mensaje al agro” que anualmente o presidente da SRA realiza durante o mês da tradicional exposição de Palermo, Miro, afirmou que a Argentina possuiu uma importante indústria que fora construída devido uma sólida base agropecuária, o progresso desta indústria dependeria também do progresso do campo. Tal discurso mostra a crença que a instituição possuía em torno da ideia de que o setor agrícola era o “carro-chefe” do país, logo, tal setor nunca poderia ser “abandonado” pelo Estado.

A mensagem ratifica a posição da entidade em manter-se firme com a ideia de desenvolvimento aliado a estabilidade, assim como o respeito às liberdades e direitos individuais (principalmente no que se refere a direito de propriedade). Espera também que sejam retificados alguns erros e que o governo atue de forma concreta na redução do gasto público. Assim como pede que o novo governo compreenda melhor os problemas do campo.

Durante o discurso proferido por Dr. Luis J. Firpo Miro, presidente da *Sociedad Rural Argentina*, no ato de inauguração da 25ª Exposição Internacional de Pecuária, Agricultura e Indústria, este enfatizou a preocupação com os grupos de resistência armada presentes na Argentina e no mundo. Tal discurso aproximava a entidade ao aspecto ideológico da “Revolução Argentina”, apesar das críticas à política econômica desses governos.

*El mundo se enfrenta hoy a grupos extremistas, que en su lucha, apelan a la fuerza que usan con artera cobardía y a la demagogia que emplean para imponer sus ideologías.
La actividad nacional se há visto últimamente perturbada por la violencia, pero no detenida (...). Confiados en que el Gobierno mantendrá el orden, fortalecerá la vigencia de la ley y el imperio de la justicia (Anales, Buenos Aires, p.32, setembro/1970).*

As palavras de Miro se referem, principalmente, a preocupação do governo argentino e alguns setores da sociedade, incluindo os proprietários de terra, com os grupos armados que estavam resistindo a “Revolução Argentina”.

Contextualizando, no dia 1º de Junho de 1970, a guerrilha Montonera sequestrava o General Pedro Aramburu, general que foi responsável pelo golpe que retirou Juan Domingos Perón do poder em 1955. Aramburu foi e morto pelos Montoneros. Lembrando que este grupo armado, até então, era fiel aliado de Perón, nesta época exilado em Madri. Logo, um avanço da guerrilha poderia ocasionar um retorno do Peronismo ao poder. Fato que inevitavelmente ocorreu em 1973, com o retorno das eleições e a vitória de Hector Câmpora nas urnas.

Nessa atual conjuntura, apesar da Rural de Palermo se opor copiosamente as diretrizes econômicas encaminhadas pela “Revolução Argentina”, apoiava a manutenção do *status quo*, pois, era garantia de que o Peronismo se manteria longe do poder. Pois, como observamos em 1973, um governo democrático levou facilmente o peronismo ao poder, retirado somente através de um novo golpe.

A obra de José Alberto Pierri corrobora com esta pesquisa, o autor afirma que:

la adhesión decidida de la SRA a la orientación global de la gestión, no eliminó algunas tradicionales críticas a la presión impositiva sobre el campo y a las retenciones a las exportación, como así también reitero reclamos no directamente vinculados al agro; propuso la baja del gasto público y la reducción de aportes jubilatorios, con el objetivo de eliminar la inflación y disminuir el costo de la mano de obra (PIERRI, 2007, p.160/161).

Da mesma forma que o autor corrobora com esta pesquisa quanto aos embates ocorridos no âmbito da política econômica encaminhada pelo governo, ele também aponta o apoio ideológico mencionado neste trabalho. O apoio da entidade se manteve até o final do governo Onganía, e continuou até 1969, quando ocorreu uma rebelião em Córdoba, o chamado *Cordobazo*.

Ese apoyo, casi incondicional, al orden político impuesto por el gobierno militar, no tuvo la misma intencidad a la hora de evaluar, una vez finalizada, la gestión de Krieger Vasena, a la cual la SRA criticó puntamente por haber aumentado la presión impositiva sobre el agro y los costos laborales (Idem, p.169).

Assim como em 1970 (Sequestro de Aramburu), em 1969 (*Cordobazo*) o presidente da SRA, também demonstrou grande apoio ao governo. No seu discurso da

83ª Exposição da entidade, Miro defendeu que *“De ninguna manera se justifica que tales errores se hayan usados como pretexto para sembrar la destrucción y violencia desatadas en Córdoba y otras ciudades”* (Memórias, 1969/1970). O presidente também condenou com a máxima energia os grupos extremistas que *“quieren promover el caos y la confusión para sometermos a regímenes que hemos repudiado”* (Idem), ou seja, o regresso do Peronismo. Defendeu que foi um grande sacrifício sair do quadro de crise e atraso que o intervencionismo peronista proporcionou, gerando forte inflação.

Antes de analisarmos as relações das entidades nos anos seguintes a 1970, faremos um breve resumo sobre sua situação política e econômica. Na Argentina, em 1969, observamos que a inflação que estava contida em 67/68, regressou. Há uma sobrevalorização da moeda, a partir do momento que o governo optou por congelar o cambio. Ocorreu um processo de desnacionalização dos setores da indústria. No âmbito social, temos a partir de 1969 um considerável crescimento dos conflitos sociais, com a presença de movimentos armados.

A substituição de Krieger Vasena por Dagnino Pastore, não melhorou a situação econômica do país, pois sua política de combate a inflação dificultou a emissão de moeda e créditos, o que prejudicou demasiadamente os investimentos em setores chaves da economia (indústria e agricultura), além de criar um clima de recessão no país, com forte redução de consumo no mercado interno.

No caso brasileiro, em 1968 iniciou o período conhecido como “Milagre Econômico”, já explicado anteriormente. Em suma, enquanto a Argentina já passava por um momento de crise econômica e social, no Brasil iniciava um processo “euforia” e “otimismo”, devido aos efeitos do “Milagre”. No mesmo ano, as tensões sociais aumentavam, a repressão aos grupos de oposição ficou ainda mais violenta. Por fim, em 1970, devido à intensa repressão e seu isolamento em relação ao povo, os principais movimentos armados de oposição do regime já haviam sido derrotados. Entretanto, o “milagre” não durou muito tempo, já em 1973, com a crise do petróleo o país voltaria a um estado de recessão.

2.8 “PRA FRENTE BRASIL”

Em 1969, o General Médici assumiu a presidência do Brasil. Em suma, em relação à produção agrícola, seu governo incentivou, ainda mais, a diversificação da

produção. Para se ter uma ideia mais clara do setor cafeeiro, entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras, entre 1965 e 1971 passou a representar 37% e apenas 15% entre 1972 e 1975. Tal fator se deve ao incentivo a plantação de soja. Tais números nos ajudam a entender as críticas da Sociedade Rural Brasileira, realizadas durante todo o regime ditatorial.

Na Argentina, os anos 70 começam marcados por uma forte dificuldade econômica, em 1970 a inflação estava disparada, em junho deste ano o Ministro da economia, Moyano Llerena, realizou uma forte desvalorização da moeda, chegando a ser cotada a \$ 400,00 por dólar americano, porém, tal medida não conteve a inflação. O preço da carne pesava muito na balança da inflação, logo, o produto passou por alguns controles governamentais.

No mesmo ano observamos uma forte oposição da SRA às gestões de Dagnino Pastore e Moyano Llerena, que aumentaram durante o exercício do ministério de Aldo Ferrer. Em entrevista com Ferrer, José Pierri aponta que a sua gestão industrialista e nacionalista provocou *“una violenta oposición en los sectores dominantes (como el de los grandes propietarios territoriales de la zona pampeana)”* (PIERRI, 2007, p.178). A partir da presidência do General Levingston se iniciou uma etapa nacionalista, com investimentos na indústria nacional. Em uma nota enviada em abril de 1971 pela *“Comisión de Enlace de Entidades Agropecuarias”*, a SRA, junto com outras entidades do campo, manifestava sua insatisfação.

como corolário de la entrevista realizada con el Ministro de Economía y Trabajo Dr. Aldo Ferrer cabe expresar que los integrantes de la Comisión de Enlace Le expresaron a este la firme oposición a las medidas adoptadas por la conducción económica em materia de carnes. (Memórias SRA, 1970/71).

Ferrer, era um economista de tendência Cepalina, promoveu, “a reedição da fórmula nacionalista e populista de que Perón fora o mais típico representante” (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p.409). Houve negociações com CGT, promovendo melhorias salariais, além disso, os setores nacionais do empresariado foram protegidos, através de concessão de créditos.

Ao mesmo tempo, com o alento do general Lanusse, começou a ocorrer uma abertura política que tinha como horizonte o restabelecimento do regime democrático, com o reconhecimento implícito de que era inviável a manutenção de um sistema que excluía o peronismo. Em fins de 1970, a maioria dos partidos políticos

assinou, no caminho da abertura, um documento chamado “a hora do povo”, que estabelecia um plano comum de ação entre radicais e peronistas (Idem, p.409/410).

Lanusse substituiu o general Levingston, pois este não conseguiu conter a resistência armada. O objetivo de Lanusse era realizar uma transição entre os governos militares para uma abertura democrática. Houve dificuldades em manter o rumo do governo, o Ministério da Economia foi dissolvido, as ações de guerrilha aumentavam, o governo respondia com repressão e tortura. O programa de nacionalismo distributivo foi abandonado.

A *Sociedad Rural Argentina*, não viu com bons olhos esse governo de transição, “*Hubo câmbios en el gobierno y en lo econômico se inicia una política basada en ideas diferentes y hasta opuestas a las que inspiraban la Revolución Argentina*”(Memória, 1971).

Enquanto isso no Brasil, o Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969, regulamentava a forma de tributação dos rendimentos da exploração agrícola ou pastoril. Em suma, previa deduções no imposto de renda em casos de investimentos realizados durante o ano base na exploração da atividade rural. Tal medida foi recebida com aprovação pelos membros da Sociedade Rural Brasileira. Apesar de promulgado durante o governo da Junta Militar, que substituiu o presidente Costa e Silva afastado por problemas de saúde, tal decreto aproximou, já no início de seu governo, Médici aos proprietários rurais.

Assim como a SRB, a SNA também constantemente publicava elogios ao novo presidente. Para a entidade carioca, Médici conhecia as necessidades do campo por que era oriundo dele. Os Ministros da Agricultura e da Fazenda, Luiz Fernando Cirne Lima e Delfim Neto, respectivamente, também eram reconhecidos pelos produtores. Neste momento, havia deixado uma real vontade do governo em desenvolver o campo. A SNA aspirava por uma “Revolução Agrícola” aos moldes norte-americanos, acreditava que os dois pilares da economia deveriam ser agricultura e a indústria.

Neste momento, o governo lançava na FAESP, um programa de incentivo a produção que previa: Crédito a juros reduzidos para aquisição de mudas e sementes selecionadas, inseticidas e fertilizantes, corretivos do solo, máquinas e equipamento, estímulos fiscais, garantia de preços mínimos para alguns produtos da safra de 69/70/71.

Outra mudança no cenário rural foi à substituição do presidente do Instituto Brasileiro do Café. O novo presidente, Dr. Mário Penteado de Faria e Silva, era sócio titular da Sociedade Nacional de Agricultura. No mesmo ano, o IBC lançou um “Programa de Financiamento ao plantio de cafezais”, prevendo para o biênio 70/71 uma meta de 200 milhões de pés de café. Financiados pelo Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários os recursos investidos foram de aproximadamente Cr\$ 220 milhões.

Observamos então que, para as entidades de proprietários rurais brasileiras, 1970 foi um ano de aproximação com o governo. A oferta de recursos provenientes do “Milagre”, assim como a oferta de créditos a juros baixos, enfim chegariam ao campo. Médicos e sua equipe de Ministros seriam os homens que, na ótica dos produtores, resgatariam o objetivo da “Revolução redentora de 1964”. A euforia provocada pelos programas de desenvolvimento e estímulo à produção, logicamente, deixariam de lado os aspectos mais cruéis do Regime.

Em 1972, novas eleições na SRB marcaram o retorno de Salvio de Almeida Prado à presidência da entidade. Logo após sua posse, o presidente enviou um telegrama para o ministro da Fazenda, Delfim Netto, apoiando a redução das taxas de juros. No mesmo ano, a entidade também elogiava o Instituto Brasileiro do Café. As resoluções 551 e 552 do instituto garantiriam um lucro maior para os produtores de café, pois, transferiam o aumento do valor do café no mercado internacional diretamente para os produtores.

Na Argentina, a campanha eleitoral de 1972 gerou grande preocupação por parte da SRA. A maioria dos partidos políticos tinham em sua plataforma um programa de reforma agrária que previam, inclusive, a subdivisão dos latifúndios além da expropriação de terras. Tudo isto representava um atentado contra os esforços dos produtores em aumentar a produção.

Um discurso do presidente Lanusse, demonstrou interesse na criação de uma lei que acabasse com a exploração deficiente da terra, tal política oficial deixou a SRA ainda mais furiosa, *“los muchos años durante los cuales el campo ha sido sostén de la ineficiencia estatal son la causa principal que ha impedido a agricultores y ganaderos producir más”* (Memórias, 1972). Os latifundiários afirmavam que o campo pode produzir mais, porém, falta uma política estável e eficaz.

Com a proximidade das eleições, a SRA e a Junta de Comandantes ficavam cada vez mais beligerantes. Enquanto a entidade definia o governo como intervencionista, um Brigadeiro da Junta de Comandantes, definiu o período anterior a transição de “*liberal, indiferente al interes nacional, egoísta y mezquiña*”(PALOMINO, 1988, p.140). Em resposta, a *Rural* afirmou que a Argentina desde 1945 não tem adotado uma política liberal, reconheceu que houve momentos de menor intervencionismo, entretanto, o Estado continuou sendo ineficiente como empresário, atrasando o país.

Neste momento, observamos um forte discurso pró-liberalismo por parte dos produtores. Nas suas memórias a entidade defende que a indústria e agricultura devem superar suas diferenças para “*acentuar lo que no es común, es decir, la vigencia de un sistema econômico que nos permita desarrollar nuestra iniciativa, sobre base de la propiedad privada*” (Memória, 1971).

Na edição de março-abril de 1971, o periódico *Anales*, extraiu uma matéria do diário *La Nacion*, cujo título era “*El Sector Rural y la accion política*”, em suma, a matéria fazia uma crítica ao desconhecimento que os setores urbanos da sociedade argentina possuíam em relação a importância econômica do campo, assim como julgavam mal os proprietários de terras. Posteriormente, trás um breve questionamento sobre a reforma agrária chilena, que segundo o autor do artigo, Enrique J. Molina Mascias, não resolveu os problemas no campo, assim como o sucesso das eleições de Salvador Allende se resumiu aos votos da cidade e dos mineiros. Ou seja, o campo, que já havia experimentado a reforma agrária, pautada na divisão de terras pelo presidente Dr. Frei, não apoiou maciçamente a candidatura de Allende.

Não é objetivo deste trabalho realizar um estudo profundo sobre a reforma agrária chilena, destacamos esta matéria para demonstrar que nas páginas dos *Anales*, assim como nas páginas do *La Nacion*, havia um objetivo de combater as ideias favoráveis a uma reforma agrária, pautada na subdivisão de terras e na expropriação de terras improdutivas.

Na edição seguinte, seu editorial trouxe um artigo sobre a reforma agrária. Segundo o periódico, aqueles que defendem a reforma agrária, “*quieren confundir para provocar el caos, tomar el poder e implantar su ideologia totalmente contraria a nuestra tradicional e histórica vocación democrática*” (*Anales*, Buenos Aires, p.5, maio/71). O artigo é carregado de apelo emocional, sugere uma reação com urgência

antes que seja tarde demais. Adverte que a República corre perigo, que as liberdades podem ser restringidas com um novo governo. “*Blanco preferido de sus ataques, es el derecho de propiedad privada, sólido puntal de la personalidad humana*” (Idem).

Nota-se um tom de desespero. Se nos anos anteriores o que vimos nas edições dos *Anales da Sociedad Rural Argentina*, foram matérias criticando a política econômica dos governos militares, agora, os ataques aos grupos que defendem uma reforma agrária dão o tom dramático ao periódico. Interessante notar neste momento, que a mesma entidade que apoiou o golpe de 1966, claramente ditatorial, cinco anos mais tarde clama por democracia e liberdade. Este último aspecto, logicamente, refere-se, principalmente, a liberdade de propriedade.

Demagogos cien por ciento, recurren a su dialéctica falaz, a sabiendas que abolida a la propiedad privada – no solo de la tierra sino de los medios de producción – habrán herido de muerte a la libertad y ganada la partida.

Por eso, han vuelto a tañer la campana de la “reforma agrária” uno de los velos tras qual se oculta la doctrina marxista (*Anales*, Buenos Aires, p.5, Maio/71. Grifo meu).

A visão dos proprietários argentinos se aproximava do conceito de Contrato Social de John Locke. Tal contrato garantia o direito de propriedade, ou seja: que os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades, pois, o estado natural não garante a propriedade.

O artigo continua com inúmeros ataques ao modelo de reforma agrária que prevê desapropriações. Com um claro apelo antimarxista, defende que um Estado dono da terra e outros meios de produção é uma desastrosa experiência, que só levará o povo a miséria e opressão.

Em junho do mesmo ano, os *Anales*, dedicam aproximadamente dez páginas de seu periódico com um artigo cujo título é “*El desastre de la Reforma Agrária en América Latina*”. Trata-se do primeiro de uma série de artigos que, segundo a entidade, tem como objetivo realizar uma análise séria e “*cierto que demuestre categóricamente y sin lugar a dudas lo negativo que han resultado estas “reformas” en todos aquellos países donde se han establecido*” (*Anales*, Buenos Aires, p.10, junho/71. Grifo meu).

Con categoria de etapa histórica, de fenómeno sociológico profundo, América Latina está viviendo la etapa de la reforma agrária. Reforma

concebida y ejecutada con critério jacobino y con sentido desprovido totalmente de realismo. Pensamiento trapassado de coloniaje mental, se há traducido en la práctica en uno de los más ruinosos desastres que haya podido sufrir un buen sector de la parte sur del hemisfério. Y ha engendrado una de las crisis más difíciles de superar qua hayan caído sobre las que ya venían padeciendo estos países (Idem).

Interessante notar, que o artigo aponta três fatores que influenciaram essa “onda” de reformas na América Latina. Em primeiro lugar, a infiltração do marxismo no continente, em segundo lugar a reforma agrária no México, e em terceiro lugar, curiosamente, afirma que a Aliança para o Progresso¹⁵, ou seja, a influência dos Estados Unidos da América, sobre os governos, as universidades, os sindicatos e os burocratas da América Latina, para executarem a reforma agrária baseada na expropriação das grandes propriedades. Tal influência, no entanto, ficou restrita apenas a esfera ideológica, pois, não houve na prática, apoio estadunidense. O artigo aponta que, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Venezuela, passaram por esse processo, entretanto, nenhum deles tiveram benefícios.

A *Sociedad Rural Argentina* defendia que a reforma agrária baseada na subdivisão de terras estava ultrapassada. Um país não seria capaz de resolver seus problemas de produção e produtividade com a subdivisão de terras. Ainda mais se tratando de países que dependem, em grande parte, das exportações de produtos agrícolas, qualquer queda na produção geraria problemas crônicos para a economia

Em julho, os “*Anales*” publicam em seu editorial uma resposta as declarações da CGT em relação à lei de preços máximos e a reforma agrária. Para a entidade, a CGT está equivocada em suas declarações pois, “*la reforma agrária es la avanzada de un régimen más hondo, que persigue abolir el derecho de propiedad privada, implantar su colectivización, anular la iniciativa individual y cercenar la libertad*” (*Anales*, Buenos Aires, p12, julho/72). Tal resposta se refere a uma consulta que a ex-secretária

¹⁵ Idealizada por John F. Kennedy, a Aliança para o Progresso foi lançada no dia 13 de março de 1961, quando o presidente americano, num discurso em Washington, reconheceu a necessidade de integração e crescimento autossustentado para todo o continente. Meses depois, representantes de 22 países latino-americanos estavam reunidos em Punta del Este, no Uruguai, para ratificar o acordo. Quase toda a América estava lá representada, à exceção do Canadá e de Cuba. A aliança esboçou uma cartilha de boas intenções em apoio à América Latina, sob a rica proteção dos Estados Unidos, interessados em conter o comunismo.

Poucos projetos da aliança foram bem-intencionados: a construção de alguns hospitais e escolas, além do intercâmbio de estudantes. Com o tempo, a proliferação de grupos revolucionários na América Latina fez os EUA investirem tudo na repressão a rebeliões comunistas com o claro objetivo de apoiar golpes para a instalação de governos de direita.

Fonte: Jornal O Globo

de Agricultura e Pecuária fez à CGT, sobre a fixação de preços máximos, assim como a reforma agrária. A Central trabalhista defendeu ambas as propostas.

O que observamos nas páginas dos “*Anales*”, no ano de 1971, é que se deixaram de lado as críticas da entidade à política econômica do governo e se iniciou uma forte batalha contra o conceito de reforma agrária que defendia o fim do latifúndio. Na edição de Agosto dos “*Anales*”, dando continuidade à série de matérias que abordavam a reforma agrária, Victor Luis Funes, trouxe uma matéria cujo título era “*Tecnología y Reforma*”, a matéria destacava a importância da Revolução Industrial para o mundo, e enfatizava os avanços que tal revolução provocou no campo, dando condições para aumentar a produção.

Para a SRA, o conceito de reforma agrária devia ser visto de outra maneira. Reformar significava modernizar o campo, facilitar a entrada de tecnologia no país, assim, os produtores aumentariam a sua produção e produtividade. O latifúndio para os proprietários não significava atraso, para eles, uma reforma agrária que acabasse com as grandes propriedades, levaria ao país a um colapso econômico, pois, as pequenas propriedades não teriam condições, nem financeiras, nem tecnológicas para manter a produção nos patamares alcançados pelos latifundiários.

O Estado não deveria intervir nos preços, deveria reduzir a carga tributária para a entrada de produtos e maquinários necessários para a produção, assim como o tributo cobrado para a exportação. Para a *Sociedad Rural Argentina*, o país deveria voltar ao liberalismo anterior a 1929.

Em suma, a ideia de que o retorno do peronismo estava com dias contados, trouxe a tona uma série de receios. Não desejava o retorno da política distributiva e de arrendamentos do Justicialismo, muito menos a ideia de uma reforma agrária que ameaçasse o latifúndio. Porém, neste momento, parecia não haver saída para os produtores, tudo indicava que a transição era questão de tempo e a abertura democrática traria de volta o líder justicialista Juan Domingos Perón.

Em um artigo extraído do Instituto Popular de Conferência do “*La Prensa*”, jornal argentino, sobre a Reforma Agrária, escrito por Guillermo Garbarni Islas, em 11 de junho de 1971, os *Anales* novamente abordariam a questão da reforma. Para o autor, o que deveria ocorrer em seu país era um “*Progreso Agrario*”. O campo necessitava de

“salubridad, Buenos caminos, electrificación, enseñanza adaptada al ambiente y aprendizaje técnico rural, crédito agrário, modicidad impositiva y sobre todo libertad y tranquilidad” (Anales, Buenos Aires, p.34, Agosto/71).

O autor defendia a ideia que o homem da cidade não tinha a menor ideia do que estava ocorrendo com o campo, por isso, defendiam equivocadamente a “reforma agrária”¹⁶. Com a industrialização de seu país, e a grande concentração de habitantes na cidade, estes não sabiam o que se passava no campo, o mesmo ocorriam com aqueles que governavam o país.

Islas questionava o sentido das expropriações de terras em um país onde a terra é abundante e a população escassa. O autor, obviamente, ignora completamente a altíssima concentração de terras que seu país possui, e também desconsidera o incontrolado êxodo rural. Nos anos 60, por exemplo, estudos apontavam que 50% das terras estavam concentrados nas mãos de 1,5% da população, assim como 80% da população carecia de terras. Cinquenta famílias possuíam cerca de quatro milhões de hectares de terra; 2% dos pecuaristas possuíam 40% do gado argentino e, 5% da população possuíam 40% da riqueza nacional. Esses números, a SRA ignorava completamente.

No es absurdo llevar a los esforzados productores rurales, exprimidos por los impuestos y desmoralizados por el intervencionismo de estado, a punto tal que muchas explotaciones (...) se liquidan dia a día, una causa más de preocupación y desaliento? (Anales, Buenos Aires, p.35, agosto/71).

O autor compactua da ideia de que o progresso do campo e da Argentina andam juntos, e que tal fato se deve ao liberalismo econômico, *“sabiamente establecido por nuestra Constitución y escrupulosamente respetado durante los primeros 80 años de vigencia de la misma”*(Idem, p.36). Seu discurso é saudosista, idealiza a Argentina entre o fim do século XIX e início do XX, classifica tal período como idade de ouro do país, afirma que *“no habia restricciones para el trabajo y porque los impuestos eran moderados”* (Ibidem). A matéria chega ao fim com um apelo:

Hay que acabar, señores y señoras, con todo lo que se oponga al liberalismo económico, el Estado no debe salirse – lo repito -, de sus funciones específicas y debe dejarse trabajar al campo sin impuestos

¹⁶ Geralmente o periódico faz questão de colocar a reforma entre aspas quando se refere à subdivisão de terras.

prohibitivos ni amenazas absurdas como la de una ridícula reforma agrária (Ibidem, p.57).

Em setembro de 1971, os discursos da 85ª Exposição Nacional de Pecuária, Agricultura e Indústria, giravam em torno dos recentes acontecimentos políticos do país. O presidente da SRA, afirmava que o país vivia momentos de inquietude, pois, a subversão tentava criar o caos. Os motivos, segundo Miro, são conhecidos: a implantação de sistemas econômicos que a entidade considerava fracassado. Posteriormente, enfatizou os esforços dos produtores rurais em parceria com os industriais em aumentar as exportações e a luta por uma política econômica que proporcione melhores condições para isto.

Nota-se em seu discurso, um menor ataque ao governo, às solicitações dos produtores não possuíam o pesado tom de crítica dos anos anteriores, inclusive algumas críticas à entidade procuravam demonstrar que compreendiam a atual conjuntura que o país passava.

No somos insensibles a las cuestiones sociales, ni desconocemos que a menudo los gobiernos se ven forzados a adoptar determinadas medidas o proceder por motivos políticos.

Pero es nuestro deber advertir que la economia tiene sus reglas simples, que no se pueden violar, so pena de sufrir descasos que se manifiestan en última instancia, en un perjuicio económico geral para todos y en especial para los más necesitados. (Anales, Buenos Aires, p.24, setembro/71).

Inclusive, na “*mensaje al agro*”, que costuma realizar um balanço do cenário político e econômico do país, encontramos um tom de apoio ao governo.

Durante este período han ocurrido importantes sucesos de carácter político y económico. La vida cívica há renacido y hubo câmbios en el gobierno y en la conducción económica, que esperamos que sean para bien del país, que necesita un mínimo de estabilidad y seguridad jurídica, imprescindibles para elaborar planes de mediano y largo plazo (Idem, p.26/27).

O presidente elogiou a atitude do governo em maio de 1971, através da Lei dos Ministérios, permitindo que a Secretaria de Agricultura e Pecuária, se transformasse em um Ministério, podendo assim se relacionar com os outros ministérios em patamar de igualdade. Entretanto, as críticas aos altos impostos, presentes nas mensagens dos anos anteriores se mantiveram.

O Ministro de Agricultura e Pecuária, Antonio Di Rocco, estava presente na exposição de 1971. Em seu discurso, procurou não fugir muito do lugar comum. Enfatizou a importância do papel do campo para a economia argentina, e a importância da SRA. Passou longe de apontar novos caminhos para o campo, ou de anunciar medidas que realmente interessassem os produtores.

Os meses de outubro, novembro e dezembro foram marcados por pontuais críticas a política intervencionista do governo, nada muito distinto do que a entidade fazia, principalmente em 1969 e 1970. Na edição de dezembro de 1971, a entidade questionava o porquê o Estado não realizava um plano econômico baseado na exportação de produtos agrícolas. Para os produtores a solução era extremamente simples. “*El mundo es comprador de alimentos. Argentina productora de ellos. Por qué, entonces, no intensificar al máximo la agricultura y ganadería? Por qué, al contrario, se deprime al agro?*” (Anales, Buenos Aires, editorial, dezembro/71).

Para a entidade, o novo plano econômico só sacrificava o campo, e como defendia ferrenhamente, sacrificando o campo seria impossível desenvolver a indústria, pois, a primeira era base para o crescimento da segunda. O “*Plan Nacional de Desarrollo y Seguridad (1971/1975)*”, previa um crescimento médio do Produto Interno Bruto de 7% ao ano, assim como um aumento de 10% nas importações e 10,9% nas exportações. Em alguns setores industriais previam-se um programa de substituição de importação, por exemplo, a siderurgia almejava aumentar sua produção de 1,8 milhões de toneladas em 1970 para 5 milhões em 1975. Previa-se uma produção de alumínio em 1975 de 110.000 toneladas, para satisfazer a demanda interna. Quanto ao ferro, estimava-se aumentar a produção de 208 mil toneladas para 2,3 milhões de toneladas. Além de uma série de produtos químicos necessários. Quanto à exportação, o plano previa um aumento de 1,77 bilhões de dólares para 2,75 bilhões.

Em 1972, a primeira edição dos *Anales* (janeiro e fevereiro), já carregava em seu editorial uma forte crítica ao governo “*La gallina de los huevos de oro*” criticava fortemente o aumento dos impostos, das tarifas e do preço dos combustíveis. Para a SRA, tais medidas acarretariam um aumento do custo de vida e, o governo teria que rapidamente aumentar os salários, o que traria de volta um aumento da inflação. A “galinha dos ovos de ouro” era, obviamente, a produção agrícola.

As mudanças que deveriam ocorrer para o retorno do crescimento, segundo a *Sociedad Rural Argentina*, eram: Renúncia do Estado como maior produtor industrial e comerciante; suspensão dos investimentos públicos pouco proveitosos. “*La tecnocracia no ha dado buenos frutos, sino malos resultados que están a la vista*” (*Anales*, Buenos Aires, p.7, jan-fev/72).

Em julho do mesmo ano, o editorial dos *Anales*, tornou a criticar o intervencionismo do Estado na economia e o efeito negativo que ele possuía, segundo a entidade:

En el orden interno, se ecentúa el afán intervencionista del Estado con efecto negativo en el aumento de la producción y en sus costos, elevados considerablemente a través de una pesada carga impositiva, de una falta de créditos, de una creciente inflación que destruye y la ausencia de una política agrária, seria y coherente (*Anales*, Buenos Aires, p.24, julho/72).

A entidade defendia que a Argentina precisava incrementar suas exportações, aumentando a produção do campo, já que os produtos estavam com preços favoráveis para o comércio exterior. Somente dessa maneira, poderia então desenvolver a indústria de seu país. Uma substituição de importações, prevista pelo Plano de Desenvolvimento Econômico, sem um prévio desenvolvimento de sua indústria nacional, estaria fadado ao fracasso, pois, a indústria nacional não teria condições de atender a demanda interna. O primeiro passo seria, inicialmente, dar condições para um aumento significativo das exportações de produtos agrícolas para, posteriormente, o lucro obtido nesse comércio financiasse a modernização da indústria nacional, tornando-os competitivos enfim com os produtos importados.

No parágrafo final do editorial a entidade voltou a mencionar o problema da reforma agrária nos países latino-americanos. “*Los ataques contra la iniciativa privada, contra la libertad y el derecho son causa de la violencia que repercute em reaccionar con firme decisión, si queremos preservar nuestras propias libertades*”(Idem).

Na mesma edição, o presidente da “*Sociedad Rural Argentina*”, publicou um artigo cujo título é “*La propiedad como factor de todo o progreso*”. Miro, fez uma defesa incondicional ao direito de propriedade. Sua origem “*se remontan a la vida misma de la humanidad, es tan antigua como el mundo*” (*Anales* Buenos Aires, editorial, julho/72). O artigo ataca o comunismo, e sua defesa pela eliminação da propriedade, além de classificar tal defesa como algo demagógico.

Mais uma vez o discurso da SRA ignorou completamente a real situação de pobreza e desigualdade existentes em seu país. Miro afirmou que através da propriedade e de sua produção um país consegue distribuir riqueza para toda a população, assim como reduzir a fome que existia na Argentina e no mundo. Considerava que o problema da fome é uma questão de baixa produtividade e não de má distribuição de terras e rendas pelo mundo. Logo, enquanto o Estado impuser dificuldades para um aumento de produção haverá fome e desigualdades em seu país.

Interessante notar, que a mesma entidade que realiza estudos relativamente complexos sobre determinados aspectos da economia, possui um discurso em relação a “Reforma Agrária”, relativamente, simples e tendencioso. Utilizando de uma lógica simplista, afirma que uma pequena propriedade produzirá pouco, com menos produção teremos mais fome e não o contrário como pregam os “discursos demagógicos” dos defensores da reforma. Obviamente, ignora completamente a questão das terras improdutivas utilizadas, por exemplo, como fator de especulação.

Miro, considerava que a *“Función social de la tierra, es un atrayente slogan político carente de contenido, pero de gran efectividad demagógica”* (Idem). Neste ponto, por exemplo, notamos uma aproximação com a Sociedade Rural Brasileira. Para Miro, função social é qualidade exclusiva do ser humano e não de elementos naturais colocados a sua disposição.

Por eso, una buena legislación para promover el desarrollo agropecuario e industrial, no será por cierto aquella que transfiere el derecho de propiedad al Estado; sino la que estimule la tecnificación, la capacitación del hombre, la que oriente y prestigie la comercialización interna y externa de nuestros productos, la que otorgue seguridad jurídica y cree las condiciones de estabilidad que requiere cualquier tipo de producción.

La llamada “reforma agrária” sólo demanda una ley derogatoria de la propiedad individual, a diferencia de la “transformación agraria” que exige imaginación creadora, voluntad de trabajo, vocación de bien común y visión de futuro. (Ibidem)

Mais uma vez, a entidade utiliza o termo “transformação agrária” para defender seus ideais. Quanto o argumento que a terra não deve ser um bem de renda, e sim de trabalho, o presidente defendia que a atividade rural deve ser vista como uma empresa, assim como a indústria. Para ele, assim como na indústria, um proprietário pode ser apenas o dono do “capital” da empresa, um proprietário de terra também pode ser dono do capital da terra e sua produção deve visar o lucro. Citou os EUA, Inglaterra e os

Países Baixos como um exemplo de como a independência da propriedade da terra aumentou sua produção.

Defendeu que na Argentina não havia colonialismo, nem feudalismo, pois, o código civil foi o primeiro divisor de terras do país e nenhum outro projeto ou intento político conseguiu melhor divisão que a própria Constituição. Afirmou também que o latifúndio não deveria ser definido somente por sua extensão e que o minifúndio é igualmente antissocial e antieconômico, além de ser perigoso, pois, conspira contra o aumento de produção agropecuária. Miro acusou o Estado de ser o maior latifundiário do país e de concentrar a maior parcela de terras improdutivas.

antes de atacar la propiedad individual, deberíamos con sentido común, propender a la transferencia de las propiedades fiscales, incorporándolas a la producción como medio eficaz de promover el desarrollo del interior, creando nuevas fuentes de trabajo y radicando núcleos de población en las provincias, cuyo éxodo a las grandes ciudades es un grave problema nacional (Anales, Buenos Aires, Julho/72).

No discurso de abertura da “86° *Exposicion internacional de ganaderia, agricultura e industria*”, realizada em setembro de 1972, o presidente da SRA, basicamente colocou em pauta os mesmos pontos da exposição do ano anterior. As tensões sociais são alvos de preocupações, assim como a continuidade de um Estado intervencionista que só atrapalha o funcionamento da empresa privada. A exposição contou com a presença do presidente da república do Paraguai, o general Alfredo Stroesser e de seu ministro da agricultura e pecuária H. Bertoni, do secretário geral da OEA Galo Plaza, e de vários outros ministros dos países europeus, tais como Itália, Grã-Bretanha, França entre outros.

No mesmo ano, a tradicional “*Mensaje al agro*”, demonstrava preocupações com os partidos e candidatos às eleições, pois, segundo a entidade, grande parte deles estão prometendo um estadismo mais forte, além de uma reforma agrária. Nota-se neste momento que o discurso da *Sociedad Rural Argentina*, se mantém o mesmo nos últimos anos, embora de 1966 a 1972 o país tenha passado por três presidentes. A elevação da secretaria de agricultura e pecuária ao patamar de Ministério, assim como os planos econômicos criados pelos respectivos governos, embora em parte, tenham agradado os produtores, em linhas gerais parecia não atender as principais demandas do setor.

A SRA defendia que a presença do Estado na economia deveria se resumir apenas nas atividades subsidiárias, onde a empresa privada não pode atuar. Durante a exposição, o presidente da república, General Lanusse, afirmou que as demandas dos

produtores são legítimas, “*és evidente que no se puede continuar con una política que nos há hecho perder nuestra condición de gran país agropecuario*” (*Anales*, Buenos Aires, p.71, setembro/72). Tal declaração foi bem recebida pela entidade, segundo reportagem dos “*Anales*”, trouxe esperanças para um futuro imediato na produção.

Em 28 de setembro de 1972 a *Sociedad Rural Argentina* elegeu sua nova equipe diretiva, cuja presidência fica a cargo de Celedonio V. Pereda, empresário renomado e de família tradicionalmente do campo. No editorial dos “*Anales*” de outubro-novembro, a entidade reitera a disposição de contribuir com o governo e a economia do país, entretanto, também espera que o governo contribua com a atual gestão.

Na primeira matéria do novo presidente nos “*Anales*” de outubro-novembro, observamos que a entidade segue intacta na sua ideologia. O discurso de Pereda é muito próximo do presidente anterior. Pereda convidou aqueles que estão junto com ideais da entidade para desmascarar os inimigos, resistir aos grupos que querem implantar um governo estatizante no país, “*Los argentinos rechazamos el exagerado intervencionismo estatal en lo económico, porque somos víctimas de su larga experiencia.*” (*Anales*, Buenos Aires, p.12, out-nov/72). As críticas em relação às altas taxas de impostos também se mantiveram assim como as relacionadas à reforma agrária.

No presente capítulo, observamos o quanto foram heterogêneas as relações entre os proprietários rurais brasileiros e argentinos com suas burocracias estatais. Em todos os casos, observamos um apoio aos golpes que colocaram os Militares no poder. Porém, também nestes casos, observamos, críticas da Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Nacional de Agricultura e *Sociedad Rural Argentina*, aos primeiros atos dos respectivos governos. No Brasil, o primeiro embate entre o “Quartel e a Fazenda”, foi à criação do Estatuto da Terra. Na Argentina, reclamava-se da ausência de uma política fiscal mais favorável aos produtores.

A inflação em ambos os países também foi motivo de críticas por parte das entidades de proprietários rurais. Muitas vezes a metodologia adotada para o controle da inflação também não era bem vinda. Pois, uma das fórmulas adotadas para o controle inflacionário foi o congelamento dos preços agrícolas, afetando a lucratividade do produtor. Aparatos estatais como, por exemplo, o Instituto Brasileiro do Café, no Brasil e a Junta Nacional de Carnes, na Argentina, também foram alvos de profundas críticas, pois, segundo as entidades, só representavam um entrave para o desenvolvimento do livre comércio.

Em relação à economia, no Brasil, os produtores experimentaram um período de maiores investimentos a partir de 1968, com o chamado “Milagre Econômico”. A oferta de créditos a juros baixos proporcionou investimentos em diversos setores da economia brasileira. Entretanto, a Argentina não experimentou com a mesma intensidade este “milagre”, pois, no período, enfrentava problemas internos referentes à inflação e, externamente, encontrava dificuldades para venda de carnes devido ao protecionismo do Mercado Comum Europeu, principalmente da Inglaterra.

Observamos então, que a partir de 1968, inicia no Brasil um período de “lua de mel” entre as entidades de proprietários rurais e a burocracia estatal. Principalmente após a eleição do General Emílio Garrastazu Médici em 1969. No mesmo período, a *Sociedad Rural Argentina*, demonstrava cada vez mais impaciência em relação aos encaminhamentos políticos e econômicos dos sucessivos governos.

Politicamente, apesar das mudanças ocorridas nas sucessões presidenciais, como no caso do presidente Castelo Branco, que não conseguiu eleger seu sucessor, o Brasil se manteve mais estável. No caso Argentino, a Junta de Comandantes necessitou substituir duas vezes o presidente para tentar estabilizar a questão política. No caso da substituição de Levingston, Lanusse assumiu o governo com o objetivo de conter as tensões sociais, inclusive as de guerrilhas urbanas, que se opunham ao governo. E, posteriormente, abriu caminho para um período democrático, que acabou trazendo de volta o Peronismo, tão temido pela *Sociedad Rural Argentina*.

A questão da reforma agrária, também foi motivo de debate. Em um ponto todas as entidades compactuavam: a reforma agrária baseada na desapropriação das terras, representava uma ameaça à liberdade e a democracia. Logicamente, tal posicionamento das entidades era um paradoxo, pois, todas haviam apoiado a supressão da democracia e o estabelecimento de regimes ditatoriais em seus países. Para eles democracia era restrita ao liberalismo econômico, tudo o mais era dispensável.

Todas as entidades concordavam que deveria haver uma “reforma”. Porém, o que deveria se reformular era a estrutura agrária. Na visão dos produtores, uma reforma agrária deveria estar baseada na “modernização do campo”, ou seja, o Estado deveria facilitar e incentivar o aumento da tecnologia adotada no campo. Somente assim, haveria um aumento significativo da produção.

Entretanto, no início dos anos 70, a reforma agrária era uma preocupação muito mais presente na Argentina, pois, a abertura democrática, trouxe para a disputa presidencial uma série de partidos que defendiam, em sua maioria, uma reforma agrária,

baseada na subdivisão e expropriação do latifúndio. No Brasil, a sucessão de Castelo Branco em 1967, diminuiu a tensão existente em torno do Estatuto da Terra. O AI-9, decretado em 1969, amenizou ainda mais o assunto, pois, apesar de excluir da lei a necessidade de indenização prévia, o Ato considerava a “empresa rural”, ou seja, não ameaçava os latifúndios produtores, somente aqueles destinados ao uso da terra como fator especulativo.

No período de 1968-1973, observamos no Brasil, um clima de insatisfação por parte dos produtores de café. Logo, quando comparamos as relações entre a SNA e SRB com a burocracia estatal, notamos que a última entrava mais em conflito com o governo. Pois, na Rural paulista se concentravam os maiores produtores de café do país. A Soja, aos poucos, se tornava protagonista no mercado agroexportador.

Posteriormente, as entidades brasileiras e argentina, teriam um novo obstáculo. A partir de 1973, a crise do petróleo jogou um “balde de água fria” no milagre brasileiro. Na Argentina, além da crise internacional, a Rural de Palermo enfrentaria três anos de Peronismo.

CAPÍTULO III

“UNA ÉPOCA INSÓLITA”

“Cuando una vaca vale menos que un par de zapatos, una tonelada de trigo menos que un traje (...); la desesperanza cunde entre los productores.”

3.1 O Retorno de Perón e o fim do “Milagre” brasileiro

Juan Domingo Perón, líder justicialista, no seu exílio em Madri abria caminho para o seu retorno pelas urnas. Oscilando entre as alas radicais e conservadoras do Justicialismo, decidiu lançar Hector J. Cámpora à presidência da república. Em setembro de 1973, Cámpora renunciou, abrindo caminho para novas eleições, desta vez com Perón na presidência, ficando a vice-presidência com sua esposa María Estela Martínez (Isabelita).

Ainda no governo de Cámpora, em maio de 1973, o editorial dos *Anales*, trouxe um artigo que demonstrava vontade da entidade contribuir para o novo governo. Dizia que o setor rural estava disposto aceitar de forma unânime, “*una severa quita en los precios de su principal producción*” (*Anales* Buenos Aires, p.9, maio/73). Elogiava também a iniciativa do governo de reconhecer a importância do setor agrícola frente à opinião pública. Esperava que o governo cessasse o ataque ao direito de propriedade, assim como, todas as decisões tomadas pelo governo em relação à agricultura tivessem um diálogo prévio com as entidades representativas do campo.

Na 87ª Exposição Nacional de Pecuária, Agricultura e Indústria, realizada em 1973, o presidente da entidade fez seu discurso inaugural em tom de crítica ao governo. Suas reivindicações são basicamente as mesmas dos anos anteriores, rever os impostos, incentivar a produção agrícola, enfatizou o temor da influência marxista no país, entre outros. Notamos, no entanto, que a exposição não contou com a presença do Presidente da República. Representando o Estado estava presente o Subsecretário de Pecuária, Doutor Héctor R. Camberos.

Camberos realizou um discurso relativamente conciliatório, afirmou que a república passava por um momento especial, pois, novamente um governo nacional e popular estava governando o país. Pediu esforços dos produtores para que possam contribuir no crescimento da nação. “*los industriales espontáneamente bajaran los*

precios y lo mismo hizo el comercio, porque todos tenemos algo que ceder con miras de una revolución pacífica” (Anales, Buenos Aires, p.47, Agosto/73).

Seu longo discurso demonstrava preocupação com a questão sanitária da pecuária que, trazia imenso prejuízo anual para os produtores e para o país. Também destacou a capacidade produtiva do país, e a disposição do governo para contribuir com o aumento da produtividade. Destacou o apoio do governo aos agricultores para que “*ni un solo metro de tierra cultivable permanezca inactivo y creará los alicientes y condiciones necesarias” (Anales, Buenos Aires, p.49, set-out/73).* Porém, o governo não admitiria a manutenção de recursos inativos de vital importância para o processo produtivo.

Quanto o “*Impuesto a la renta normal potencial*”¹⁷, Camberos afirmou que era uma ferramenta que contribuía para a manutenção da função social da terra, pois, é parte do patrimônio nacional. Afirmou que este imposto também tem o objetivo de premiar os produtores mais eficientes.

Entretanto, apesar do discurso proferido pelo Subsecretário na exposição de Palermo, a *Sociedad Rural Argentina* não poupou críticas, principalmente, a política de impostos adotada pelo governo de Cámpora e seu sucessor após a renúncia.

Los largos cabildeos en los distintos bloques del Congreso, hacen suponer que la dura política impositiva para el agro, emanada del Ministerio da Economía sobre la base de estudios previos de la Secretaría de Agricultura, no cuenta con todo el asentimiento que se suponía en primera instancia.

Sería realmente deseable, entonces, que los funcionarios responsables, atemperaran razonablemente la presión tributaria en ciernes enviando al Congreso un mensaje rectificatorio, medida muy común em otras naciones adelantadas y que bajo ningún punto de vista implica desmedro ni verguenza para los autores del proyecto original (Anales, Buenos Aires, editorial, nov-dez/73).

No Brasil em 1973, Médici não conseguiu eleger seu sucessor. As Forças Armadas escolheram para ocupar o cargo de Presidente da República o general Ernesto Geisel. Segundo Boris Fausto, “a indicação de Geisel representou um triunfo dos castelistas e, conseqüentemente, uma derrota da linha-dura” (Fausto, 2009, p.488).

¹⁷ O objetivo do imposto era incentivar o aumento da produtividade. Sua avaliação levava em conta todos os aspectos que caracterizam a produção, identificando as variedades mais adequadas e, com base nesses pressupostos, o nível mais alto que pode produzir utilizando os melhores métodos estimados. Em suma, aqueles proprietários que não produziam o máximo que sua propriedade podia oferecer, arcavam com maiores tarifas.

Geisel assumiu o poder em 15 de março de 1974, o presidente ficou associado ao processo de abertura política, que o mesmo definiu como “lenta, gradual e segura”.

Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. (Idem, p.489-490).

No âmbito econômico, o governo de Geisel iria encontrar no seu caminho os reflexos da primeira crise internacional do petróleo, iniciada em 1973. A crise afetou profundamente o país que, na época, importava cerca de 80% do total de seu consumo. Outro agravante da crise foi o salto dos juros internacionais, pois, no período o país continuava adquirindo empréstimos com juros pós-fixados. No novo governo, Delfim Netto, foi substituído por Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda. Simonsen era conhecido por suas posições ortodoxas.

Em seu governo, houve o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Em suma, o II PND “buscava completar o processo de substituição de importações instalado há décadas no país, mudando seu conteúdo” (Ibidem, p.495). Outra preocupação do Plano era com a questão energética, entre elas estava à substituição parcial da gasolina pelo álcool.

Neste momento, observamos que o II PND, colocava como carro chefe do crescimento do país a grande empresa estatal. O governo promoveu imensos investimentos na Eletrobrás, Petrobrás e Embratel. O que causou um estranhamento por parte dos setores empresariais, principalmente os de São Paulo. A partir desse momento, se inicia uma forte campanha desses setores contra o excesso de intervencionismo do Estado na economia brasileira.

Em Janeiro de 1974, o editorial da “A Lavoura” exaltava o governo de Médici, o entusiasmo pelo governo era tanto que a entidade ignorava completamente o que se passava nos porões do DOI-COD, chegando ao ponto de afirmar que em seu governo:

A paz, o respeito e a ordem foram mantidos no decurso de todo o seu mandato, sem que houvesse necessidade de um ato de violência sequer, graças, principalmente, ao exemplo de atividade e energia serena que deu, cumprindo e fazendo cumprir, na íntegra, o programa

de realizações que expôs por ocasião de sua assunção (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, Jan-Fev/74).

O editorial também se mostrava otimista com o novo presidente da República. Principalmente após a escolha do novo presidente para compor os Ministérios do Interior e da Agricultura, Maurício Rangel Reis e Alysso Paulinelli, respectivamente. Segundo a entidade, estes nomes estavam familiarizados com os problemas agropecuários do país.

Infelizmente, com a ausência da “A Rural”, da Sociedade Rural Brasileira, que deixou de ser publicada de 1968 até 1978, como já mencionamos anteriormente, não houve a possibilidade de observar com mais detalhes a opinião desta entidade no período de transição do governo Médici-Geisel. Entretanto, o que observamos neste período é uma grande preocupação com a questão da Cafeicultura. Em março de 1974, o presidente da SRB, se reunia com o presidente do IBC, Camilo Calazans Magalhães, para discutir o problema do aumento dos preços dos defensivos agrícolas e dos fertilizantes.

O aumento no preço dos defensivos e fertilizantes era resultado da crise do petróleo, que também não descartava a possibilidade de escassez dos produtos no mercado. O aumento desses produtos e sua possível escassez refletiam diretamente na produção do café, que tendia a diminuir. Para o presidente do IBC a melhor saída para o problema era a valorização do café no mercado externo.

Em junho do mesmo ano, no entanto, um estímulo federal trouxe otimismo aos produtores. Com os novos recursos liberados pelo governo federal, previa-se um aumento de quatro milhões de sacas por ano de café na produção. Os recursos chegavam ao patamar de 2 bilhões e 59 milhões de Cruzeiros, com taxas de juros de 7% ao ano. O IBC previa estimular o plantio de cerca de um bilhão de novos cafeeiros até 1976.

Entretanto, a questão do café, era demasiadamente complexa e instável. Em outubro de 1974, a Sociedade Rural Brasileira e a Associação Paulista de Cafeicultores já pleiteavam junto a Geisel uma urgente recuperação dos preços do café.

A sociedade Rural Brasileira e a Associação Paulista de Cafeicultores, órgãos representativos da classe agrícola, pedem vênias para trazerem ao conhecimento de Vossa Excelência a aflitiva situação em que se encontram os cafeicultores e o café brasileiro e sugerir providências

no sentido de saná-las, dando-lhes condições de atendimento aos interesses gerais (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.27, 12 de outubro de 1974).

Em suma, a carta apontava as dificuldades dos produtores no combate à ferrugem do café, pois, os produtos estavam demasiadamente altos e, criticava a política tradicional do governo em manter os preços do café baixo. Segundo os produtores, mesmo sustentando preços baixos não havia, de fato, um aumento significativo da venda do produto, vendia-se apenas a demanda. Por fim, a carta em um tom dramático pedia soluções urgentes para que o problema da lavoura do café fosse solucionado, caso contrário “se não forem atendidos nessa emergência, dificilmente poderão prosseguir em suas atividades” (Idem).

Na Argentina, a edição do primeiro bimestre de 1974 do periódico *Anales* trouxe um longo estudo sobre a carga de impostos sobre a propriedade vigente naquele ano. Segundo estudo do periódico, as taxas aplicadas eram demasiadamente altas, assim como o número de impostos.

Perón assumiu o poder com um discurso conciliatório, tipicamente peronista, tentava estabelecer um acordo entre empresários e empregados. Ainda no governo de Cámpora, estabeleceu um acordo entre a CGE (Confederação Geral Econômica) e a CGT (Confederação Geral do Trabalho). Este acordo previa um aumento dos salários, em troca da suspensão por dois anos de convenções coletivas de trabalho. Para tentar estabilizar a economia, utilizou também de uma fórmula tipicamente peronista: aumentar os salários e congelar os preços, este programa foi batizado como Pacto Social.

Seu governo, em linhas gerais, foi mais moderado que os anteriores. Buscava não criar rupturas internacionais, embora seu discurso ainda seguisse a linha anti-imperialista. Segundo Boris Fausto, seu governo foi “fortemente intervencionista, moderadamente nacionalista e distributivista” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.411).

Guido Di Tella, afirma, no entanto, que as promessas verbais foram muito mais radicais e exageradas que o programa na prática. O plano se situava em um ponto moderado entre a esquerda e o centro, nacionalista e fortemente intervencionista. Sobretudo, expressava os pontos de vista dos setores empresariais incorporados na “aliança”, que aceitavam algumas medidas “progressistas” em matéria de impostos,

assim como o debate em torno da lei agrária, questão que não interessava muito os setores empresariais¹⁸.

José Alberto Pierre afirma que o governo peronista iniciado em maio de 1973 previa iniciativas de curto prazo para controlar a inflação e “*una reforma estructural de la economia nacional, que incluirían reformas en el agro, sin ser un proyecto de carácter revolucionário*” (Pierri, 2007, p.184).

Como ministro da Economia foi nomeado José Gelbard, empresário e líder da CGE. Durante seu ministério observamos uma diminuição da inflação, e um superávit comercial, pois, a conjuntura externa assim o permitiu. Além desses aspectos, os investimentos do Estado, assim como o aumento dos salários permitiram um aquecimento do mercado interno. Entretanto, no fim de 1973, um velho problema atingiu a Argentina, o aumento dos salários trouxe de volta a inflação. Na conjuntura internacional, a crise do petróleo encarecia as importações. Chega ao fim o ciclo de crescimento econômico da Argentina.

Com o aumento dos insumos importados, a indústria argentina pressionava o governo para autorizar um aumento nos seus produtos. Perón encontra uma solução em curto prazo, que consiste em subsidiar os insumos importados. Entretanto, neste momento, tanto os setores empresariais quanto sindicais não estavam mais dispostos a contribuir com o Pacto Social.

O clima neste período era de tensão, pois, havia um forte enfretamento entre os grupos de esquerda e direita ligados ao Peronismo. Como, por exemplo, o massacre de Ezeiza, a morte de José Rucci, secretário geral da CGT em outubro de 1973 e do deputado federal do peronismo de esquerda, Rodolfo Ortega Peña em 1974.

Foi devido a esta grande instabilidade política e com o objetivo de contribuir para uma estabilização do governo, que a *Sociedad Rural Argentina*, aceitou contribuir com o “Compromisso Agropecuário Nacional”. A entidade também chegou a aceitar medidas de controle estatal dos preços interno e externos dos produtos.

O Pacto Social teve seus reflexos no campo, embora a SRA tenha concordado em contribuir com o pacto, deixava claro para o governo que era contra o controle de preços

¹⁸ Retirado do livro Perón-Perón, Ed.Sudamerica, 1983, p.27.

dos produtos agrícolas. Segundo a entidade, era uma política que prejudicava o homem do campo. Mostrava-se incomodada, também, com o intervencionismo do Estado no setor, através das: Junta Nacional de Carnes, Junta Nacional de Grãos e do Conselho Agrário Nacional. Novamente, criticava o aumento dos impostos sobre o setor, e solicitou uma mudança da política do governo.

Esse período foi marcado por certa distância entre a entidade e o governo, principalmente quando Cámpora renunciou. Durante a posse de Perón, em 1974, o presidente da SRA, questionou a promessa do “grande salto da Argentina”, pois, segundo ele, tal promessa se contradiz com os altos impostos. O projeto da renda potencial de terras também gerou pesadas críticas ao novo governo. Para o presidente da entidade, havia um ataque ao direito de propriedade, que utilizava como pretexto uma ação contra as terras improdutivas, quando na verdade, se escondia por trás deste projeto a implantação de uma reforma agrária.

Dois episódios aumentaram ainda mais as tensões entre a *Sociedad Rural Argentina* e o governo peronista. O primeiro foi a criação do Imposto de herança, classificado pela entidade como, “*Anacrónico y antisocial, pues debe abonarse en el momento más crítico para una familia, y obligará a la destrucción de las empresas para poder pagarlo*” (Memórias SRA, 1974). O segundo foi o projeto de lei agrária que, segundo a SRA, “*amenaza de un ataque directo a la propiedad (...) Condiciona a los productores a una situación e temor em detrimento de la productividad*” (Idem). Para a entidade, esta lei criava bases jurídicas para uma reforma agrária.

Pereda sustentava a visão da SRA de que os latifúndios haviam desaparecido e, que o problema da produtividade estava justamente nos minifúndios, cuja presença era dominante nas pampas. Os grandes estabelecimentos, que geralmente são sociedades anônimas, estão muito mais empenhados em ter uma alta produtividade, pois, atendem um interesse coletivo. Já os minifúndios, são extremamente individualistas e não se preocupam com o todo.

O anteprojeto da lei agropecuária, para a SRA causaria a destruição da produção agropecuária, pois, só estava causando insegurança, com isso, se anulariam os investimentos na produção agrícola. Além do mais, o projeto não correspondia à realidade do campo argentino e, violava a constituição. Com a morte de Perón, apesar

da entidade tecer elogios à figura do líder justicialista, na exposição de Palermo de 1974 não pouparam críticas à política peronista.

El anteproyecto revela un profundo desconocimiento de la realidad, de modo que sólo es posible explicarlo como un instrumento político y no como una herramienta económico-social (...) Una política agropecuaria de fuerte contenido ideológico colectivista, que crea bases jurídicas para una reforma agrária consistente en expropiar, confiscar y subdividir campos. (...) Pero los elementos que generan inquietud no son solamente los que se originan en la subversión armada, sino (...) los que ignoran la realidad y afectan las bases mismas de la producción. Es en esta categoría de acciones donde ubicamos al anteproyecto de ley agrária (...) una vez que se ataca el principio de propiedad, cualquiera puede ser víctima del despojo, sea productor grande, mediano o pequeño (Memória SRA, 1974).

Palomino defende que Horácio Gil Berti, secretário de Agricultura e Pecuária, autor dos projetos, foi considerado o principal causador da ruptura do diálogo entre a entidade e o Estado. O secretário não possuía nenhuma conexão com os setores tradicionais da produção agrícola, o que causou enorme desconfiança por parte dos produtores. Em outubro de 1974, já na presidência de Isabel Perón, Gil Berti renunciou. Tal notícia foi bem recebida pela *SEÑORA*, o projeto de Gilbert, não possuía um caráter revolucionário, só buscava estimular o acesso a terra por produtores mais empreendedores. “*La lámpada ley de transformación agrária, no se dirigió en particular contra las explotaciones latifundistas, sino contra las improductivas de cualquier tamaño*” (Pierri, 2007, p.196).

A Lei Agrária, apesar do alarde da *SRA*, não chegou nem a passar pelo Congresso. Tal lei previa a expropriação das terras improdutivas por razão de utilidade pública com uma indenização de acordo com a produtividade dos últimos anos. Além desta lei, havia também as leis 20538/73 que estabelecia um imposto a renda potencial da terra, e as 20535/73 e 20573/73, que ampliavam as atribuições comerciais da Junta Nacional de Grãos e da Junta Nacional de Carnes.

Enquanto a *SRA*, defendia ferrenhamente que o processo de reforma agrária só levaria o país a um colapso da produção, a plataforma eleitoral do partido Justicialista (FREJULI), criticava evolução do campo nos últimos anos. Segundo o partido, deveria haver uma política de divisão de terras, assim como um regime de impostos e créditos que beneficiassem aqueles que produzissem mais, além de estimular o cooperativismo.

Além disso, o partido defendia que a terra deveria pertencer aqueles que trabalham nela, um bem de produção, e não, um bem de especulação e renda.

O ano de 1974 trouxe inúmeras dificuldades tanto na política, quanto na economia argentina. No mês de maio o Mercado Comum Europeu, decidiu aumentar ainda mais as limitações para a entrada de carne de gado fora do mercado europeu. Na prática, essa medida fechou o mercado para a Argentina. Dois meses depois, morre o líder máximo do Justicialismo, Juan Domingos Perón. Com a ausência de Perón, ficava extremamente difícil evitar os conflitos entre as forças de esquerda, o governo e os conservadores.

Pierrri defende que para a agricultura, a situação não era tão ruim, pois se no mercado interno havia o controle dos preços dos produtos, no externo o preço dos grãos passava por uma forte valorização, o que acabou compensando os produtores. Porém, as restrições de entrada de carne no Mercado Comum Europeu, acabaram prejudicando um setor específico da agricultura, a pecuária. Por isso, observamos nesse período, forte oposição da *SRA* ao governo, pois um forte setor dentro da entidade estava prejudicado com as restrições externas. O mesmo autor também afirma que a entidade não compreendia a dimensão deste embargo, criando assim uma expectativa de um breve retorno das relações comerciais voltarem à normalidade.

Com a morte de Perón, inicia um movimento formado por organizações empresariais para por fim a política de controle de preços. A *SRA* afirmava que a “política oficial fracassou por falta de flexibilidade”. Gelbard, frente à forte oposição, tentou negociar com a entidade, prometendo revisar alguns aspectos da Lei Agrária.

No Brasil, Salvio de Almeida Prado, comentava a derrota do ARENA nas eleições para o congresso. Para o presidente da entidade, a vitória da oposição (MDB), devia-se a “(...) um estado de espírito; manifestando sua insatisfação pelo que se passa com sua vida cotidiana, cujas dificuldades vêm crescendo desde longa data” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.5, 21 de novembro de 1974). Neste momento de crise, Salvio afirmou que o resultado das urnas significava à oposição do povo as meias verdades do “milagre”. O presidente também criticou o encaminhamento que se deu a política agrícola do país, para ele fundamental para a estabilidade econômica do mesmo.

Em dezembro, novas críticas ao governo. Divulgado pelo ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, o documento intitulado “Diretrizes Básicas da Política Nacional de Pecuária”, foi fortemente criticado pelos produtores. O plano previa o aumento da produtividade no setor, porém, um aspecto causou grande insatisfação aos produtores: a diminuição de encargos para importação de carnes. Para os produtores, tal medida se encontrava na contramão de todos os países, pois, os mesmos protegiam seus produtores com altas taxas alfandegárias. Observa-se neste contexto a contradição entre o liberalismo do discurso e a prática. Mais uma vez, as associações de produtores, entre elas a SRB, criticavam o governo por não convidá-los ao diálogo antes de elaborar tais diretrizes.

Na véspera de natal, os produtores provaram um pouquinho de seu remédio. A matéria cujo título era “Pecuária vê tendência à estatização do comércio”, publicada no jornal Estado de São Paulo, foi parcialmente censurada. Parte da matéria foi substituída por um trecho do Canto terceiro de Os Lusíadas, de Luiz de Camões: “Ela, com tristes e piedosas vozes”. Como de praxe, o jornal costumava colocar trechos de livros no lugar dos trechos censurados. Abaixo destacamos na íntegra o conteúdo censurado:

Isso só favorece a carne importada, que recebe isenção de todas as tarifas, enquanto a nossa é tributada com Funrural e ICM. Apesar disso, Junqueira considera a importação um “mal que tende a continuar, pois atende aos interesses das multinacionais do setor e da própria indústria automobilística. Isto porque o ministro da Economia do Uruguai declarou recentemente que seu país só comprou automóveis brasileiros após a importação que fizeram de carne uruguaia” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.16, 24 de dezembro de 1974. Trecho censurado).

3.2 “A FÁBRICA DE SONHOS ACABOU”

O fim do “Milagre econômico brasileiro” marcou o fim do período de “lua de mel” entre as entidades de proprietários rurais e os governos. Até mesmo a Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre adotava uma posição governista, segundo Sonia Regina de Mendonça, vai iniciar um processo de oposição ao governo Geisel. Os mesmos produtores que marcharam em São Paulo, apoiando o golpe que implantou um regime ditatorial no país, sofriam agora com a censura nos meios de comunicação.

De fato, o discurso modernizante dos militares, deixava a agricultura em segundo plano. O Brasil do “milagre econômico” queria desenvolver sua indústria,

apesar dos investimentos no setor agrícola, este desempenhava apenas um papel coadjuvante. Observamos que os governos brasileiros e argentinos, mediante a crise econômica de 1973, optaram por modelos distintos para contornar a crise. Estabelecendo uma comparação deste período, Boris Fausto e Fernando Devoto afirmam que:

A insistência do governo brasileiro no crescimento econômico, tendo como eixo a empresa estatal, mostra como era mais forte no Brasil a crença nas virtudes do nacionalismo econômico e na certeza de que o país estava destinado a crescer indefinidamente. (...), contrastando com a busca de ganhos financeiros em curto prazo, que caracterizou o comportamento de setores ponderáveis da sociedade argentina, a partir dos tempos de Martines de Hoz (Fausto e Devoto, 2004, p.417/418).

Neste momento, como destacado acima, o governo brasileiro tendia a investir na indústria nacional, sobretudo nas estatais. O aumento do preço do petróleo aprofundou a preocupação do país em desenvolver seu setor energético. Para o abastecimento elétrico, optou-se investir nas hidroelétricas, e para abastecer o setor automobilístico o programa Proálcool. Apesar deste programa prever investimentos no setor agrícola, para o plantio de cana-de-açúcar, esses investimentos passavam longe dos interesses dos produtores de café (principais membros da SRB) e latifundiários.

Na Argentina, em 1975, houve uma mobilização dos produtores agrícolas, com a organização de um Comitê de Ação Agropecuárias, onde se agrupavam a *SRA*, *CRA* e *CONINAGRO*. Os produtores decidiram parar suas atividades durante vinte e quatro horas. Reivindicava-se, basicamente, a liberação dos preços agrícolas. Nas memórias da entidade do ano de 1975, podemos perceber críticas em relação aos baixos preços dos produtos agrícolas. *“Cuando una vaca vale menos que un par de zapatos, una tonelada de trigo menos que un traje (...); la desesperanza cunde entre los productores.”*(Memórias da *SRA*, 1975).

No mesmo ano, o Congresso sancionou uma lei que suspendia até 1977 os julgamentos, sentenças e convênios homologados em relação aos arrendamentos e parcerias, tal atitude provocou novas críticas da *SRA*. Para entidade, o projeto provocaria, menos produção, menos circulação de bens e menos divisas para corrigir a balança de pagamentos.

Apesar da não adesão da *Sociedade Rural Argentina*, a *Federación Agraria Argentina*¹⁹ e a *Confederaciones Rurales Argentinas*²⁰ continuaram com suas greves patronais. Nos dias 19,20 e 21 de maio fizeram uma paralisação que culminou com a queda do ministro da economia. Assumiu o ministério, Dr. Celestino Rodrigo, em junho tentou aplicar um drástico ajuste ortodoxo na economia. O plano fracassou, pois, desencadeou uma massiva greve geral no país, que impediu a continuidade do plano econômico que ficou conhecido como “rodrigazo”. Posteriormente, o ministro renunciou, mas, a SRA manteve sua forte oposição ao governo.

O plano previa a desvalorização do peso em 100%, aumento das tarifas públicas em proporção semelhante ou maior, e a liberalização de quase todos os preços. Ao mesmo tempo, pela primeira vez, um governo peronista teve de pedir socorro ao FMI, diante da situação dramática da balança de pagamentos.

O chamado “rodrigazo” provocou uma enorme mobilização sindical, tendo-se em conta que as correções salariais, (...) não tinham passado 35%. Diante da imobilidade do governo o país se paralisou. Por fim, a pressão sindical obrigou Isabelita a recuar. López Rega e Celestino Rodrigo renunciaram a seus cargos (...)(FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 413/414).

Entre 1975 e 1976 a inflação disparou, dados do banco mundial apontam uma taxa de 197,7% em 1975 e 438% em 1976. O PIB, estacionado em 1975, fechou em -2% em 1976. Junto com o enfrentamento das entidades agrárias com o governo, Isabel Perón também teve que enfrentar, no final de 1975, uma série de movimentos trabalhistas, além da presença de enfrentamentos entre guerrilhas armadas com forças de segurança e, também, grupos armados de extrema direita.

O governo sofria oposição de diversos setores, as forças armadas já havia ganhado espaço com o enfrentamento das guerrilhas. Em 24 de março de 1976, um novo golpe militar coloca a Argentina sob uma ditadura novamente, dessa vez a mais sangrenta da história do país.

¹⁹ *Federación Agraria Argentina* (FAA): É uma entidade privada de caráter gremial e de serviços que por livre determinação nucleia pequenos e médios produtores. Sua origem foi uma declaração de greve de Arrendados em 1912, conhecida como “Grito de Alcorta”.

²⁰ *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA): Representa dentro do panorama gremial do campo argentino, a presença de uma organização federal, que reúne distintas atividades produtivas. Fundada em 1943, hoje conta com a participação de 109 mil produtores agropecuários. Em seu quadro de associados estão presentes, pequenos, médios e grandes produtores.

No Brasil, em 1975, o comportamento da SNA e SRB, pouco se modificou frente ao governo Geisel. Na SNA, houve a reeleição do Presidente Luis Simões Lopes para o período 1975-1979, a entidade manteve seu apoio ao governo. Em São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira, ainda enfatizava o problema do café e cobrava do Instituto Brasileiro do Café mudanças na política cafeeira. Tal ano foi marcado por péssimas colheitas devido às fortes geadas no segundo semestre.

A Sociedade Nacional de Agricultura apoiou o processo de unificação dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Após a unificação, o diretor da entidade, José Resende Peres, assumiu a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. Além da presença de membros da SNA na burocracia estatal do novo estado, também em 1975, observamos dois ex-ministros tomando posse no Conselho Superior da SNA: Apolônio Salles e Cirne Lima.

3.3 “PEQUENA MEMÓRIA PARA UM TEMPO SEM MEMÓRIA”²¹

Una época insólita de la historia argentina parece concluída con la caída del régimen que gobernó al país durante los 1.036 días transcurridos entre el 25 de mayo de 1973 y el 24 de marzo de 1976. Y cuando decimos insólito queremos referirnos a la definición diccionaria de lo no común, no ordinario, algo así como lo desaconstrumbrado. (Anales, Buenos Aires, p.7, abril/76).

A nova ditadura argentina é recebida com entusiasmo pela *Rural de Palermo*, o trecho acima, retirado do editorial dos *Anales* do mês seguinte ao golpe, demonstra clara oposição da entidade frente aos governos peronistas. Posteriormente, podemos perceber no editorial o apoio ao novo governo: “*Nuevos hombres han echado sobre sus espaldas la responsabilidad de revitalizar estos principios, ideales y valores tan caros a nuestros ser nacional*” (Idem). Os princípios e valores no qual o periódico mencionava eram, “*la decencia, la dignidad, la lealdad, el bien común*” (Ibidem).

Na mesma edição do periódico observamos uma matéria retirada da revista “*La Hacienda*” de setembro de 1975 intitulada “*La propiedad, base de la libertad*”, esta matéria defendia o direito à propriedade que segundo o texto “*la agresión contra la*

²¹ O subtítulo se refere à canção de Luis Gonzaga Júnior, o Gonzaguinha. Utilizada neste trabalho como referência ao período sombrio que a Argentina viveu durante a ditadura de Videla. No Brasil, apesar de em 1979 já observarmos o processo de abertura política (lenta, gradual e segura, nas palavras de Geisel), o sofrimento daqueles que tinham sido torturados, dos que estavam em exílio e dos amigos e parentes dos desaparecidos, ainda estavam presentes na sociedade.

propriedad, en realidad, no haya sido otra cosa que el preâmbulo para confiscar los demás derechos, muy especialmente la libertad” (Anales, Buenos Aires, p.32, abril/76).

Na presidência da nação temos o Tenente General Jorge Rafael Videla, que nomeou o Doutor José Alfredo Martínez de Hoz, Ministro da Economia, como Secretario de Estado de Agricultura e Pecuária é nomeado o doutor Mario Antonio Cadenas Madariaga (sócio da SRA) e como subsecretários de Agricultura Jorge Zorreguieta e Pecuária Alberto Ramón Mihura. A promessa do ministro em relação ao seu plano econômico era melhorar a produção agropecuária através de duas vias, melhorando os rendimentos nas áreas já exploradas, em seguida, ampliar a fronteira agropecuária.

A nova proposta econômica era por fim ao legado peronista/estadista para seguir em direção a uma economia mais aberta. As novas diretrizes do Ministério apontavam para o caminho do Liberalismo Econômico. Tentou-se fixar um equilíbrio do nível dos salários, inferior ao dos anos anteriores, e eliminar algumas restrições do Estado relacionadas às exportações, principalmente produtos agropecuários. Em relação às importações também houve diminuição dos impostos. Cortes no orçamento relacionados a políticas sociais também fizeram parte do novo plano econômico, como forma de reduzir os gastos públicos.

A ênfase inicial na abertura econômica ao comércio internacional, promovida por Martínez de Hoz, foi colocada inicialmente nas exportações, a tal ponto que, em fins de 1978, todos os impostos lançados sobre as exportações tradicionais tinham sido revogados (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.415).

Este novo modelo econômico atendeu aos anseios dos produtores. Se a diminuição da carga impositiva nos governos anteriores, desde 1966, não fez parte de seus planos políticos/econômicos, o novo governo em um prazo relativamente curto atendeu aos reclames do setor agroexportador. O plano de Martínez Hoz, não conseguiu resolver os problemas econômicos argentinos, porém, observamos que o ministro teve uma clara aproximação com os interesses dos setores rurais. Em linhas gerais, seu plano provocou um desequilíbrio na balança comercial.

Mirta Palomino aponta um número superior de sócios da SRA durante a “Revolução Argentina” (1966-1973), comparados com o “Processo de Reorganização Nacional” (1976-1983), ocupando postos na alta burocracia estatal argentina.

Entretanto, esse fator não influenciou a burocracia estatal atender as demandas do setor agroexportador com mais rapidez. Talvez, as tensões causadas durante o governo Lanusse, assim como as existentes durante o retorno do Peronismo, inclusive aquelas relacionadas à reforma agrária, tenham dado ao novo governo ditatorial, aliado aos produtores, uma força maior na sua atuação. Sem contar que comparativamente a ditadura de Videla foi muito mais autoritária e repressora que a “Revolução Argentina”, onde inclusive houve um diálogo com o peronismo.

Palomino também afirma que o apoio ao novo governo por parte da *Rural*, deve-se a “*una estrecha relación de los dirigentes de la SRA con los funcionarios del área económica, que se derivaba casi naturalmente de sus relaciones personales previas*” (Palomino, 1988, p.154). A autora também afirma que algumas críticas pontuais ainda eram feitas, contudo, com um tom bem mais suave que os observados nos anos anteriores, apesar da similaridade dos problemas.

Basicamente, as críticas da *SRA*, continuavam a girar em torno dos impostos, embora a política de Hoz tenha proporcionado à diminuição deles, a entidade continuava cobrando novas reduções e mais rapidez no processo da reforma impositiva.

A exposição de Palermo de 1976 contou com a presença do Presidente da República. Neste ano a *Rural* completava 110 anos de existência. No discurso inaugural, o presidente da entidade, Celedonio V. Pereda enfatizou o estado de “desordem e caos” que o país se encontrava antes do golpe. Saudou as forças armadas por terem proporcionado o fim daquele período, e também afirmou que a esperança foi renovada. Após elogiar o governo afirmou que, para que o mesmo consiga atingir o objetivo do crescimento do país e redução das desigualdades entre as cidades, citadas por Videla, não se pode ignorar a necessidade de “*desterrar definitivamente los gravámenes, impuestos o derechos a las exportaciones y mantener un tipo de cambio realista*” (*Anales*.Buenos Aires, p.30, Jul-Ago-Set/76).

Na “*Mensaje al Agro*”, do mesmo ano, após uma longa crítica aos governos peronistas, o presidente da *SRA*, exaltou o processo que levou ao poder os militares novamente.

La asunción al poder político por las Fuerzas Armadas, acto de servicio destinado a evitar la desintegración del país, puso fin a uno de los períodos más sombríos de la vida nacional. (Idem, p.38).

No editorial da edição seguinte, observamos novamente críticas ao governo deposto em março e um tom de apoio aos militares. Bastante otimista, os “*Anales*” esperavam um ano de 1977 com a retomada do crescimento e estabilidade econômica do país, principalmente no setor agroexportador.

No Brasil, o ano de 1976 seguiu, basicamente, o mesmo padrão de 1975. Enquanto a Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, reclamava melhorias no setor cafeeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura, mantinha sua posição de apoio ao governo Geisel. O presidente, nas comemorações dos 80 anos da SNA, é nomeado “Sócio Benemérito da SNA” e “Grande Benemérito da Agricultura Nacional”. O Ministro de Estado da Agricultura, Professor Alysso Paulinelli também foi homenageado, na edição de 80 anos da revista “A Lavoura”. O governador do estado do Rio de Janeiro, Floriano Faria Lima, também foi homenageado, e nomeado “Sócio Honorário da SNA”.

Enquanto a entidade paulista criticava fortemente as políticas adotadas pelo IBC, a SNA, no início de 1977, apontava um retorno do *ciclo do café* no estado do Rio de Janeiro. “O Plano de Renovação e Revigoração do IBC abriu definitivamente as portas ao ‘novo reinado do café’ no Estado” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, p.9, Jan-fev/77). O título da matéria, “Plante café e colha dinheiro”, contrastava com as notas da SRB no jornal Estado de São Paulo.

Talvez, por uma questão de disputa de hegemonia, não notamos no período estudado um grande diálogo entre a SRB e SNA. Nas cerimônias das respectivas entidades, raramente notamos algum tipo de parceria e homenagem entre elas. Especificamente, na cerimônia de comemoração dos 80 anos da SNA, não houve nenhum tipo de participação da SRB, muito menos homenagens. Nas páginas da “A Lavoura”, também não observamos matérias que abordassem a problemática do setor cafeeiro em São Paulo e no Paraná.

Na Argentina, o otimismo, de fato, tomou conta das páginas dos “*Anales*”. Em junho de 1977 o editorial do periódico afirmava que “*a quince meses del cambio, solamente un obtuso, un ciego o un resentido incurible, podrá negar la positiva evolución ocurrida*” (*Anales*, Buenos Aires, p.15, abr-mai-Jun/1977). Segundo o periódico, a Argentina se apresentava, neste momento, em um franco reencontro integral. “*Aquí hoy todo es más moral, honesto, serio, digno y esforzado*” (Idem).

Ratificando o mencionado anteriormente, as críticas da *Rural* frente ao governo claramente mudaram de tom.

una alta presión impositiva, o niveles de precios agropecuarios todavía insuficientes, no alcanzan a disminuir la fe en la gestión nacional, fundada en sanos principios de libertad, en todas las expresiones fundamentales del país (Ibidem).

Em outubro do mesmo ano, o diretor dos “*Anales*”, já defendia que estava na hora de encarar a segunda etapa do processo de liberalização do país, pois, a primeira já estaria concluída no fim de 1977. Acreditava que a tendência da inflação seria diminuir cada vez mais, assim como os gastos públicos também iriam cair gradativamente. O período é comparado pela entidade como um “pós-operatório”, uma metáfora para demonstrar que o país passou por uma grande cirurgia, para se curar de uma doença, posterior a essa cirurgia houve as dores do “pós-operatório”. No próximo ano, 1978, o país já estaria definitivamente “curado”.

Com direito a desfile de carro aberto, com a presença dos presidentes da República e da *Sociedad Rural Argentina*, teve início o ato inaugural da exposição de Palermo de 1977. No primeiro parágrafo do discurso do presidente da *Rural*, já encontramos elogios aos atuais governantes. “*Deseamos destacar, orgullosos, el éxito logrado por nuestras Fuerzas Armadas y de Seguridad contra la subversión*” (*Anales*, Buenos Aires, p.37, set-out/1977). No discurso, o presidente também destacou que a política agropecuária implantada em março de 1976 provocou uma mudança profunda na filosofia econômica e que estaria sendo um grande êxito. Destacou o aumento na produção de cereais, resultado da liberalização econômica. Porém, uma batalha os produtores ainda precisavam vencer, a redução dos impostos. Entre um elogio e outro, os impostos voltavam a ser tema de críticas.

Es necesario dar el golpe final a los impuestos a la exportación que aún subsisten para ciertos productos agrícolas, carnes y lanas. Mediante la aplicación de estos impuestos se llegó a distorsionar la economía de manera más inverosímil, lo que nos lleva a preguntarnos por qué fue adoptado un esquema de esta naturaleza e mantenido durante tantas décadas? (Idem, p.33).

Em junho de 1977, a reforma agrária voltava a ser tema na “A Lavoura”. Uma matéria de José Resende Peres (Vice-Presidente da SNA) abordava a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Peres, seguindo a já conhecida opinião da SNA, afirmava em seu artigo que “entregar um pedaço de terra a um homem despreparado

para explorá-la, é como doar um avião a alguém sem brevê, para que o piloto” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, p.28, mai-jun/77). O autor, no entanto, reconhecia a existência de problemas sérios na terra, porém, discordava copiosamente das teorias de Celso Furtado e José Artur Rios. Segundo Peres, as teorias dos autores citados foram superadas até mesmo na URSS.

Peres classificou como “asneira”, a teoria de Furtado sobre o fim do latifúndio. Para o Vice-presidente da SNA, o problema da terra não estaria no seu tamanho e sim na “sua estagnação, em sua manutenção para fins especulativos, baixa ou nula produção” (Idem). Após desqualificar Furtado e o modelo de reforma agrária soviética defendido por Lênin, o autor cita Roberto Campos e, sua defesa pelo modelo capitalista de reforma agrária. “As reformas capitalistas logram preservar e expandir a produtividade agrícola muito melhor que as reformas do tipo socialistas, que estabilizam ou coletivizam a propriedade” (Ibidem).

Em suma, o que José Resende Peres defendia era o modelo já abordado pela SNA de reforma agrária. Ou seja, uma modernização do latifúndio, uma reforma de acordo com o modelo dos Estados Unidos da América, visando aumentar a produção e produtividade. Para isso, o autor recorre aos números negativos das reformas agrárias ocorridas nos países socialistas, enfatizando a queda de produção nos mesmos. Países como URSS, Cuba e Chile, foram alvos de pesadas críticas do autor.

Por fim, também defende uma política mais dura de impostos para aqueles que não utilizam da terra como um bem de produção, e sim um bem de especulação. “Com isso, quem não estivesse produzindo, ou produzindo pouco, só teria dois caminhos: ou pôr sua terra em ação, ou vendê-la a outro, porque a especulação imobiliária, ou a má exploração tornariam sua posição insuportável” (Ibidem).

“O ministro da agricultura tenta voar, mas lhe cortam as asas”, esse era o discurso do Deputado paulista Sergio Cardoso de Almeida (ARENA), em meados de 1977. Sergio Cardoso, líder ruralista, defendia que a política dos preços mínimos, impostas pelo governo, estaria sufocando o produtor rural. Para ele, a produção estaria sendo inviabilizada. Neste ponto, até mesmo o diretor-executivo da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Paulo Roberto Viana, concordava com as afirmações do deputado da ARENA. Segundo Paulo, “os preços mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Abastecimento, foram decepcionantes para o produtor rural” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, jul-ago/77). Para o diretor da CFP, seria melhor a

fixação de preços mínimos mais elevados, mesmo podendo ocasionar uma alta da inflação, do que provocar a inviabilização e escassez da produção brasileira.

O discurso do Deputado paulista foi destaque no editorial da “A Lavoura” do bimestre julho/agosto de 1977. O tom de crítica e pessimismo contrastava com as edições anteriores da revista. Teria a crise de 1973 chegado finalmente aos membros sócios da SNA? Tudo leva a crer que sim. Como já citado anteriormente, Sonia Regina de Mendonça, apontava que a Sociedade Nacional de Agricultura, teria um momento de atrito com o governo Geisel. Observando as páginas da “A Lavoura”, podemos datar o início desse atrito no segundo semestre de 1977.

Na edição de Setembro/outubro de 1977, novas críticas. O editorial “a desventura da soja”, criticava fortemente a política adotada pelo governo federal em relação à exportação da soja. O Brasil tinha perdido 500 milhões de dólares em 1977, “por não ter comercializado seu excedente de soja no momento em que o mercado internacional oferecia os melhores preços” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, set-out/77).

Os empresários e os produtores de soja, de modo geral, têm apontado como culpado de tão grave revés o próprio Governo, mais precisamente o Ministério da Fazenda. Efetivamente, entre março e abril deste ano, quando os preços do mercado internacional estavam em ascensão e os negócios evoluíam de maneira ágil e tranquila, o Governo suspendeu as exportações de grãos e derivados por quase um mês e logo depois instituiu o confisco cambial. (...) Razão tem, pois, o ex-presidente do Banco Central, Ernani Galvêas, quando afirma que “nem sempre se dá a agricultura a importância que ela merece”. Ou ainda, como disse recentemente o ex-ministro da Indústria e do Comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, “**não é justo a agricultura pagar pelos demais setores (...) a não ser que sejamos orientados pela incompetência ou burrice**” (Idem. Grifo meu).

Apesar das críticas a política econômica adotada pelo Governo, não havia uma posição de beligerância com o Ministro da Agricultura, Paulinelli. As críticas recaíam sobre o Ministério da Fazenda. Para a SNA, o Ministério da Fazenda, se apoiava equivocadamente na indústria, pouco competitiva na visão da entidade, para contornar a crise. “Enquanto isso, a agricultura, que de tão competitiva é submetida ao confisco cambial, é relegada. Ela é a única fonte capaz de minorar nosso problema de balanço de pagamentos” (Ibidem, p.46).

Fechando o ano de 1977, “Sem lenço e sem documento”, foi o título do editorial do último bimestre do ano. A entidade criticava o elevado grau de intervencionismo do

estado na agricultura brasileira. A política de controle de preços foi classificada como um dos maiores entraves do setor. Neste aspecto, a posição da Sociedade Nacional de Agricultura se aproximava da *Sociedad Rural Argentina*, a entidade destacou o discurso de Nestor Jost, ex-presidente do Banco do Brasil e agricultor do Rio Grande do Sul, durante a 4ª Conferência Nacional das Classes Produtoras, “a agricultura precisa de mais liberdade e mais estímulo para, inclusive, criar sua própria infraestrutura de produção e comercialização” (Idem).

O otimismo se mantém em 1978 na Argentina, todavia, este sentimento aparentemente não possui uma justificativa coerente. Pois, ao mesmo tempo em que a *SRA* apontava inúmeras dificuldades nos setores de agricultura e pecuária, as páginas dos “*Anales*”, estavam recheadas de mensagens de esperança e câmbios. Tal postura da *Rural* denota um apoio incondicional aos militares, apesar de seu governo em 1978 ter completado dois anos e ainda observamos problemas no campo idênticos aos apresentados desde 1966. Uma postura a *SRA* deixava clara em seus discursos, o “Processo de Reorganização Nacional” pode até não atender todas as demandas dos produtores, porém, ele afasta o peronismo do poder.

De fato, a repressão da ditadura de 1976 afastou figuras ligadas ao peronismo do poder, assim como perseguiu, matou e prendeu aqueles grupos que ainda tentavam resistir. Essa “estabilidade” política, tranquilizava os produtores, pois, sabiam que as turbulências causadas pelos movimentos sociais estavam sufocadas. Notamos que a partir de 1976 a entidade abandonou os ataques à reforma agrária, pois, esta deixava de ser uma ameaça para os proprietários.

No Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura em 1978, continuou seu discurso de oposição às medidas adotadas pelo Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. No entanto, a entidade ainda demonstrava um grande apoio ao Ministro da Agricultura, Paulinelli, e deixou claro essa posição no editorial da “A Lavoura” do bimestre de março e abril:

Resta saber se o próximo Ministro da Agricultura poderá gerir os negócios da Pasta sem a interveniência (avassalante) dos burocratas da chamada área econômica do Governo, que na maioria dos casos nunca viram um pedaço de terra arável. (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, mar-abr/78).

Em agosto do mesmo ano, as críticas ao encaminhamento do governo à política agrária continuaram por parte da SNA. O Vice-presidente da entidade afirmava que “O fazendeiro brasileiro, que alimenta 115 milhões de habitantes e dá ao Brasil 70% de suas divisas está descapitalizado, nervoso e amargurado” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, p.6, Jul-ago/78). Peres enfatizou a importância do setor agrícola para “salvar” a economia Brasileira, e principalmente, pagar a sua dívida externa e interna. “Ele confia na sua missão e lamenta não poder desfrutar da tranquilidade necessária para levar o Brasil à sua posição de grande potência mundial” (Idem). Entretanto, a missão dos agricultores não poderia ser cumprida:

O comando da agricultura saiu da mão dos técnicos do Ministério da Agricultura, onde há pessoal competente, treinado, conhecedor dos problemas agrícolas, para a decisão de leigos do Ministério da Fazenda (Ibidem).

Mais uma vez, nota-se a forte oposição ao Ministério da Fazenda, e um apoio ao corpo burocrático e técnico do Ministério da Agricultura, que segundo a visão do vice-presidente da SNA, no governo Geisel havia perdido seu poder de comando da agricultura. O texto na íntegra faz um balanço do que Peres considerava uma sucessão de erros da política agrária, criado pelos burocratas leigos do Ministério da Fazenda. Logicamente, havia a presença de técnicos, membros da SNA e CNA, dentro do Ministério da Agricultura.

Em São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira, continuava no impasse do setor cafeeiro. No mês de janeiro, apesar do otimismo do presidente do IBC, Camilo Calazans, o presidente da SRB, afirmou que se “não fossem os erros cometidos pelo governo, a receita do café seria de 5 bilhões de dólares, e não de 2,7 bilhões” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, capa, 1º de janeiro de 1978).

Em março a Sociedade Rural Brasileira, junto com outras entidades de produtores rurais, principalmente cafeeiros, pedia há intervenção do presidente Geisel no IBC. A FAESP, por exemplo, afirmava que iria ignorar a existência do Instituto. Na Assembleia Legislativa o deputado Marco Antônio Castello Branco (ARENA), pedia o afastamento do presidente do IBC, Camilo Calazans. Sálvio de Almeida Prado, vice-presidente da SRB, pedia ao governo um reajuste do preço mínimo do café para 3 mil cruzeiros por saca.

Tal oposição dos produtores em relação ao Instituto Brasileiro do Café levou a criação de um movimento chamado “Marcha para Brasília”. O movimento teve início na Prefeitura de Adamantina (SP), no dia 18 de março de 1978. Segundo o prefeito da cidade, Gildomar Pax Pedroso (ARENA), o movimento seria “uma manifestação pura e pacífica de uma classe que está cansada de reivindicar e que agora busca apoio de suas lideranças” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.34, 22 de Março de 1978). A marcha ganhou também apoio de setores da indústria e do comércio, pois, a crise do café já estava prejudicando tais setores. O prefeito de Adamantina, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, afirmou que a “Marcha” contaria com apoio de mais 23 prefeituras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

No mesmo mês, eleito novo presidente da SRB, Renato Ticoulat Filho, afirmou que a entidade estava disposta a voltar a participar ativamente da vida política do país. Renato Ticoulat Filho era um próspero agricultor paranaense, e havia sido vice-presidente da administração anterior da entidade.

Em Abril do mesmo ano, as tensões continuaram entre os produtores de café e o governo. Durante a cerimônia de posse da nova administração da Sociedade Rural Brasileira, o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves (Vice-presidente do país no governo Figueiredo), afirmou que “as medidas podem não ter atendido as expectativas, mas o governo fez o que estava dentro das suas possibilidades” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.36, 11 de abril de 1978). Além do governador de Minas Gerais, Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo, e Jaime Canet Júnior, governador do Paraná, ratificaram a posição de Aureliano Chaves, afirmando também que “o governo fez o que pode para atender o setor” (Idem).

Os governadores também fizeram comentários sobre a afirmação de Camilo Calazans, que os produtores de café estavam chantageando o governo durante o período de eleição. Ambos os governadores afirmaram que não acreditavam que tais palavras tenham saído de Calazans, e que o episódio não passava de um mal entendido. Porém, Calazans havia, de fato, feito tal declaração ao jornal *Estado de São Paulo* no dia 9 de abril. Por fim, os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, se mostravam otimistas em relação à promessa do governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), onde a agricultura seria prioridade.

Enquanto o governo Figueiredo e suas promessas de “olhar para a agricultura” não chegavam, continuavam as tensões no setor. Em junho foi à vez de um desentendimento entre os Ministros da Fazenda e Agricultura. A extinção de juros subsidiados pelo Ministro da Fazenda, Simonsen, desagradou o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, que defendia a manutenção dos empréstimos com juros subsidiados. Renato Ticoulat Filho, presidente da SRB, saiu também em defesa à manutenção da linha de crédito subsidiada. Em nota oficial, o presidente da entidade afirmou que “aceita a ideia de que o agricultor deve aplicar recursos próprios na atividade produtora, (...). Mas é preciso lembrar que, para que o agricultor dependa cada vez menos do juro subsidiado, ele precisa obter rentabilidade em seus produtos (...)” (*Estado de São Paulo*, São Paulo, p.31, 1º de junho de 1978). Por fim, Renato criticou a rentabilidade do café no mercado financeiro, que segundo o presidente, era fruto de intervenções do Estado.

Em agosto de 1978 houve em Londres uma queda de 6,87% na cotação do café, em Nova York a desvalorização foi de 5,6%. Tendo em vista tal queda, os produtores apelaram para a ajuda do governo. No Rio de Janeiro, o presidente do Centro de Comércio de Café, Wilson Perácio, afirmava que a única forma de fortalecer os cafeicultores seria a elevação do financiamento concedido aos produtores e exportadores, garantindo assim a formação de estoques. Outra pressão dos produtores de café era em relação à elevação de 50% para 80% sobre o preço de garantia de financiamento concedido aos cafeicultores.

Em carta ao jornal *Estado de São Paulo*, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, afirmava que o problema do café não estava relacionado a dificuldades técnicas e sim de vontade política. Renato Ticoulat Filho citou uma série de dificuldades enfrentadas pelas associações de produtores, assim como uma dificuldade de diálogo entre tais associações e setores da burocracia estatal. Por fim Renato afirma que:

O problema cafeeiro chegou a um impasse que é apenas político, nada tendo de técnico. Ele está intimamente ligado à forma de transferência de recursos da Agricultura para atividades urbanas.

O café é problema de interesse nacional, e a recuperação da atividade para os próximos anos depende de decisões políticas corajosas que possam salvá-lo (Idem, 1º de Novembro de 1978, p.2).

Em outubro de 1979 o editorial do “*Anales*” fez uma defesa incondicional ao “Processo de Reorganização Nacional”. Neste período alguns jornais, assim como setores empresariais e sindicais já faziam críticas ao governo. A inflação não havia conquistado o patamar desejado, não havia abertura para os sindicatos negociarem com o governo, a censura incomodava os periodistas. O periódico define tais críticas como “*una última y desesperada tentativa para impedir la concreción de un efectivo cambio global nacional cada die, aparentemente, más próximo e indefectible*” (*Anales*, Buenos Aires, p.8, Set-out/79). O mesmo editorial também criticou os políticos que defendem um processo de redemocratização.

Nos meses finais de 1978, o Dr. Juan A. Pirán assume a presidência da *Sociedad Rural Argentina*. Seu discurso na Exposição de Palermo de 1979 seguiu a mesma linha dos presidentes anteriores. Fez um breve resumo da história do país, exaltando a segunda metade do século XIX, enfatizando o liberalismo econômico, presente inclusive na constituição do país, e criticando os períodos de intervenções estatais na economia.

A reforma agrária voltou a ser pauta nos “*Anales*”, porém, desta vez o Dr. Victor Luis Funes, colaborador do periódico, não vai apontar os perigos de uma reforma para seu país, como costumava fazer nos anos anteriores. Funes, na edição de agosto/setembro de 1979, faz uma severa crítica a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Tal organização havia realizado um congresso em Roma para debater a questão da “Reforma Agrária” no mundo. A organização, que já havia sido tratada como uma “conspiração comunista” em edições passadas dos *Anales*, novamente é criticada pela entidade.

Com a presença do Secretário de Agricultura e Pecuária, Jorge Zorreguietta²², o governo argentino expôs sua posição oficial frente a “Reforma Agrária”. Através de um documento oficial intitulado “*Observaciones y comentarios al documento WCARRD/4*” os membros da comissão argentina defendem que:

La República Argentina entiende que resulta inconveniente subordinar el desarrollo rural a la ejecución previa de programas de reforma agraria. Esta afirmación se sustenta, no sólo en razones técnicas y económicas sino, también, en la experiencia de varios países miembros y la declaración de varias delegaciones asistentes a

²² Substituiu Cadenas em 1978.

la reunión preparatoria realizada en marzo de 1979 (Anales, Buenos Aires, p.79, ago-set/79).

O governo argentino também afirmou que a FAO possuía um desconhecimento do legítimo direito de propriedade, e que suas ideias estavam impregnadas de influências marxistas²³. Seu discurso em torno da Reforma Agrária se manteve o mesmo.

3.4 FIGUEIREDO, ENTRE A CRISE E A ABERTURA.

No Brasil, em 1979, Geisel conseguiu eleger seu sucessor, o general João Batista Figueiredo. O novo presidente prosseguiria com o processo de abertura. Seu governo foi marcado por dois traços de difícil convivência: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica²⁴. Delfim Netto foi nomeado Ministro da Agricultura, o Ministério da Fazenda continuou nas mãos de Simonsen, deixando o ministério somente em agosto de 1979, assumindo o cargo Delfim Netto, pois, ainda possuía o prestígio de ser o homem do “milagre”. A situação econômica, no entanto, na esfera nacional e internacional era outra. Naquele ano houve a segunda crise do petróleo, marcando o aumento dos preços e elevando as taxas internacionais de juros, o crédito para novos empréstimos eram escassos, assim como o prazo de pagamentos diminuíram.

Com tal cenário econômico Delfim resolveu optar pelo arrocho, “A expansão da moeda foi severamente limitada; os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou” (FAUSTO, 2009, p.502).

A Sociedade Nacional de Agricultura, inicialmente, via a nomeação de Delfim Netto para o Ministério da Agricultura com otimismo. Delfim, em entrevista à revista Fatos e fotos/Gente, havia afirmado que o Presidente Figueiredo, não desejava apenas uma expansão da agricultura, mas sim “motivar a Nação para que esta compreenda ser a agricultura o setor cujo desenvolvimento deve ser feito com maior rapidez” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, jan-fev/79). O Ministro também afirmou que uma das

²³ Curiosamente, em 1953, a FAO foi acusada da mesma coisa pelos dirigentes da Sociedade Rural Brasileira.

²⁴ A própria crise econômica forçava a abertura, já que a legitimidade da ditadura vinha exatamente dos bons anos na economia.

maneiras de diminuir a inflação, taxada por ele, como problema número um do país, era aumentando a produção de alimentos. Delfim também prometia uma política de preços mínimos justa para os produtores.

Segundo a SNA, em meio à crise, finalmente o brasileiro despertou para a importância da agricultura. Havia por parte da entidade a convicção de que a agricultura poderia salvar o país da crise.

Em São Paulo, a Sociedade Rural Brasileira, não demonstrava tanto otimismo ao governo de Figueiredo. “É certo, porém, que os resultados esperados pelo produtor, como a volta da lucratividade de sua atividade e a suspensão de mecanismo injustos como os tabelamentos de preços, ainda não se concretizaram” (*A Rural*, São Paulo, editorial, junho/79). Entretanto, a SRB não apresentava uma posição de oposição ao governo, conforme visto durante o governo Geisel.

Assim como a SNA, a SRB no início do governo Figueiredo confiava na promessa de priorizar o setor agrícola. “E, ao fazer a conclamação aos produtores que voltem a produzir com confiança, o Presidente quis apagar os traumas que eles vêm sofrendo há 50 anos com a penalização de suas atividades” (Idem). A aproximação de Figueiredo com a SRB foi notória, em 1979, foi nomeado Presidente Honorário da Sociedade Rural Brasileira. O Presidente da SRB, Renato Ticoulat, fez um discurso na cerimônia em homenagem ao Presidente Nação afirmando que:

Não é segredo para nenhum dos senhores aqui presentes o fato de durante décadas termos assistido no Brasil a um abandono gradual das atividades agropastoris, como decorrência de um processo de transferência de renda sem precedentes na história da economia mundial.

Marginalizados durante décadas dos processos de decisões econômicas, desconsiderados como empresários, os produtores vêm lutando através de suas lideranças, na tentativa de mostrar que não havíamos acreditado na possibilidade de um crescimento econômico ilimitado e baseado exclusivamente na economia urbana. (...) (*A Rural*, São Paulo, p.18-19, jun/79).

Renato Ticoulat seguiu seu discurso criticando as políticas econômicas dos governos anteriores, que segundo ele, levaram os produtores a bancarrota. Classificou com errôneas as políticas de preços mínimos, pois, se num período inicial diminuía pouco o índice de inflação, a longo prazo, causava escassez de produtos, devido a

dificuldade de produção, gerando aumento no mercado, aumentando drasticamente a inflação.

A Sociedade Nacional de Agricultura em meados de 1979 passava por novas eleições. Octávio Mello Alvarenga, anteriormente vice-presidente da entidade, foi eleito presidente da mesma.

Apesar da crise, o discurso de João Batista Figueiredo e de certa forma algumas ações que beneficiavam diretamente o produtor rural, conseguiu trazer de volta o otimismo e o apoio das duas principais entidades de proprietários rurais do Brasil. “Em 1979 as promessas foram cumpridas: Crédito rural suficiente, e preços mínimos compensadores” (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, set-out/79). A entidade cobrava a continuidade de todo esse processo de valorização do produtor. Esperava a manutenção e expansão do crédito rural, assim como o ajuste dos preços mínimos em 1980 de acordo com a inflação.

Em fins de outubro de 1979, um extenso grupo de representantes de associações de produtores se reuniu com o Presidente da República, o vice-presidente e o Ministro da Agricultura para definir uma política em relação ao café. Entre eles, estavam presentes na reunião o presidente da SNA, Octavio Mello Alvarenga, o Diretor da Associação dos Cafeicultores do Sul de Minas, Joaquim Gonçalves Ramos, o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat Filho, entre outros. Um documento elaborado pela SNA, analisando o problema e reivindicando medidas imediatas foi aprovado e endossado por todos os líderes ruralistas do grupo, tendo sido entregue ao Presidente Figueiredo.

Entretanto, dois aspectos ainda incomodavam a Sociedade Rural Brasileira: a crise energética, que gerou inclusive uma forte oposição da entidade em relação à “racionalização” de combustível para o campo. A SRB enxergava como um grande equívoco o governo racionar o uso de combustível nas fazendas, pois, prejudicava a produção e obrigava o país importar um produto que poderia produzir, como por exemplo, a carne bovina, a laranja entre outros. Para entidade, seria melhor importar mais combustível, mesmo com os altos preços, do que sacrificar a agricultura brasileira. O café era outra preocupação da entidade, como sempre, havia imensas dificuldades de ajustar os preços da produção com os preços destinados a exportação. Pois, dependia

diretamente da cotação internacional e da oferta de produto no mercado e do forte concorrente que era o café colombiano.

3.5 O FIM DO GOVERNO VIDELA

Na Argentina, completados quatro anos, a presidência de Videla chegaria ao fim, como fora previsto pelas forças armadas em 1976. Contudo, alguns setores da sociedade, inclusive os produtores sócios da *SRA*, temiam que este processo se enveredasse pelo mesmo caminho da transição de 1973. No mês de março de 1980, os *Anales* já sinalizavam essa preocupação e, de certa maneira, torciam pela manutenção do *status quo*. Para a entidade, a sociedade civil ainda não havia chegado ao estado de maturidade suficiente para uma nova abertura democrática.

Outra preocupação dos produtores no início dos anos 80 era a queda de preços de alguns produtos agrícolas, o que diminuía a rentabilidade da produção. A *SRA* neste momento pedia ao governo uma mudança na política relacionada ao imposto imobiliário. Pois, segundo a entidade, o governo deveria levar em conta que tal imposto estaria prejudicando todos os setores e, por outro lado, estaria favorecendo os “*enimigos del Proceso de Reorganización Nacional que estamos transitando*” (*Anales*, Buenos Aires, p.29, Jan-Fev-Mar/1980. Grifo do autor).

Em abril de 1980, mediante a perpetuação de alguns problemas, o periódico da *Rural*, realizando um balanço dos quatro anos do “*Proceso*” menciona algumas “frustrações” que o governo não conseguiu superar:

El balance incluye también frustraciones y algunos fracasos tales como la persistencia de una alta tasa inflacionaria, la excesiva lentitud en el alivio del aparato estatal y el erróneo tratamiento del tema del mercado financiero, al facilitar un “aventurerismo” cuyos resultados están a la vista (Anales, Buenos Aires, p.9, abr/80).

Como de praxe nesse período após uma crítica pontual a entidade tenta justificar suas críticas:

Pero estos puntos negativos no andan a la deriva en el contexto doméstico, sino que han sido o están siendo retacados por la autoridad gubernamental, esperamos – ahora si – con mejores resultados que anteriormente.

Así las cosas, para quienes están perdiendo la paciencia y consecuentemente su confianza en el Proceso, habrá que recomendarles que no les ocurra lo mismo con la memoria, y que repasen mentalmente sobre quiénes y cómo nos gobernaban en Febrero

de 1976, a fin de que hagan un rápido balance que los recoleque en la realidad global histórica y eviten convertirse en los críticos de un determinado estado de cosas actual que resulta insatisfactorio a su ojos (Idem).

A morosidade para que o decreto-lei 6640/63 fosse revisto foi alvo de críticas por parte da SRA, tal decreto previa uma bonificação para a qualidade do leite produzido. Para os produtores a promessa feita em 1976 ainda não havia sido concretizada. Observamos, em 1980, maiores críticas ao “Proceso”, em linhas gerais, valorizava os aspectos políticos, entretanto, apesar de um tom mais ameno, as críticas ao modelo econômico ainda giravam em torno de uma menor intervenção do Estado na economia e, principalmente, na diminuição dos impostos.

Embora haja críticas por parte da entidade, havia também uma grande defesa do *Status quo*. A entidade, através de seu periódico criticava, principalmente, os meios de comunicação que se opunham ao governo. A edição de julho de 1980 é um exemplo claro desta defesa incondicional ao governo, assim como os discursos realizados na exposição de Palermo do mesmo ano.

3.6 O PROGRAMA PROÁLCOOL

Com a continuidade da crise do petróleo, o Brasil, tentando amenizar a alta do valor do combustível, lançou o programa Proálcool. Consistia em produzir álcool combustível através da cana-de-açúcar. Em 1980, por exemplo, o país gastou entre 10 e 12 bilhões de dólares somente com importação de petróleo, o que deu praticamente a totalidade do valor das exportações estimadas no mesmo período.

A Sociedade Nacional de Agricultura via com otimismo o programa, segundo estimativas da entidade, até 1985 o país estaria produzindo cerca de 10 bilhões de litros de álcool, o triplo produzido em 1979. Na época, ainda havia a esperança que este combustível viesse substituir na totalidade a gasolina e o diesel. Outra vantagem apontada pela entidade era a fixação do homem no meio rural, estimavam-se cerca de 300 mil empregos gerados no campo e, também a possibilidade de exportar a produção de álcool combustível, pois era uma tecnologia exclusiva do Brasil.

Entretanto, a SNA no início de 1980 apontava algumas dificuldades para a concretização do programa. Segundo a entidade, havia uma grande dificuldade para o

financiamento das destilarias. O Proálcool, no entanto, aplicado da maneira que o Governo pretendia, ou seja, com uma produção nos anos 80 de 30 bilhões de litros por ano, demandaria profundas mudanças no sistema agrícola brasileiro. Segundo estimativas de Antônio Evaldo Inojosa de Andrade, Presidente da COPERFLU²⁵ e 4º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o país precisaria construir mais 1000 unidades agroindustriais alcooleiras, o que demandaria um investimento de 500 bilhões de Cruzeiros.

Além do alto investimento, era necessário disponibilizar cerca de 7,5 milhões de hectares de terras agricultáveis para o plantio de cana. Ou seja, houve um aumento na concentração de terras no país, e um aumento da demanda por terras próximas aos grandes centros para facilitar a produção e distribuição do álcool. No entanto, tal interesse conflitava com a produção de gêneros alimentícios próximo das cidades.

Ao contrário de 1979, onde tanto a SRB quanto a SNA, não pouparam elogios ao governo de João Batista Figueiredo, a continuidade da crise, sobretudo a dificuldade do governo em conter a inflação, desagradava os membros de tais entidades. Em abril de 1980, a SNA se queixava da ausência de créditos do governo para a produção agrícola, segundo a entidade o governo não estava levando em conta a espiral inflacionária que o país se encontrava.

A SNA considera um verdadeiro absurdo faltarem recursos para aplicação na área agrícola enquanto o país gastou, somente no 1º semestre de 1980, Cr\$ 105 bilhões com subsídios ao consumo de petróleo e 60 bilhões com subsídios para o consumo de trigo, dois produtos importados (...)

A agricultura, setor declarado prioritário pelo Presidente Figueiredo, não pode permanecer privada de recursos creditícios, mesmo que seja necessária uma redução das disponibilidades dos demais setores econômicos. (*A Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, mar-abr/80).

Ao longo de 1980, podemos perceber nas páginas da “A Lavoura” um discurso muito parecido com o da *Sociedad Rural Argentina*: A defesa incontestável da livre empresa. Em diversas edições deste ano observamos artigos defendendo o livre mercado, criticando os altos impostos, os confiscos cambiais, o tabelamento de preços entre outros aspectos que denotam uma intervenção do Estado na economia. Logicamente, este discurso não era uma novidade para a SNA, entretanto, passamos a observar com mais frequência a partir do período da “Abertura”, principalmente após a

²⁵ Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool

presidência de João Batista Figueiredo. Como de praxe no discurso dos proprietários defensores do *laissez-faire*, apesar das críticas à intervenção do Estado na economia, os juros subsidiados e o financiamento da produção eram muito bem vindos.

3.7 NA ARGENTINA, A CRISE CONTINUA.

Na Argentina, Videla deixava o comando do país em 1981. A Nação, neste momento se encontrava com imensas dificuldades econômicas. O plano de controle da inflação havia fracassado, segundo a *SRA*, o governo não conseguiu combater a inflação porque não conseguia compreender o que era a inflação. A questão cambial também foi um verdadeiro fracasso. Em fins de março a entidade publicava as seguintes considerações em relação ao fim do governo de Videla:

Nadie puede ignorar que el final del quinquênio se encuentra al país con una economía desordenada y casi ingovernable. (...) Pero esta nota discordante y afligente no puede a mi juicio hacernos olvidar los dos pasos substanciales hacia adelante que antes hemos definido (Anales, Buenos Aires, p.9, Jan-fev-Mar/81).

Com o novo governo pondo em marcha novas reformas e, trazendo de volta algumas medidas já rechaçadas anteriormente pela *SRA* e outras entidades de proprietários, observamos em 1981 duras críticas desses setores a nova política-econômica adotada. A principal crítica girava em torno da retomada da política de retenção das exportações, anteriormente adotada no Ministério de Krieger Vasena em 1967. Para a *SRA*, tal retenção deveria ser revogada imediatamente do novo plano econômico, pois, não se tratava de uma medida dura, e sim, de uma medida injusta e arbitrária.

A entidade também solicitava a nova presidência da República uma redução imediata dos gastos públicos, assunto que sumiu praticamente da pauta durante a presidência de Videla. Pela primeira vez a entidade defendeu abertamente a privatização de alguns setores. Defendia que com exceção dos Poderes Constitucionais e das Forças Armadas e de segurança, todo o restante deveria ser privatizado.

Sem a presença forte de Videla na presidência da República, os “*Anales*” falavam com mais liberdade de alguns erros de seu governo. Apontava dois erros graves: o primeiro a inflexibilidade cambiária, o segundo a ausência de um controle dos gastos públicos. Tais erros, durante os cinco anos anteriores, não foram expostos de maneira tão clara pela entidade, o que nos leva a reflexão sobre até que ponto realmente

a entidade estava satisfeita com o “*Proceso*”. Ou se o apoio incondicional as Forças Armadas era apenas uma forma de não sofrer a repressão deste grupo que controlava a burocracia estatal.

Em maio de 1981, a entidade voltou a criticar o novo governo. Segundo os produtores, o setor estava em perigo, pois, as retenções sob a exportação estavam tornando a produção menos rentável. A taxa de juros, considerada alta pelos produtores, também foi alvo de críticas. Mais uma vez, a entidade pediu ao governo a diminuição imediata dos gastos públicos e a privatização das empresas públicas.

De fato, os gastos públicos do país haviam aumentado cerca de 8% entre 1976 e 1980. A carga tributária também sofreu um aumento considerável passando de 17,4% em 1975 para 25,5% em 1980, ou seja, um aumento de 46,6%. Números “esquecidos” pelos estudos dos *Anales* durante a primeira fase do “Processo de Reorganização Nacional (1976-1981)”, passam a ser divulgados pelo periódico da SRA na segunda fase do Processo. A política cambial também foi alvo de críticas, a entrada “artificial” de dólares para gerar uma liquidez e controlar o valor da moeda provocou um processo de aumento da dívida pública.

Os meses se passavam e a cada editorial dos “*Anales*” o apoio ao “*Proceso*” se diluía. Ao ponto que em julho de 1981 o diretor do periódico afirmava que “*en los pasados meses han dejado la sensación de una cierta improvisación o falta de firmeza en la adopción de medidas de trascendental importancia para la economía nacional*” (*Anales*, Buenos Aires, p.9, Jun-Jul/81). O manejo da política econômica causou uma perda na confiabilidade do destino do “*Proceso*”. Entretanto, mesmo com o pessimismo oriundo de graves problemas financeiros, a entidade ainda reconhecia o êxito das Forças Armadas Argentinas em sufocar a guerrilha armada e os governos Peronistas.

Las F.F.A.A. deben creer que la gente no quiere volver a puntos de partidas similares a los de 1958 y 1973.

Deben creer que lo que la gente espera es que ellas mismas rectifiquen sus errores y, si es necesario reemplacen las figuras que pueden demostrar que su ciclo ha concluído, o que no pueden con la cosa como se penso en el primer momento (Anales, Buenos Aires, p.7, ago-set/81).

Em 11 de dezembro de 1981, a Junta Militar retirou o Tenente General Roberto Viola do comando do país. Viola foi substituído pelo Comandante Geral do Exército, o General Leopoldo Galtieri. Uma substituição inesperada que deu início a terceira etapa

do “Processo de Reorganização Nacional”. Havia, no caminho de Galtieri inúmeros problemas para serem resolvidos. Setores da sociedade civil, que antes apoiavam as Forças Armadas, já estavam desgastados devido à dificuldade deste setor em resolver problemas econômicos crônicos. Particularmente, a *Sociedad Rural Argentina*, recebeu com bons olhos tal substituição.

Somado ao otimismo frente ao novo governo, a Guerra das Malvinas ampliou ainda mais o apoio da SRA a nova etapa do *Proceso*. Para a entidade o governo estava lutando pela soberania de seu país. Entretanto, o conflito das Malvinas, que por um lado aglutinou o país em torno de um sentimento patriótico, por outro, deixou uma pesada herança. Além da vitória britânica, os gastos com a guerra agravaram ainda mais a crise econômica que o país sofria.

A “*Mensaje al agro*” de 1982 teve como assunto principal a crise econômica que o país estava passando. Segundo a mensagem, tal crise se devia a uma política que embora “camuflada” de liberal, na prática ainda havia inúmeras intervenções estatais. Para a entidade, o fracasso não estava relacionado à “abertura econômica” e sim ao fracasso do controle do mercado cambial. A saída para a crise, estava na eliminação do controle do Estado na economia, tanto os diretos como os indiretos.

Em fins de 1982, faltando apenas nove meses para uma nova etapa da história argentina, ou seja, novas eleições, os “*Anales*” de outubro trouxeram uma mensagem onde critica os rumos que o *Proceso* tomou nos últimos anos. Afirmou que o golpe de Estado que derrubou um governo interventor, acabou se tornando tão interventor quanto seu antecessor. Criticou a super dimensão do Estado, sustentado por altos impostos, onde o produtor rural é um dos que mais sofrem.

Por fim, esperava que os partidos tivessem em sua pauta um verdadeiro plano que permitisse ao produtor expandir sua produção. Os produtores, segundo o diretor do periódico, não queriam subsídios, nem reembolsos, mas também não desejavam mais retenções, impostos sobre produção/venda e preços máximos. Em dezembro do mesmo ano, o editorial do periódico, classificou o ano que passou como “*el año más difícil que recordamos nosotros y recuerdan nuestros mayores*” (*Anales*, Buenos Aires, p.5, dez/82).

As eleições argentinas ocorreram em outubro de 1983, a *Sociedad Rural Argentina*, apesar de reconhecer a importância da data, adotou um tom pouco otimista. Para a entidade, a Argentina nos últimos anos havia sofrido várias derrotas, as novas eleições poderiam ser mais uma.

Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical, foi eleito presidente da República, a *Rural* adotou um tom neutro. Nas páginas dos “*Anales*”, não observamos nenhum discurso entusiasmado ou otimista. Mais uma vez a entidade se mostrava aliviada, pois, os peronistas não conseguiram retornar ao poder, nem os partidos mais próximos ao marxismo. Alfonsín assumiu o governo com um discurso moderado. A *Sociedad Rural Argentina*, como de praxe, vai solicitar ao novo governo a diminuição da carga impositiva e a diminuição dos gastos públicos. Um discurso repetitivo, que apesar da força que os produtores possuem; a tradição de sua entidade; a importância que o setor agrícola tem para economia, os sucessivos governos não “escutaram”.

No Brasil, a partir de 1981, a “lua de mel” das entidades de proprietários de terra com o governo de João Batista Figueiredo chegava ao fim. O principal motivo para este distanciamento foi à ausência de ampliação da política de financiamentos e subsídios do governo no setor agrícola. Na realidade, apesar do avanço progressivo de investimentos do governo no setor, a esta altura a inflação já corroía os investimentos que se tornavam proporcionalmente menores que aqueles feitos nos anos de 1979 e 1980.

Já em tempos de abertura política e eleições para governadores e deputados diretas, o fim do bipartidarismo provocou uma nova onda de partidos políticos. Nomes do ARENA filiaram-se ao PDS, enquanto em torno do PMDB se filiavam uma série de tendências políticas, que iam desde a oposição moderada e permitida da ditadura militar, o MDB, a ex-trabalhistas e comunistas.

Enquanto o setor secundário da economia brasileira, ou seja, o comércio, principalmente os paulistanos anunciavam que grande parte deles apoiava o partido governista, o PDS, para a Sociedade Nacional de Agricultura a coisa não era assim tão simples. As páginas da “A Lavoura”, afirmava não apoiar nenhum partido político, a entidade acusou os comerciários estarem colocando “o carro adiante dos bois”.

Porque no que toca à agricultura, os partidos políticos é que se devem definir perante o setor primário. Depois sim, chegará a vés dos agricultores (...) se definirem. Não perante siglas, mas perante os

programas. Não diante dos políticos, mas diante das políticas (A *Lavoura*, Rio de Janeiro, editorial, Jul-ago/81).

A crítica referente aos investimentos no setor, por parte do governo, continuou em 1982. Segundo a SNA, os créditos rurais em 1982 só beneficiariam 25% dos produtores. A entidade cobrava do governo o cumprimento da promessa de priorizar o setor agrícola. A inflação também era motivo de críticas por parte das entidades. Em 1980 o índice acumulado foi de 99,27%, em 1981 95,65%, em 1982 104,80%, nos anos seguintes continuou a aumentar, fechando os anos de 1983, 1984 e 1985 em: 163,99%, 215,27% e 242,24%, respectivamente, segundo dados do IBGE.

Na medida em que a crise econômica do país se agravava, a SRB e a SNA, aumentavam sua oposição ao governo. A Sociedade Nacional de Agricultura se mostrava cada vez mais impaciente com o governo. Seu discurso de oposição se contrastava com o apoio que deu ao início do mandato de Figueiredo.

A posição de ambas as entidades em relação ao governo, que já estava com seus dias contados, foi à mesma até o fim do governo de João Batista Figueiredo. Através de eleições indiretas, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito o novo presidente da nação, seu vice era José Sarney. Com a doença e posterior morte de Tancredo no dia 21 de abril, José Sarney acaba sendo o presidente empossado na cerimônia do dia 15 de março de 1985.

Por fim, realizaremos um breve resumo deste capítulo. Como pudemos observar, o período compreendido entre 1973 e 1983, foi marcado por uma conjuntura de crise, provocada pelo aumento do preço do petróleo. O aumento deste provocou o crescimento da inflação, pois, todos os seus derivados sofreram reajustes. Outro aspecto que agravou a situação econômica dos países estudados foi à diminuição do crédito através de bancos internacionais e o aumento das taxas de juros, inclusive dos empréstimos já adquiridos, pois, possuíam juros pós-fixados.

Na Argentina, o retorno do Peronismo, através da Héctor Câmpora e, posteriormente, as eleições de Juan Domingos Perón, não melhorou a situação econômica do país. Apesar de alguns períodos de breve estabilidade, a regra da década de 70 e 80 foi à recessão.

No entanto, se observamos uma aproximação da *Sociedad Rural Argentina*, ao governo de C ampora, tal apoio se diluiu quando o mesmo renunciou. Apesar da mesma se mostrar disposta a contribuir com o “Pacto Social” e, posteriormente, com “Compromisso Agropecu ario Nacional”, deixava bem claro sua oposi ao ao intervencionismo estatal, principalmente, o controle de preços.

O Brasil, equanto isso, fazia a transi ao de M edici para Geisel, o “milagre economico” chegava ao fim. O governo dava sinais de abertura, porém, utilizando as palavras do presidente, esta seria “lenta, gradual e segura”. Geisel mudou um pouco os rumos da economia, apostava na industrializa ao do país, baseada na grande empresa estatal. Com a crise do petróleo, investe-se no setor energético, as hidroelétricas são a op ao do momento. Porém, as empresas privadas não v am com bons olhos o crescimento do Estado.

A Sociedade Nacional de Agricultura, como de costume, apoiou o início do governo Geisel, enquanto isso, a Sociedade Rural Brasileira, ainda passava por diversos atritos com o Instituto Brasileiro do Café. O aumento do preço dos fertilizantes e defensivos agrícolas, devido   alta do petróleo, minguava ainda mais o lucro da produçao cafeeira. A SRB pressionava o IBC para aumentar o valor do café. Em julho de 1974, novos investimentos do governo, no setor cafeeiro, amenizou um pouco a tensão.

Enquanto isso, na Argentina, o discurso da alta carga tributária, que prejudicava os produtores, se repetia como um “disco arranhado”. Quando Perón assumiu a presidência, em 1974, tentou promover um governo conciliatório. Estabelecendo um acordo entre a CGT e a CGE, aumentou o s lario do trabalhador e congelou os preços. Em contrapartida, os trabalhadores tinham que se comprometer em não realizar greves, e outros tipos de mobiliza ao operária. Entretanto, o “Pacto Social” não durou muito tempo, logo, a infla ao retornou, devido a fatores internos e externos, o primeiro devia-se ao aumento de preços internos, reflexo do aumento de s larios, o segundo a alta do valor do petróleo.

Com a morte do líder Justicialista, o “Pacto” desmoronou. Isabelita assume um governo em crise. Além das dificuldades econ micas, a ausência de Perón, provocou conflitos sociais intensos. Setores peronistas, de direita e esquerda, entravam em constantes conflitos. A situa ao econ mica da Argentina se agravou, ainda mais,

quando o Mercado Comum Europeu passou a restringir, ainda mais, a entrada de carne argentina.

No Brasil, as eleições para o Congresso, foram marcadas pela derrota do ARENA. Para a Sociedade Rural Brasileira, a vitória do MDB, simbolizava o reflexo das “meias verdades” do “milagre”. Pelo mesmo motivo, a “lua de mel” da SNA com o governo Geisel chegava ao fim. A entidade carioca acusava o presidente de deixar a agricultura de lado, privilegiando somente à indústria.

Na mesma época, a *Sociedad Rural Argentina*, continuava se opondo ao governo. Não era a única entidade representante de proprietários insatisfeita, a FAA e a CRA, organizaram, inclusive, uma greve patronal, a *Rural de Palermo*, preferiu não aderir. Assumindo o Ministério da Economia, Dr. Celestino Rodrigo, tentou mudar o cenário econômico do país. Mudou, não necessariamente para melhor, suas medidas impopulares, provocaram uma série de movimentos, inclusive uma greve geral, conhecida como “*Rodrigazo*”.

Em meio a estas tensões sociais, somado ao retorno de guerrilhas urbanas, o governo de Isabelita, se tornava insustentável. Em 24 de março de 1976 sofreu um golpe. Uma Junta Militar assumiu o poder, nomeando Videla presidente. O novo governo fora recebido de braços abertos pela *Sociedad Rural Argentina*. Sua proposta econômica era varrer o legado peronista/estadista do mapa. Inicialmente, a diminuição dos entraves para importação e a redução de impostos provocou um êxtase na *Rural de Palermo*. Porém, com o passar dos anos, e a manutenção de uma carga tributária considerada alta, o entusiasmo com o “*Proceso*” foi diminuindo.

A política cafeeira do governo Geisel, ainda era motivo de intensos embates entre a Sociedade Rural Brasileira e o Instituto Brasileiro do Café. Porém, críticas da SRB ao governo não era novidade. Entretanto, a surpresa do ano de 1977, mais precisamente em setembro, foi à oposição da Sociedade Nacional de Agricultura ao governo. Tradicionalmente, aliada a todos os governos (independente de ideologias), a posição beligerante da entidade carioca merece destaque. As críticas maiores da SNA se dirigiam ao Ministério da Fazenda.

Paralelamente, em 1978, a *Sociedad Rural Argentina*, seguia com sua posição de apoio ao governo, entretanto, na prática não havia mudanças que justificassem seu

otimismo. Em linhas gerais, Videla poderia até não ter atendido todos os anseios dos produtores, porém, um inimigo ele afastou, o Peronismo. Observamos, inclusive, que a reforma agrária deixou de ser assunto nas páginas dos *Anales*, pois, a ausência do peronismo e do marxismo, afastava da pauta do governo tal medida.

No Brasil, a Sociedade Rural Brasileira, e outras entidades, solicitavam ao presidente da República a intervenção no IBC. Cansados da resistência que o Instituto fazia para aumentar o valor do café, recorreram ao chefe do executivo para resolver o assunto. Porém, para complicar ainda mais a vida dos cafeicultores, o valor do produto sofreu uma queda no mercado internacional.

Em 1979, Ernesto Geisel conseguiu eleger seu sucessor, João Batista Figueiredo. Seu governo foi marcado pelo prosseguimento da Abertura e aprofundamento da crise. Nomeado Ministro da Economia, por ainda guardar o prestígio de ser o homem do “Milagre”, Delfim Netto optou pelo arrocho.

A promessa do presidente em se aproximar da agricultura, causou grande otimismo por parte da SNA e SRB, esta chegou a nomear Figueiredo como Presidente Honorário. A “lua de mel” durou pouco, já em 1980, com o racionamento de combustível, a Sociedade Rural Brasileira já criticava a decisão do presidente em importar produtos agrícolas, no lugar de combustível.

Na Argentina, a SRA se preocupava com o fim do governo de Videla, havia o medo do reaparecimento das guerrilhas e dos movimentos operários e camponeses. A *Rural* aproveitou o fim de seu governo para tecer severas críticas que não havia feito em seu ápice. Quando Viola assume o governo, a entidade apontou uma série de erros e problemas do governo de Videla, entre eles, aumento da carga de impostos, aumento dos gastos do governo, aumento da intervenção estatal na economia, ou seja, tudo que ela sempre lutou contra, foi intensificado no governo que ela, literalmente, aplaudiu quando tomou de assalto o país.

A política de retenção de exportações, adotada pelo novo governo, já era uma velha e amarga receita. A digestão era difícil por parte dos produtores, inclusive a mesma medida, adotada em 1967, por Krieger Vasena, também provocou inúmeras críticas. A SRA, pela primeira vez, defendia abertamente a privatização de alguns setores, como forma de desafogar o Estado.

No final de 1981, a substituição de Viola por Galtier é vista com bons olhos pela SRA. O conflito das Malvinas, inicialmente, aumentou a confiança no governo, contudo, a derrota da Argentina, desmoronou ainda mais o governo, que a esta altura já estava com seus dias contados. Finalmente, em 1983 a ditadura argentina chegou ao fim. A transição democrática não causou nenhum entusiasmo por parte da *Sociedad Rural Argentina*. Aliviada pela derrota do Peronismo, porém, sem esperanças no Radicalismo de Raúl Alfonsín.

No Brasil, à medida que a crise tomava proporções maiores, a SNA e a SRB se afastavam mais do governo. A inflação crescia a largos passos, apesar do aumento dos investimentos do governo anualmente acontecerem, estes eram rapidamente diluídos pela inflação. O processo de abertura seguiu seu caminho, entretanto, assim como a SRA, as “Sociedades” brasileiras acompanhavam todo o processo sem nenhum entusiasmo. Esperavam “políticas” e não “políticos”, logo, a “festa democrática” das “Diretas Já”, não causaram nenhum tipo de reação por parte dos produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma mentira repetida até virar verdade”

Finalizo este trabalho no dia 13 de março de 2016. Exatamente cinquenta e dois anos após a realização do “Comício da Central”. Entretanto, hoje não são os grupos de esquerda e os mais pobres que saíram pelas ruas em apoio ao Presidente. Pelo contrário, uma manifestação aos moldes da “Marcha pela família” ocupou as ruas da maioria das Capitais brasileiras, com o apoio e financiamento declarado de uma importante entidade empresarial: a FIESP²⁶.

Não é difícil encontrar cartazes pedindo o retorno da ditadura. Com certa facilidade observamos faixas de críticas ao Comunismo. As palavras de ordem ainda são as mesmas da marcha de 19 de março de 1964. Porém, quais fatores que ainda levam uma parcela significativa da população pedir o retorno de uma ditadura militar?

Apesar deste trabalho não enfatizar os aspectos mais sombrios das ditaduras brasileira e argentina, tais como, tortura, censura, prisões arbitrárias, assassinatos sem julgamentos etc. É impossível, e perigoso, esquecer todas essas atrocidades cometidas pelos regimes de exceção. Não custa lembrar que, uma manifestação pedindo o fim de um governo durante uma ditadura, poderia lhe custar a vida ou alguns anos de cadeia e tortura.

Ao longo deste trabalho, observamos que, economicamente, a ditadura passou a milhas de distância de ser digna de saudade. Inflação descontrolada, endividamento externo, aumento do abismo social, PIB instável, mostram que, definitivamente, aquele período não foi o paraíso.

Na Argentina, em agosto de 2015, Luis Miguel Etchevehere, atual presidente da *Sociedad Rural Argentina*, discursava, ao lado de Maurício Macri²⁷. Ignorando completamente o passado da *Rural*, iniciou sua fala exaltando a democracia e criticando a ditadura militar. Tentava passar para a plateia, a importância do voto, principalmente naquelas eleições, que nas palavras de Luis Miguel, poderiam finalmente retirar um governo corrupto do poder.

²⁶ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

²⁷ Hoje presidente da Argentina, mas na época governador da província de Buenos Aires.

Em pleno período eleitoral, a figura de Macri ao seu lado, demonstrava claramente o apoio da entidade ao opositor do “kirchnerismo”. Criticava o tamanho que havia chegado o Estado argentino, condenava a corrupção do executivo²⁸ e, principalmente, dedicou parte de seu discurso para pedir a diminuição dos impostos e uma menor intervenção do Estado na economia.

O discurso da SRA, assim como seu tradicional prédio de Palermo, continua intacto, sem nenhuma modificação. A tradicional entidade segue seu caminho, em busca da Argentina liberal e agroexportadora do século XIX. Seus prédios são desta época, assim como seu discurso.

De fato, a vitória de Maurício Macri, marcou uma guinada à direita da Argentina, que desde o “*Argentinazo*”, em 2001, resistia ao Neoliberalismo. E a partir de 2003 foi governada por um governo de centro-esquerda, com a eleição de Nestor Kirchner (2003-2007) e, posteriormente sua esposa, Cristina Kirchner (2007-2015). A chamada “Era K”, rompeu definitivamente com a Ditadura Militar, avançando consideravelmente os julgamentos dos militares envolvidos. Sem contar os avanços sociais ocorridos na Argentina neste mesmo período.

No entanto, com a vitória de Mauricio Macri à presidência, setores mais conservadores da Argentina, rapidamente “colocaram as manguinhas de fora”. O principal exemplo veio do editorial do jornal “*La Nación*” do dia 23 de novembro de 2015. O segundo maior jornal do país afirmava que os novos tempos são propícios para “*para terminar con las mentiras sobre los años 70 y las actuales violaciones de los derechos humanos*” (*La Nación*, Buenos Aires, editorial, 23 de novembro de 2015).

No Brasil, a Sociedade Rural Brasileira, se posiciona favoravelmente a manifestação ocorrida no dia 13 de março de 2016. “Somos a favor do impeachment como início do processo de mudança do Brasil”, explicou ao jornal Folha de São Paulo, o presidente da instituição, Gustavo Diniz Junqueira. A entidade que financiou a “marcha pela família com deus pela liberdade” em 1964, hoje apoia sua “herdeira”. Por outro lado, a Sociedade Nacional de Agricultura, adota uma posição neutra em relação

²⁸ Nesse ponto ignorava completamente o passado e o presente da família Macri, envolvida em diversos casos de corrupção na história argentina, principalmente durante a Ditadura Militar e nos governos de Carlos Meném e Fernando de la Rúa.

ao governo Dilma Rousseff, como de praxe, a entidade prefere adotar uma postura amistosa.

Em suma, o historiador não possui o poder de enxergar o “amanhã”, porém, é parte de sua tarefa, utilizar dos exemplos do passado, para tentar evitar alguns equívocos futuros. Hoje, o que observamos no Brasil é um avanço da direita, parte dela simpática ao liberalismo econômico, porém, não podemos ignorar a parcela fascista que marcha pelas ruas do Brasil clamando o retorno dos militares. Assim como não podemos deixar de lado, a parcela fascista que foi às urnas argentinas votar no Macri e que aplaudiu de pé o editorial do “La Nación”.

SIGLÁRIO

- ANL- Aliança Nacional Libertadora;
- ARENA- Aliança Renovadora Nacional;
- CDE- Confederação Geral Econômica;
- CFP- Comissão de Financiamento da Produção;
- CGT- Confederação Geral do Trabalho;
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas;
- CNC - Conselho Nacional do Café;
- CONINAGRO- Confederación Intercooperativa Agropecuaria Limitada;
- CRA- Confederaciones Rurales Argentinas;
- DNC- Departamento Nacional do Café;
- DOI-COD- Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna;
- ESG – Escola Superior de Guerra;
- FAA – Federación Agraria Argentina;
- FAESP – Federação Da Agricultura do Estado de São Paulo;
- FMI- Fundo Monetário Internacional;
- GOU – Grupo Obra e Unificação;
- IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática;
- IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais;
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro;
- OEA- Organização dos Estados Americanos;
- PCB – Partido Comunista Brasileiro;
- PIB- Produto Interno Bruto;
- PND- Plano Nacional de Desenvolvimento;
- PSD- Partido Social Democrático;
- PTB- Partido Trabalhista Brasileiro;

PTN – Partido Trabalhista Nacional;
SNA- Sociedade Nacional de Agricultura;
SRA- Sociedad Rural Argentina;
SRB- Sociedade Rural Brasileira;
SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito;
SUPRA- Superintendência de Reforma Agrária;
UCR – Unión Cívica Radical;
UCRP – Unión Cívica Radical Del Pueblo;
UDN –União Democrática Nacional;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEIRED, José: *Breve História da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.
- BLOCH, Marc: *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BURKE, Peter: *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FAUSTO, B: *História do Brasil*. São Paulo: Editora Edusp, 13^o edição, 2009.
- FAUSTO, B; DEVOTO, F.J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FERREIRA, Jorge ; GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. *João Goulart: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GIAMBIAGI, F; VILLELA, A: *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GIRBAL-BLACHA, Noemí M; MENDONÇA, Sonia Regina (ORG). *Corporaciones agrárias y políticas públicas en América Latina*. Rosário: Prohistoria Ediciones, 2013.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LATTUADA, Mário J. *La política agrária peronista (1943-1983)* v. 1. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A, 1986.
- _____. *La política agrária peronista (1943-1983)* v. 2. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A, 1986.
- MENDONÇA, S.R. de; VALENÇA, M. *Brasil e Argentina: Estado, agricultura e empresários*. Niterói: Vício de Leitura, 2001.
- _____. *Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MONTAÑO, Diego García. *Responsabilidad Compartida: La Sociedad cicil antes y durante el Proceso*. Córdoba: Ediciones Del Copista, 2003.

- NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: Política Agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. (ESTADO): HUCITEC, (ANO).
- PAGE, Joseph A. *Perón: Una Biografía*. Buenos Aires: Grijalbo, 1999.
- PALOMINO, M. *Tradicón y poder*. Buenos Aires: CEAL, 1987.
- PERÓN, E. *Mensaje a los trabajadores del agro*. Buenos Aires, Secretaria de La Presidencia de La Nación, 1952.
- PIERRI, José Alberto. *Sector Externo, Política Agraria y Entidades del agro pampeano 1960/198*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.
- PRADO JUNIOR, C. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979;
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A Roça y La Campaña: A questão Agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada*. UFF, Niterói, 2006.
- ROUQUIÉ, Alain. *Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1984.
- _____. *Poder militar y sociedade política en la Argentina (I-II)*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.
- SARTELLI, Eduardo. *Patrones en la ruta*. El conflicto agrário y los enfratamientos em el seno de la burguesia. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2008.
- TARRUELLA, Alejandro C. *Historia de la Sociedad Rural Argentina: De la colonización española a nuestros dias*. Buenos Aires: Planeta, 2012.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VERBITSKY, H; BOHOSLAVSKY, J. *Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- YANNUZZI, Maria de lós Angeles. *Politica y Dictadura*. Santa Fé: Editorial Fundacion Ross, 2000.

FONTES

○ **Legislação**

- Ato Institucional nº 1, 9 de abril de 1964;
- Ato Institucional nº 2, 27 de outubro de 1965;
- Ato Institucional nº 3, 5 de fevereiro de 1966;
- Ato Institucional nº 4, 7 de dezembro de 1966;
- Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968;
- Ato Institucional nº 6, 1º de fevereiro de 1969;
- Ato Institucional nº 7, 26 de fevereiro de 1969;
- Ato Institucional nº 8, 2 de abril de 1969;
- Ato Institucional nº 9, 25 de abril de 1969;
- Ato Institucional nº 10, 16 de maio de 1969;

○ **Anteprojetos publicados**

- Brasil, Anteprojeto do Estatuto da Terra: Lei 4504, 30 de novembro de 1964.
- *Argentina, Estatuto Del Peón*: Lei 28196, 1944.

○ **Publicações especializadas sobre o tema**

- Revista *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura;
- Revista *Rural*, São Paulo, Sociedade Rural Brasileira;
- Revista *Anales*, Buenos Aires, Sociedad Rural Argentina;

○ **Jornais**

- *Acervo online*, São Paulo, O Estado de São Paulo;

○ **Sites**

- www.sra.org.ar (Sociedad Rural Argentina);
- www.srb.org.br (Sociedade Rural Brasileira);
- www.sna.agr.br (Sociedade Nacional de Agricultura);
- www.faa.com.ar (Federación Agraria Argentina);
- www.cra.org.ar (Confederación Rural Argentina);
- www.camara.leg.br (Portal da Câmara dos Deputados);
- www.planalto.gov.br (Portal do Palácio do Planalto);

